

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 61 – Série VII – N.º 892  
24 de Janeiro de 1991  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

A euforia  
belicista e  
irresponsável  
acabou: não há  
guerras rápidas  
todas as guerras  
têm morte  
e sofrimento

# É PRECISO PARAR A GUERRA

## APELO DE PAZ

**Fim da guerra!  
Sim à paz!  
Negociação é a solução!**

A ofensiva militar lançada contra o Iraque deu início a uma guerra de consequências imprevisíveis, afigurando-se desde já, como um conflito prolongado.

Reafirmamos a nossa condenação pela invasão e ocupação do Kuwait, bem como a necessidade urgente da resolução dos problemas globais da Região, nomeadamente a questão Palestiniana e a retirada das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados.

A opção militar vai agravar a crise e constitui uma grave catástrofe, humana, ecológica e económica. Portugal tudo deve fazer para pôr fim às operações militares e implementar iniciativas de diálogo e para a Paz, no espírito largamente manifestado pela opinião pública portuguesa.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1991

## MANIFESTAÇÃO

**Sábado 26 de Janeiro, 15 horas  
Saldanha • Rossio**

Associação Abril • Associação Amar o Tejo Viver a Paz • Associação dos Escuteiros de Portugal • Associação dos Inquilinos Lisboenses – AIL • Associação Juvenil Olho Vivo • Associação Livre dos Objectores de Consciência – ALOOC • Associação dos Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear – AMPPGN • Associação Portuguesa de Deficientes – APD • Associação de Estudantes da Escola Secundária de Odivelas • Centro de Reflexão Cristã • Centro de Apoio aos Jovens no Serviço Militar Obrigatório – CASMO • Cintura Industrial de Lisboa • Coordenadora dos Partidários da Paz do Distrito de Setúbal • Conselho Português para a Paz e Cooperação – CPPC • Cotra da Siderurgia • GRAAL • Grupo Ser Mulher • Grupo de Solidariedade com a América Latina • Movimento dos Educadores Para a Paz • Movimento Democrático de Mulheres – MDM • Movimento de Emancipação Social das Mulheres Portuguesas – UMAR • Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos • Nova Era • Movimento ZLAN – Associação de Municípios Zonas Livres de Armas Nucleares • Núcleo de Objectores de Consciência Cristã • O Ninho • ORT da Quimigal • Pax Christi • Paz é Possível em Timor Leste • SOS Racismo • União Coordenadora dos Organismos de Deficientes • Pioneiros de Portugal • Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio • Voz do Operário • ID – Intervenção Democrática • MDP – Movimento Democrático Português • PCP – Partido Comunista Português • PEV – Partido Ecologista dos Verdes • PSR – Partido Socialista Revolucionário • UDP – União Democrática Popular • Base FUT • Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses • Interjovem • Sindicato dos Enfermeiros Portugueses • Sindicato dos Ferroviários do Centro • Sindicato dos Jornalistas • Sindicato dos Médicos da Zona Sul

• Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações • Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações • Sindicato dos Professores da Grande Lisboa • Sindicato dos Maquinistas Marinha Mercante de Portugal • Sindicato Quadros Técnicos de Desenho • Sindicato Trabalhadores de Comércio e Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa • Sindicato Trabalhadores Construção Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa • Sindicato Trabalhadores Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas • Sindicato Trabalhadores Espectáculos • Sindicato Trabalhadores Função Pública Sul e Açores • Sindicato Trabalhadores Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares • Sindicato Trabalhadores Ind. Alimentares Hidratos de Carbono Sul e Ilhas • Sindicato Trabalhadores Indústrias de Bebidas do Sul • Sindicato Trabalhadores Indústria de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas • Sindicato Trabalhadores Indústria e Comércio de Carnes do Sul • Sindicato Trabalhadores Indústria e Comércio Farmacêuticos • Sindicato Trabalhadores Município de Lisboa • Sindicato Trabalhadores Indústria de Tabacos • Sindicato Trabalhadores Indústrias Químicas do Centro e Ilhas • Sindicato Trabalhadores Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca • Sindicato Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul • Sindicato Trabalhadores Colectivos do Distrito de Lisboa • Sindicato Trabalhadores Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro • Sindicato Trabalhadores Serviços Portaria, Vigilância e Limpeza • União dos Sindicatos de Lisboa • União dos Sindicatos de Setúbal

# A luta pela Paz num quadro geral de acção

Vivemos dias inquietantes. A luta internacional pela Paz tornou-se de súbito uma tarefa obrigatória, imediata e vital dos trabalhadores e dos povos de cada país.

A Paz do mundo está submetida a uma rude prova. Desde há oito dias e em crescendo, num dos pontos mais nevralgicos do globo terrestre, o perigoso foco de guerra do Golfo Pérsico foi activado.

De uma semana para a outra acontecimentos de extrema gravidade para a Paz mundial começaram a produzir-se em ritmo acelerado. Sob o rimbombante dos mísseis - por enquanto ainda com cargas convencionais - nuvens tempestuosas se acumulam nos horizontes dos povos.

Ao gesto irresponsável e imponderado da anexação do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein foi o imperialismo norte-americano buscar o pretexto para dar largas à sua natureza agressiva e belicista e forçar em desespero de causa pela via tradicional da guerra uma saída para a crise latente da economia americana e para o restabelecimento da sua abalada hegemonia do mundo capitalista.

A abertura das hostilidades e a internacionalização do conflito por iniciativa unilateral dos Estados Unidos, à revelia das decisões das Nações Unidas e do Conselho de Segurança da ONU - a cujo Comité Militar caberia a última palavra quanto ao uso da força - reeditou os episódios da Coreia e do Vietnam.

A solução da guerra para libertar o Kuwait quando não se haviam esgotado ainda todas as possibilidades de uma solução negociada, diplomática e política, impediu uma desejável solução árabe para a retirada do Iraque e criou na região um perigoso abcesso susceptível de alastrar como nódoa de azeite a outras áreas.

Além disso um processo que, a não ser decididamente travado pela luta e a consciência universal dos povos, pode sair dos limites da guerra convencional e degenerar no emprego, de imprevisíveis consequências para a Humanidade, de armas das mais sofisticadas e mortíferas de destruição em massa.

O «vespeiro» do Próximo e Médio Oriente onde se rasga o Golfo Pérsico situa-se numa região estratégica de alto risco.

De all se extrai mais de 40 por cento dos recursos petrolíferos do mundo, ali se criou uma zona de conflitos onde o expansionismo sionista de Israel abriu um foco permanente de instabilidade e agressão e onde o heróico povo da Palestina luta

para se radicar como Estado independente na sua pátria.

Também ali acerbas rivalidades do fundamentalismo islâmico têm cavado profundas dissensões e provocado sangrentos conflitos que prejudicam gravemente a causa árabe.

E ali, em torno do petróleo e de uma região estratégica onde confluem a Europa, o Extremo Oriente e o «corno de África» e poderosos interesses imperialistas se digladiam entre si pela hegemonia económica, política e militar, que todavia se concertam contra os legítimos interesses dos povos da região.

Contra o prosseguimento da guerra, a cessação das operações militares e a abertura de negociações que deem solução aos problemas nacionais e económicos dos países e povos da martirizada região do Próximo e Médio Oriente se estão movimentando massas crescentes de homens, mulheres e jovens de todos os países que recusam a via da guerra e negam aos Estados Unidos o papel de gendarme dos povos.

A «pax americana» pretende impor pela força das armas uma nova repartição das zonas de influência e dos mercados a favor dos Estados Unidos, pretende garantir e afirmar a sua hegemonia no plano mundial numa época em que se havia dado passos excepcionais para o fim da «guerra fria» e por uma nova fase de cooperação pacífica entre os povos.

O povo português está vitalmente interessado na Paz e na cooperação pacífica entre os povos.

Entretanto, pelos compromissos militares no âmbito da NATO; pelas «facilidades» concedidas à aviação militar dos Estados Unidos nos Açores, verdadeira plataforma para a movimentação militar e extracontinental das forças americanas; pela utilização e o apoio logístico no Continente às forças da NATO das bases de Beja, Cortegaça, Montijo, Monte Real e Tancos; pela instalação no território português de comandos operacionais e estações de rastreio de mísseis e satélites militares dos Estados Unidos e da NATO, Portugal, sob a fécula da direita no governo e contra a vontade do seu povo está envolvido de uma forma perigosa para a paz e a segurança dos portugueses.

As pressões para o envolvimento militar das forças armadas portuguesas no conflito do golfo Pérsico, o deslocamento de fragatas da Armada portuguesa para as zonas de operações no Golfo, são factores que, apesar das declarações do governo e de Cavaco Silva de não envolvimento militar português na guerra, nos colocam na órbita dos acontecimentos.

As manifestações em defesa da Paz de milhares de jovens, mulheres e homens dos últimos dias, em consonância com o grande movimento internacional em defesa da Paz, convocadas por mais de uma dezena de organizações políticas, sociais e cívicas portuguesas, são expoentes das profundas aspirações à paz dos portugueses e exprimem de modo inequívoco os anseios de que cesse de imediato a guerra do Golfo, de que tudo seja feito para a solução pacífica do conflito aberto pela ocupação do Kuwait e a intervenção das tropas americanas e inglesas na zona.

Da mesma forma a «Nota» de 10 de Janeiro da Comissão Política do CC do PCP e os Comunicados do dia 16 do Comité Central e do dia 17 do Secretariado do CC, assim como o «Apelo» subscrito por seis partidos comunistas da zona mediterrânica, entre os quais o nosso Partido, para a solução pacífica do conflito do Médio Oriente, exprimem o empenhamento dos comunistas portugueses na defesa da Paz e na regulação pacífica dos diferendos e conflitos entre os povos.

A abertura das hostilidades no Golfo coincidiu com a reunião do CC para uma primeira apreciação dos resultados das eleições presidenciais e com uma abordagem elementar das tarefas mais exigentes dos comunistas para o ano de 1991.

A votação colhida pelo nosso candidato, camarada Carlos Carvalhas, constituiu - como é salientado no Comunicado de 16 de Janeiro do CC - «um êxito assinalável do PCP, particularmente de sublinhar dada a complexidade da actual situação nacional e internacional».

Os resultados eleitorais do candidato do PCP abrem perspectivas favoráveis à realização cabal das tarefas imediatas do Partido e à sua abordagem mais aprofundada na próxima reunião do Comité Central em 1 de Fevereiro.

O calendário de 1991 é particularmente exigente não só em relação com iniciativas especiais do Partido como do melhoramento e reforço do trabalho geral dos comunistas sobre as frentes mais diversas.

A mais próxima das primeiras - o 70.º Aniversário da fundação do nosso Partido - deverá constituir uma grande afirmação do papel e da acção dos comunistas na sociedade portuguesa, da sua identidade e dos seus objectivos históricos e imediatos.

As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio - grandes jornadas nacionais de unidade dos

democratas e dos trabalhadores portugueses - a realização da Festa do «Avante!» e com relevo particular as eleições legislativas de Outubro, constituirão momentos altos da actividade dos comunistas.

Ao «élan» das eleições presidenciais deve dar-se a necessária continuidade para o êxito daquelas iniciativas especiais.

É, porém, no reforço e no melhoramento do trabalho geral do Partido em todas as frentes e nas direcções fundamentais que assentará o êxito das iniciativas de 1991 do PCP, que se concretizarão na prática os grandes objectivos políticos e programáticos assinalados pelos XII e XIII Congressos do nosso Partido.

E ao falar-se no trabalho geral em todas as frentes importa acentuar uma característica essencial da acção dos comunistas: a interligação e complementaridade das suas tarefas, a sua inserção nas direcções fundamentais de luta.

No movimento operário e sindical; no trabalho parlamentar da Assembleia da República e do Parlamento Europeu; nas Autarquias Locais; nas diversas instituições onde os comunistas têm assento; no movimento popular de massas; no movimento cultural; nas frentes específicas de acção; no trabalho organizativo e de direcção a todos os níveis não é a dispersão e a sectorialização descoordenadas mas sim a sua subordinação à linha geral do Partido, às suas direcções fundamentais de luta o traço dominante.

E a aplicação da linha geral do Partido não anula antes pressupõe o aprofundamento da democracia interna, o enriquecimento pela contribuição activa dos militantes, da acção de cada organismo e do Partido no seu todo, a abertura às situações novas e às novas realidades.

A derrota da direita nas eleições legislativas de Outubro, o alargamento necessário da base eleitoral do Partido e dos seus eventuais aliados, o fortalecimento da expressão do PCP em todos os terrenos de acção como contribuição e condição fundamentais para a formalização e viabilização de uma alternativa democrática são tarefas primordiais dos comunistas no ano de 1991.

Mas é a interligação e complementaridade das tarefas do Partido, das suas diversas frentes de trabalho e principalmente na militância e na correcção do trabalho de cada comunista que tem de assentar e assentará a concretização dos nossos justos e realizáveis projectos políticos e de luta.

## Resumo

### 17 Quinta-feira

Depois de ter reunido o Conselho de Estado, para analisar os desenvolvimentos da situação de guerra no Golfo, o Presidente da República, Mário Soares, dirige uma comunicação ao País, em que afirma que o desfecho do conflito é decisivo para uma nova ordem mundial. O navio «S. Miguel» parte para a zona do Golfo para prestar apoio logístico à força multinacional empenhada nas operações do Golfo. A guerra no Golfo ocupa todo o dia dos parlamentares na AR. O Presidente Mário Soares manifesta ao presidente George Bush o seu «total apoio» ao ataque militar em curso contra o Iraque. As bolsas reagiram positivamente ao início das hostilidades na zona do Golfo. Primeiro-ministro britânico alerta para o poder militar do Iraque.

### 18 Sexta-feira

Catorze portugueses, tripulantes do avião «Hércules-C130» da Força Aérea Portuguesa, partem para a Arábia Saudita. Uma grande manifestação realizada no Rossio, que acaba em desfile para a Assembleia da República, apela ao fim da guerra e exige a



negociação como solução para o conflito. Portugal, Espanha, França e Marrocos reúnem-se no âmbito do chamado Acordo de Lisboa para fazer frente à poluição, em especial às águas negras. Os doze países da comunidade afirmam no Luxemburgo que a ausência de resposta de Israel ao ataque do Iraque significaria uma prova de força e não de fraqueza. Militares soviéticos ameaçam o Presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin, com uma acção semelhante à que desenvolveram na Lituânia. A NATO lança um apelo a Israel para que pondere cuidadosamente a sua reacção ao recente ataque iraquiano contra o seu território.

### 19 Sábado

Mais 200 portugueses integrando a tripulação da fragata «Sacadura Cabral» partem para a zona do Golfo. O ministro do Ambiente anuncia que Portugal vai receber 21 milhões de contos, no âmbito do programa comunitário ENVIREG. O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, reafirma que mesmo no caso de a Turquia ser atacada Portugal não tem obrigatoriamente de se envolver directamente no conflito. Fontes oficiais norte-americanas e israelitas confirmam que Israel congelou uma retaliação militar contra os iraquianos. O monarca jordano, Hussein, apela numa conferência de imprensa para o cessar-fogo no Golfo.

### 20 Domingo

Os nove portugueses que pediram para ser repatriados da Arábia Saudita desembarcam em Lisboa. Dezenas de milhares de manifestantes pedem em Moscovo a demissão de Gorbachov. Inicia-se o 2.º Congresso extraordinário do PAIGC, partido do poder na Guiné-Bissau. Realizam-se eleições em São Tomé e Príncipe. É lançado um total de dez mísseis «Scud» sobre a Arábia Saudita, nove dos quais foram interceptados pelos «Patriot». O Papa apela para todas as partes envolvidas no conflito do Golfo para porem termo à guerra. Militares de manifestantes apelam, em diversos países ocidentais, ao termo da guerra, enquanto na Argélia e na Jordânia se registam manifestações de apoio ao Iraque.

### 21 Segunda-feira

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Soares Carneiro, reafirma o propósito do Governo de não se colocar a hipótese de Portugal participar na guerra do Golfo. A Comissão Europeia apresenta em Estrasburgo um plano «pós-guerra» que permitiria à Comunidade restabelecer os laços e o diálogo com o mundo árabe. Celestino da Costa, primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, apresenta verbalmente o pedido de demissão do seu Governo, ao Presidente Pinto da Costa, na sequência da derrota do MLSTP-PSD nas eleições de domingo. O Iraque volta a afirmar que os prisioneiros de guerra aliados serão usados como escudos humanos em locais estratégicos. O chefe do governo israelita, Yitzhak Shamir, desmente categoricamente que Israel tenha prometido a Washington que não atacará o Iraque.

### 22 Terça-feira

O presidente da Comissão Parlamentar da Defesa, Jaime Gama, defende a solidariedade institucional entre órgãos de soberania face à guerra no Golfo. A problemática da integração comunitária é de novo discutida no Parlamento por iniciativa do PCP. O Tribunal Constitucional vai devolver à Assembleia da República o Estatuto Político da Madeira depois de ter apreciado o texto. Os trabalhadores da Direcção-Geral da Contabilidade Pública iniciam uma nova greve. Jorge Sampaio, presidente da Câmara de Lisboa, apresenta o balanço de um ano à frente da Câmara. A Comunidade Europeia entra definitivamente no processo de revisão da sua Política Agrícola Comum. O presidente soviético Mikhail Gorbachov refuta qualquer responsabilidade nos últimos acontecimentos ocorridos na Lituânia e Letónia, tendo no entanto posto em causa a atitude irresponsável dos dirigentes bálticos. Um míssil Scud iraquiano atinge uma zona residencial de Telavive, causando três mortos e 73 feridos, segundo as autoridades israelitas. São incendiadas instalações petrolíferas situadas no antigo emirato do Kuwait.

Publicação de todos os países UNI-VOS  
O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo  
PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português, Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX: Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX: Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL «AVANTE!», SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000500  
CRC matriculada: 47059  
NIF - 500 090 440  
DISTRIBUIÇÃO:  
CDL Central Distribuidora Livreira,  
SARL Serviços Centrais:  
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do  
Seculo, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Rua de São Bernardo, 14  
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7  
ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44  
EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44  
PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 01 93  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º  
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto  
R. Miguel Bombarda, 578  
4000 Porto  
Tel. 69 59 08/69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394  
Composto e impresso na Heska  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 905/95

## Abaixo-assinado de intelectuais

«Lançamos um apelo humanitário para o urgente fim das hostilidades militares e para uma solução negociada que assegure uma Paz justa e duradoura no Médio Oriente», lê-se no abaixo-assinado que está a circular junto dos intelectuais portugueses, dirigido aos órgãos de soberania do Estado português, à delegação da ONU em Portugal e aos embaixadores, em Lisboa, dos EUA, Reino Unido, França e Iraque.

As primeiras assinaturas de apoio são de Álvaro Salazar, Álvaro Siza Vieira, Armando Alves, Artur Ra-

mos, Eugénio de Andrade, José Rodrigues, Júlio Resende, Natália Correia, Óscar Lopes, Rogério Paulo e Teresa Santa Clara Gomes, continuando entretanto o documento a circular.

Esta iniciativa, refira-se, teve início no Porto, onde na passada sexta-feira numerosos intelectuais desta cidade lançaram e assinaram o apelo, que teve grande acolhimento em todo o País. Na página 6/Semana damos notícia de várias acções a favor da Paz promovidas em várias regiões do Continente.

*Abaixo-assinado que está a recolher a assinatura  
de intelectuais portugueses*

- Aos Órgãos de Soberania do Estado Português
- A Delegação da ONU em Portugal
- Aos Embaixadores em Portugal dos Estados Unidos da América, Reino Unido, França e Iraque

"Profundamente preocupados com o desencadear da guerra no Golfo e as suas graves consequências para a região e o Mundo inteiro, lançamos um apelo humanitário para o urgente fim das hostilidades militares e para uma solução negociada que assegure uma Paz justa e duradoura no Médio Oriente".

Álvaro Salazar, Álvaro Siza Vieira, Armando Alves, Artur Ramos, Eugénio de Andrade, José Rodrigues, Júlio Resende, Natália Correia, Óscar Lopes, Rogério Paulo, Teresa Santa Clara Gomes.

NOME	PROFISSÃO

- Em nome da legalidade  
A duvidosa legalidade da intervenção norte-americana contra o Iraque

Pág. 4

- Informação de guerra  
O papel da informação na guerra do Golfo

Pág. 3

- Diário da guerra

Pág. 2

- Conhecer a guerra, estar contra a guerra  
O olhar diferente de ex-militares na Guerra Colonial sobre o conflito no Golfo

Pág. 9

- Deputados do PCP apelam na AR e no PE ao cessar-fogo

- Artistas e intelectuais portugueses apoiam abaixo-assinado a favor da paz

Pág. 6/7

- Esta não é a nossa guerra

- Declarações de Gisèle Halimi

antiga embaixadora da França na UNESCO

Pág. 7

PORTUGAL INDEPENDENTE

NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional



## Os três cães

Enquanto os norte-americanos continuam a inundar-nos as bases e o território com a passagem de reforços militares para as suas contas mal feitas na guerra do Golfo, a psicose do terrorismo entrou-nos portas dentro. No início da semana já iam em 20 os locais vistoriados pela Brigada de Minas e Armadilhas da PSP em busca de bomba; felizmente revelaram-se falsos alarmes. E felizmente, também, que o Amigo Americano não nos desamparou neste lance.

Ele, o Amigo Americano, aterra por cá a sua guerra em trânsito mas não deixa apenas medo — fornece-nos, igualmente, os meios para o combatermos. Oferecendo-nos, para já, três cães. O que é justo à luz do aforismo nacional de que «quem tem medo compra um cão». Que até nem foi preciso comprar. Os EUA deram-no. E em número de três, sublinhe-se.

Evidentemente que não são uns cães quaisquer, a ladrar para aí à toa. Trata-se de três belos exemplares *malinois* — dois cães e uma cadela — oriundos dos EUA, onde começaram a ser treinados; os tratadores portugueses completaram-lhes o treino e eles aí estão, preparados especificamente para detectar explosivos.

O «Diário de Notícias» acompanhou uma das suas intervenções — nem mais nem menos que numa vistoria, há dias, ao Palácio de S. Bento, na sequência de um telefonema indicando a colocação de uma bomba no edifício — e o relato é elucidativo da eficácia dos animais que, «após cheirarem tudo o que os seus tratadores lhes mandaram cheirar», provaram «não haver nada de suspeito no edifício». Do ponto de vista bombista, evidentemente, que para mais não dá a competência olfactiva dos *malinois*.

O surpreendente da história está num pormenor relatado pelo repórter do «DN» que, com a devida vénia, passamos a transcrever:

«Os dois exemplares que o DN observou em plena acção fazem parte de uma pequena alcaeteia constituída por três cães e uma cadela, mas que não se poderão reproduzir ente nós, uma vez que foram castrados na origem. Desconhece-se a razão dessa operação, uma vez que a resposta dos fornecedores americanos foi de que **nós mandamos outros** quando estes se revelarem incapazes de continuar a sua missão».

Permitimo-nos discordar do «DN» apenas quando afirma «desconhecer-se a razão dessa operação», por nos parecer óbvio o que, de resto, o próprio texto induz — de que os norte-americanos pretendem, muito simplesmente, impedir que os *malinois* se reproduzam em Portugal.

Posto o que nos quedamos perplexos.

Seria compreensível esta cautela norte-americana em assegurar o exclusivo do *pedegree* dos seus cães se os animais, agora vindos para Portugal, aqui se deslocassem em florilégio canino, aliás sempre especioso e, por isso, merecedor das nossas benevolências para algumas idiosincrasias desgarradas.

Só que estes *malinois* são, essencialmente, uma arma de guerra. Um instrumento vivo de combate ao banditismo. Um auxílio especial das autoridades americanas às autoridades portuguesas. No fim de contas, uma pequenina contrapartida pelo escancaramento do nosso território a todos os trânsitos bélicos dos EUA — algo tão insignificante que até é uma vergonha falar disso.

Só que o Amigo Americano não tem vergonha nem descara insignificâncias, se houver dinheiro pelo meio. O seu *pedegree* fareja logo e põe-se a pau. Amigos, amigos, olfactos à parte. E fornece-se à peça.

É sabido que o Amigo Americano sempre nos forneceu os produtos, negando-nos a tecnologia. Mas **capá-la**, senhores?!...

■ HC

### Guerra no Golfo

# Diário da guerra

## Quinta-feira, 17 de Janeiro

● Às 23h40m de 16 de Janeiro os aviões americanos iniciam o bombardeio de Bagdad. Estarão envolvidos cerca de 2 500 aparelhos, prevendo-se - segundo o Pentágono - a saída de 1 300 nas primeiras 24 horas, o que torna o ataque no maior bombardeamento aéreo da história. Cerca de meia hora mais tarde, em Washington, é anunciado oficialmente o início da operação «Tempestade no Deserto».

● Os bombardeamentos a Bagdad sucedem-se a um ritmo de um de 15 em 15 minutos.

● Bagdad anuncia ter abatido 14 aparelhos inimigos, o que é desmentido pelos americanos.

● Gorbachov afirma em Moscovo ter tentado na véspera uma última vez demover o presidente Bush da intervenção armada.

● Saddam Hussein na TV proclama a vontade do Iraque de se defender até ao fim.

● Os Doze apelam ao Iraque para que retire do Kuwait e o ministro dos Negócios Estrangeiros francês afirma que bastará a declaração de uma intenção de retirada para fazer calar as armas. Perez de Cuellar declara que a possibilidade de paz «depende do Iraque, caso o Iraque recue».

● O primeiro balanço iraquiano de baixas anuncia terem os bombardeamentos provocado 23 mortos e 66 feridos civis. Bagdad anuncia terem sido abatidos 44 aviões (às 23 horas o número subirá para 60) e 23 mísseis de cruzeiro inimigos.

● A Argélia condena o ataque contra o Iraque.

● O Japão anuncia uma ajuda suplementar de 2 mil milhões de dólares para apoio à força multinacional.

● A imprensa em todo o mundo fala de uma «vitória esmagadora» do primeiro ataque e fornece dados sobre a destruição de objectivos militares iraquianos que não se confirma.

## Sexta-feira, 18 de Janeiro

● O general Schwarzkopf, comandante norte-americano da operação «Tempestade no Deserto», anuncia que foram destruídas seis bases iraquianas de lançamento de mísseis «Scud».

● A Grã-Bretanha envia mais um batalhão para a zona do Golfo com o objectivo de preparar as instalações para prisioneiros de guerra iraquianos.

● Manifestação em Istambul (Turquia) contra a guerra.

● George Bush faz uma declaração em que anuncia que a guerra será mais prolongada, embora «esteja a correr bem», o que é interpretado como um recuo face às primeiras afirmações optimistas. Posteriormente, o presidente reúne de emergência com os secretários da Defesa, Dick Cheney, e de Estado, James Baker.

● Durante todo o dia repetem-se acções de bombardeamento sobre o Iraque e o Kuwait.

● Grandes manifestações pró-iraquianas ocorrem em Saida (Líbano) - 30 mil palestinianos e libaneses - e em Carachi (Paquistão).

● Um avião C-130 da Força Aérea Portuguesa parte para Chipre com três ambulâncias e, a pedido da NATO, a fragata «Sacadura Cabral» parte para o Mediterrâneo Oriental.

● O governo de Luanda considera a intervenção contra o Iraque «um perigo para a paz e para a segurança internacional».

● Os dois navios soviéticos que se encontravam na zona do Golfo abandonam a área.

● Um comunicado da câmara dos deputados jordana apela a todos os povos árabes e islâmicos para que destruam em toda a parte interessadas dos estados agressores do Iraque. Apelo idêntico é formulado pela organização palestiniana FLP.

● Funcionários do Pentágono afirmam no Congresso que apenas 11 dos 700 aviões iraquianos foram destruídos.

● Durante a noite são lançados diversos mísseis iraquianos sobre cidades israelitas, nomeadamente Tel Aviv e Jerusalém: Rádio Bagdad anuncia terem sido onze os disparos. Segundo o exército israelita, os bombardeamentos provocaram dez feridos ligeiros. A reacção de Israel aos mísseis é aguardada com grande expectativa, uma vez que a sua entrada no conflito ao lado dos EUA provocará uma mudança de posição dos países árabes que apoiam a acção armada contra o Iraque. Há informações desencontradas sobre as intenções do governo de Shamir.

● Gorbachov saúda o governo israelita pela sua contensão não respondendo aos ataques dos mísseis iraquianos.

## Sábado, 19 de Janeiro

● Os bombardeamentos americanos provocaram, segundo fontes iraquianas, 71 mortos, entre os quais 31 militares. O Iraque anuncia ter abatido desde o início da ofensiva 142 aviões inimigos, mas em Riad, um responsável norte-americano diz que os EUA perderam apenas seis aparelhos.

● Os EUA enviam para Israel mísseis antimíssil «Patriot» que serão accionados por técnicos norte-americanos. Diversas declarações de dirigentes israelitas deixam entender que Israel não tenciona ripostar aos ataques iraquianos, embora Bagdad afirme haver aviões israelistas integrados nas forças de ataque norte-americanas.

● O rei Hussein da Jordânia apela para o fim do conflito e o rei Hassan de Marrocos propõe a Saddam Hussein o

envio de uma força militar da União do Magreb (Argélia, Tunísia, Marrocos, Líbia e Mauritânia) para substituir os soldados iraquianos no Kuwait.

● O comando norte-americano anuncia a prisão de 12 soldados iraquianos no seguimento de uma operação aeronaval contra plataformas petrolíferas ao largo da costa do Kuwait. Neste mesmo dia, é entregue aos representantes diplomáticos iraquianos em Washington uma nota em que os EUA se comprometem a respeitar a Convenção de Genebra quanto a prisioneiros de guerra, esperando que os iraquianos façam o mesmo.

## Domingo, 20 de Janeiro

● Bagdad anuncia novos números sobre as vítimas dos bombardeamentos: 94 mortos e 246 feridos.

● A imprensa britânica afirma que, apesar dos três dias de bombardeamentos, a força aérea iraquiana está praticamente intacta. Às 16 horas, em comunicação através da TV iraquiana, Saddam Hussein afirma também que o Iraque «ainda não utilizou todas as suas forças e armas, mas a resposta iraquiana só começará dentro de alguns dias». Saddam Hussein apelou igualmente para o apoio da nação árabe.

● Os EUA insistem junto de Israel para que não responda aos ataques iraquianos. O secretário de Estado adjunto Lawrence Eagleburger desloca-se a Tel Aviv.

● O Iraque anuncia ter abatido mais 12 aviões inimigos, elevando para um total de 154 o número de aparelhos aliados abatidos.

● Segundo uma sondagem realizada pelas estações de TV CNN e ABC, entre 83 e 86 por cento dos norte-americanos apoiam a política de guerra de George Bush. Entretanto, a polícia intervém novamente em Washington contra manifestantes em frente da Casa Branca e realizam-se mais manifestações pacifistas em diversas cidades dos EUA.

● Yasser Arafat dirige-se ao presidente Mitterrand convidando-o a agir rapidamente para que se encontre uma solução pacífica para o conflito do Golfo. Mitterrand afirma neste mesmo dia que «uma verdadeira tentativa de paz tem de vir do presidente iraquiano».

● A TV iraquiana mostra vários pilotos das forças aliadas feitos prisioneiros. Os comandos americano e britânico confirmam que os nomes constam das suas listas de desaparecidos em operações. Os EUA afirmam ter perdido até esta altura nove aviões, enquanto Bagdad refere 160 aparelhos abatidos pela sua defesa antiaérea.

● Diversos mísseis iraquianos «Scud» são lançados contra cidades da Arábia Saudita, sendo diversos deles interceptados por mísseis «Patriot», atingindo outros alvos em Riad e Dahrán.

## Segunda-feira, 21 de Janeiro

● Em entrevista à NBC, o secretário de Estado Dick Cheney afirma que o Iraque poderá ter ainda 30 a 40 plataformas móveis para lançamento de mísseis «Scud». Em Riad, um porta-voz militar norte-americano diz também que os pilotos aliados «estão longe» da destruição completa dos mísseis «Scud» e informa que, desde o início das hostilidades, foram efectuadas 8100 saídas pelos aparelhos das forças aliadas.

● Cenas de pugilato no parlamento turco entre a oposição e o partido do Governo sobre a possibilidade da Turquia entrar na guerra.

● O presidente do senado egípcio, Kamal Halmi, declara que a crise do Golfo custou já ao seu país mais de 22 milhões de dólares (cerca de 4 mil milhões de contos).

● Os EUA apresentam um veemente protesto contra alegados maus tratos a que estariam a ser sujeitos os pilotos prisioneiros no Iraque, retomado pelo presidente George Bush que acusa Bagdad de violar a Convenção de Genebra.

● Muamar Khadafi dirige apelos aos dirigentes de países árabes para uma intervenção comum para pôr termo à guerra.

● Encontro de Yasser Arafat com o presidente tunisino Ben Ali.

● O Iemen condena a agressão contra o Iraque e apela ao Conselho de Segurança da ONU para adoptar uma resolução que preveja o cessar-fogo.

● Embora se mantenha o estado de alerta em Israel, o exército israelita apela para que as pessoas regressem ao trabalho, fazendo-se contudo acompanhar da máscara antigás.

## Terça-feira, 22 de Janeiro

● O oficial de operações do Estado Maior norte-americano, general Thomas Kelly, anuncia que o Iraque utilizou «imitações» para iludir os aviões de bombardeamento que procuravam as rampas dos mísseis «Scud».

● Mísseis iraquianos continuam a ser lançados sobre a Arábia Saudita atingindo alvos diversos.

● A Câmara dos Comuns aprova a política do governo conservador de intervenção militar no Golfo.

● A OLP terá iniciado no Líbano o recrutamento de voluntários palestinianos para se baterem ao lado do exército iraquiano. Em Kuala Lumpur, na Malásia, um grupo fundamentalista muçulmano anuncia igualmente estar a recrutar voluntários com o mesmo destino.

● Segundo atentado em Beirute contra alvos civis (um banco francês), sem causar vítimas.

● O Japão anuncia que participará com mais uma verba de nove milhões de dólares (1,18 mil milhões de contos) para apoio à força multinacional.

Guerra no Golfo

# «Give peace a chance»

## Manifestações pela paz

### em todo o mundo

Muitas centenas de milhar de pessoas, nas cidades de todo o mundo, têm descido às ruas a exigir paz. Entretanto, a televisão vai transmitindo imagens e informações de uma guerra pretensamente «asséptica», onde há mísseis, mas não há mortos nem feridos, vítimas humanas. No que muito objectivamente acaba por assumir uma posição antipacifista.

«Os espectadores poderão assim imaginar que estão a assistir a uma importante manifestação desportiva», comenta-se nas páginas do New York Times, em referência à forma de «cobertura» da guerra, adoptada pelas televisões americanas, que de acréscimo pesa de forma decisiva na informação difundida por todo o mundo.

Uma forma de abordagem do curso da guerra, que tem como consequência (de momento) um enfraquecimento do movimento pela paz, em particular nos EUA, pois acaba por convencer que, finalmente, a guerra não é tão má assim. Que cria condições adequadas à repressão do movimento pacifista. E que choca de forma por de mais ostensiva com todos os estudos feitos sobre custos humanos, e outros, da guerra, e até com o significado de medidas tomadas pelo governo norte-americano, como o número acrescido de sacos para transporte de cadáveres enviados para o Golfo.

Vale a pena referir aqui uma, entre outras previsões possíveis, sobre custos humanos.

Mais de 310 000 vítimas entre os militares dos dois campos. Um milhão de vítimas civis, 100 000 mortos. São os números calculados pelo conceituado centro de informação sobre a defesa, instituição privada dirigida por antigos oficiais do exército norte-americano. Note-se que neste estudo não foi considerada a eventual utilização de armas químicas, biológicas ou nucleares.

#### EUA, estimulado clima de intolerância

Este deliberado esvaziamento da decisiva componente humana, trágica, da guerra, permite um provisório apoio de sectores da opinião pública à continuação da intervenção militar e, o que é mais grave ainda, cria o terreno adequado à «justificação» da repressão contra os pacifistas.

Não é por acaso que começaram a sair à rua também grupos que apoiam a intervenção militar decidida por Bush, e é o próprio presidente norte-americano que vem a terriro acusar o movimento pacifista (e a informação que cobre as suas acções) de estar a desmoralizar as tropas na linha da frente. Um bom velho argumento, também anteriormente utilizado quando da guerra do Vietname.

Velho e perigoso. Em recente editorial de «Los Angeles Times», chama-se a atenção para o problema, afirmando: «não vale a pena morrer pela América se perdermos a nossa tolerância pela diversidade política».

Apesar deste clima antipacifista, é exactamente nos Estados Unidos — e na Alemanha

— que o movimento pacifista demonstra particular vigor.

Manifestações têm-se sucedido, quase ininterruptamente, em Washington, Nova Iorque, São Francisco. Em Seattle, várias dezenas de milhar de pessoas saíram às ruas, na maior manifestação realizada no país. A presença de estudantes neste movimento é muito sensível, lembrando aliás outros períodos da história americana. Várias têm sido também as personalidades que publicamente assumem a sua opção pela paz. É nomeadamente o caso do veterano do Vietname, Ron Kovic, e de Jesse Jackson, ex-candidato presidencial nas Primárias do Partido Democrático.

Por seu lado, trinta e dois dignitários das Igrejas cristãs americanas — membros das Igrejas luterana, baptista, reformadora, metodista, ortodoxa, presbiteriana e católica — enviaram carta à Casa Branca pedindo que a acção militar seja suspensa e dada «uma outra oportunidade à paz antes que seja demasiado tarde».

#### Movimentos pela paz

Manifestações pela paz e por uma solução política dos problemas do Golfo e do Médio Oriente, têm decorrido praticamente em todas as capitais da Europa Ocidental, de Londres a Madrid, de Bruxelas a Berlim, num claro renascimento do movimento pacifista. Na Alemanha, são centenas de milhar de pessoas que têm descido às ruas de várias cidades do país, num movimento de uma amplitude que faz lembrar as grandes manifestações de 1983 contra o estacionamento de mísseis nucleares americanos no território do país.

Manifestações pacifistas têm também decorrido em vários países da América Latina e em África. Milhares de pessoas manifestaram-se em São Paulo, Buenos Aires, Quito, Cidade de México. Manifestações também em Nova Deli e Karachi.

Em várias cidades da Austrália decorreram manifestações com mais de 10 mil pessoas.

De referir, pela sua importância, a posição tomada pelo Vaticano, e os Apelos à Paz do Papa João Paulo II, aliás apoiados pelos comunistas italianos. Em recente editorial, o jornal do Vaticano atacava mesmo a imprensa italiana, pelo tom triunfalista, e afirmava: «Digamo-lo com firmeza: se a guerra faz medo, este coro de consenso belicista, esta euforia que recorda os comportamentos de tempos e regimes que se julgavam definitivamente esquecidos, fazem ainda mais medo.»

#### A questão

«Um dia, haverá finalmente uma conferência para a resolução pacífica do conflito, então porque não agora, antes da perda de milhões de vidas humanas?». Esta uma questão colocada, numa concentração na universidade em Richmond, capital da Virgínia, que reuniu sobretudo estudantes e professores, logo que foi conhecida a rejeição, pelos EUA, do projecto francês para uma solução política.

Uma pergunta que, em si, reflecte todo o absurdo da guerra. E simultaneamente questiona, de facto, as razões do seu desencadear.

Bastará referir que, hoje, de Londres a Nova Iorque, se pode ouvir falar, em termos de pós-guerra, da necessidade de convocar uma conferência sobre o Médio Oriente, e nomeadamente resolver o dramático problema palestino.

O mesmo problema que vinha inserido na proposta francesa, e que os Estados Unidos decididamente recusaram considerar.

## JCP apela ao terminus da guerra

O executivo da Direcção Nacional da JCP reuniu no passado domingo para analisar os resultados das eleições presidenciais e, muito particularmente, a situação de guerra que actualmente se vive na região do Golfo.

Esta organização de jovens comunistas manifesta a sua preocupação pela grave crise e exige o «imediato terminus da guerra na região, que se traduziu já em inúmeras perdas humanas e materiais».

A JCP defende a resolução pacífica e negociada do conflito e apela aos jovens para lutarem em defesa da paz e reivindicarem junto do Governo português o empenhamento do nosso país na procura de uma saída pacífica da crise e o não envolvimento de Portugal, designadamente da juventude portuguesa, na guerra do Golfo.

# Informação de guerra

Logo na passada segunda-feira, os jornais referiram as críticas surgidas nos Estados Unidos contra a forma como as cadeias de televisão têm estado a cobrir o conflito do Golfo. O *New York Times* escrevia que «os telespectadores poderão (...) imaginar que estão a assistir a uma importante manifestação desportiva» e um responsável de produção citado pelas agências afirmava:

«O que se transmite é excitante - a guerra em directo nas horas de maior audiência, o uivo das sirenes de alerta e os repórteres a trabalharem com as máscaras anti-gás a tapar-lhe o rosto -, mas neste aspecto trata-se mais de uma história de televisão do que de uma cobertura de guerra».

E o *Washington Post* não deixa de ironizar sobre «o repórter da CNN que conta como se abrigou debaixo da cama no seu quarto de hotel de Bagdad quando se iniciaram as hostilidades»...

#### Informação ou espectáculo?

As possibilidades técnicas postas hoje ao serviço da comunicação permitiram que os órgãos de comunicação social montassem na região do Golfo um dispositivo com potencialidades até hoje únicas. Isto é verdade em geral para as grandes cadeias de TV e, no nosso caso português, igualmente marca uma realidade inteiramente nova no campo da rádio e televisão.

Tem sido particularmente salientado o facto de este dispositivo permitir a transmissão imediata dos acontecimentos dadas as condições de transmissão, mas tem sido esquecido um factor importante: para que tal transmissão seja imediata há que dispor de um conjunto de meios técnicos instalados que condicionam a informação que é transmitida, sendo isto verdade especialmente no caso da TV. Ou seja: o facto de se poder transmitir imediatamente uma mensagem/imagem proveniente da zona do Golfo não significa fatalmente que essa (ou essas mensagens/imagens sejam as que melhor informam e ilustram o que se passa. Associar automaticamente a rapidez da informação à qualidade da informação ou, pior ainda, ao rigor da informação é cair numa armadilha grosseira.

E a verdade é que é indesmentível que, com todo o equipamento e todo o barulho feito, a cobertura até agora realizada pelas TVs da guerra do Golfo superou em rapidez o que anteriormente se passou, mas está a enorme distância dos trabalhos feitos pelas mesmas cadeias, por exemplo, sobre o Vietname, com muito menos meios, mas mais rigor e mais empenhamento informativo.

Um dos factores que contribui para esta situação é exactamente a natural exigência de rentabilização do equipamento de comunicações (satélites nomeadamente) que cai sobre os jornalistas obrigando-os a um frenesi de rapidez para bater a concorrência que acaba a não lhes permitir movimentação e busca de informação e imagens, seguramente de transmissão diferida e mais tardia, mas potencialmente mais esclarecedoras e informativas.

O peso do equipamento e dos meios técnicos acaba a sufocar o jornalista, transformando-o num protagonista desses meios técnicos, num protótipo, numa extensão do seu funcionamento - num actor fixado ao telefone, à câmara, ao microfone e à ligação ao satélite. O jornalista deixa de ser o mediador entre o facto e o público para se transformar ele próprio no eixo da transmissão e do seu próprio conteúdo. Se está aqui ou ali, com máscara ou sem máscara, como se sente, o que sabe ou o não sabe, tudo se torna notícia num microcosmos dentro do conflito geral. Só que dificilmente se poderá atribuir a estas notícias o carácter de efectiva informação noticiosa: estamos muito mais face a um espectáculo em que o jornalista é o actor e o pivot de estúdio em encenador.

Acontece que a adequação, a identificação deste espectáculo com a realidade é, no mínimo, contingente e, em última leitura, tendencialmente viciadora e adulteradora.

#### Realidade e ficção

Como salientam os críticos já citados, esta protagonização da informação centrada no próprio jornalista não se limita a ser polémica sob o ponto de vista informativo, é-o igualmente perigosa quanto aos seus efeitos junto do público.

A questão da rapidez da informação como um valor absoluto é particularmente perigosa. A verdade é que há valores prévios esses sim absolutos que tendem então a ser esquecidos: uma informação falsa não passa a ser

melhor pelo facto de ser rápida ou mesmo instantânea, ao passo que uma informação verdadeira e rigorosa é valorizada pela rapidez, mas não perde a sua fatalmente a sua qualidade própria por uma transmissão mais dilatada no tempo.

O problema agrava-se na medida em que ao hipervalorizar a rapidez sobre qualquer outro padrão e ao transformá-lo num valor em si se dá origem a uma sucessão ininterrupta de notícias cuja essencial razão de ser é serem transmitidas em primeira mão. Não estamos perante a desejável rapidez de transmissão de uma notícia verdadeira e importante, mas apenas perante uma notícia recente a que se sucede outra notícia recente, e assim indefinidamente. Esta subvalorização do rigor e veracidade da notícia constitui um trunfo precioso, introduzido na própria dinâmica profissional noticiosa, para qualquer esforço de manipulação.

Não parece discutível que o gigantesco equívoco gerado quanto ao esmagamento do exército iraquiano nas primeiras horas da ofensiva norte-americana é o fruto simultaneamente do interesse propagandístico do estado-maior americano, mas é também uma consequência perversa do esforço e empenhamento da comunicação social de transmitir todas as notícias que iam chegando com análise mínima.

A análise a posteriori da torrente informativa de quinta e sexta-feira da semana passada é impiedosa: poucas vezes se terão lançado para o público tantas notícias parciais, inexatas, incompletas e sem qualquer confirmação posterior, assim contribuindo para um quadro inteiramente fictício do drama que se começava a desenrolar no Golfo.

#### A verdade e a Paz

Sendo verdade que o esforço informativo desenvolvido resulta não apenas de meios tecnológicos, mas também do empenho e entusiasmo de numerosos jornalistas e outros profissionais de comunicação social, o tom «higiénico» de que as primeiras notícias rodearam o talvez mais gigantesco bombardeamento aéreo da história criou uma imagem que não é irrelevante sob o ponto de vista político e social.

Transformar a notícia em espectáculo é retirar-lhe muito da sua capacidade mobilizadora, da sua capacidade de apelo à intervenção cidadã que está na origem do papel e legitimidade sociais da comunicação social: uma notícia pretende criar cidadãos e não espectadores. Por si só, é já motivo de reflexão deontológica o potencial conflito que se pode gerar impondo à actividade noticiosa a lógica da espectacularidade, da concorrência, do impacto visual do espectáculo televisionado.

Mas, seguramente mais grave, é verificar até que ponto a gigantesca massa de informação produzida nos últimos dias oculta efectivamente aspectos fulcrais do que se está a passar.

É estranho verificar como os órgãos de comunicação social se enchem de artigos de divulgação sobre equipamento militar e as suas performances, de crónicas sobre estratégia e completamente se esquece que tais performances têm um custo em vidas humanas e que a medida da sua eficácia se mede acima de tudo em mortos. É estranho verificar a quase completa ausência de informação sobre as posições iraquianas e a clara existência de dois pesos e duas medidas para avaliar os factos. Um bombardeamento em Bagdad é «um bombardeamento cirúrgico», um míssil em Tel Aviv é uma tragédia; a capital do Iraque dada como arrasada por toneladas de bombas é uma vitória, três mortos em Israel são um ambiente de pânico.

Ao carácter asséptico de uma guerra com meios de extermínio nunca vistos proporcionado por uma informação onde a rapidez frequentemente se traduz em precipitação e onde a espectacularidade muitas vezes oculta a realidade acrescenta-se um belicismo e uma xenofobia particularmente perigosas.

Há que recordar que à comunicação social, com as imagens transmitidas do Vietname se deve um papel histórico no movimento de opinião que impôs o fim da guerra. A opinião pública mundial manifesta-se hoje inquietada, em muitos casos, declarada e combativamente a favor da procura de uma saída pacífica para o conflito.

De que lado quer estar esta Comunicação Social, igualmente rica de meios jamais vistos?

Não parece duvidoso que, estando do lado da verdade e do rigor como deve estar, estará do lado da Paz como o mundo e os homens precisam.

## Guerra no Golfo

# Em nome da legalidade

Uma semana após o início da guerra no Golfo, desencadeada em nome do direito internacional, muitas são as questões que se levantam sobre os verdadeiros objectivos desta lógica de guerra que uma vez mais se impôs contra a dinâmica da paz. Passada a chocante euforia com que a generalidade dos órgãos de informação acompanhou os primeiros momentos da guerra, transformada em espectáculo pseudonoticioso, começam a ouvir-se as vozes que questionam a legitimidade de uma acção que, antes do mais, consagra o papel dos EUA como polícia do mundo.

A invasão do Kuwait em 2 de Agosto de 1990 pelo Iraque, prontamente condenada pelas Nações Unidas, poderia ter sido o início de uma nova era das relações internacionais baseadas no respeito pelo direito internacional. Pela primeira vez a comunidade reagiu prontamente a um acto de agressão de um Estado contra outro Estado e parecia disposta a desencadear os mecanismos ao seu dispor para a reposição da legalidade.

Em 6 de Agosto de 1990, o Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 661 impondo um embargo comercial, financeiro e militar ao Iraque; em 25 de Agosto (Resolução 665), apela aos Estados membros para que cooperem com o governo kuwaitiano e desloquem forças navais para a região de forma a controlar todos os navios que cheguem ou partam do Iraque, a fim de inspeccionar as suas cargas e assegurar-se do seu destino; em 25 de Setembro (Resolução 670), o embargo, até aí naval, passa expressamente a incluir «todos os meios de transporte, incluindo os aéreos».

É a partir daqui que tudo se precipita. Sem esperar que o embargo decretado produza os seus efeitos, o Conselho de Segurança aprova, em 29 de Novembro de 1990 (Resolução 678), o recurso a todos os meios necessários para fazer respeitar e aplicar as resoluções anteriores, incluindo o recurso à força.

Pela primeira vez desde a guerra da Coreia, o Conselho de Segurança toma uma tão grave decisão e com incrível rapidez. No terreno, as forças militares norte-americanas tinham-se antecipado na tomada de posições que nada tinha a ver com o embargo. Centenas de milhares de homens, equipados com a mais moderna tecnologia de guerra, preparavam-se para a guerra sem estarem esgotados os caminhos para a paz.

Entretanto, em 20 de Dezembro de 1990, o Conselho de Segurança aprovava por unanimidade a Resolução 681 sobre a protecção dos palestinos nos territórios árabes ocupados por Israel. A referência à realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente, que deveria constar da Resolução, foi suprimida, relegada para uma declaração anexa sem qualquer valor vinculativo. Foi necessário um mês para se chegar a tão modesto acordo!

O presidente norte-americano George Bush tinha razões para estar satisfeito. Verdadeira única potência militar à escala mundial, os EUA, desta vez com o apoio dos aliados europeus e árabes que conseguiu arregimentar, sentia-se no direito de onde, como e quando entendesse atacar o Iraque uma vez expi-

rado o prazo de 15 de Janeiro que ele próprio impusera para a retirada iraquiana do Kuwait.

Em nome do direito internacional ou de uma *pax americana*?

## Conflitos de média intensidade

Vale a pena recuar um pouco no tempo e ver o que pensam os estrategos norte-americanos sobre a situação mundial pós-fim da guerra fria e confrontação de blocos.

Em Maio de 1990, um grupo de especialistas ao mais alto nível reuniu-se em Washington no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS). No relatório final da reunião afirma-se:

«O declínio das ambições imperiais soviéticas e da ameaça de tipo convencional soviética na Europa não significa o fim da história (como foi sugerido), mas apenas o fim de uma etapa da história.» A etapa seguinte, segundo o grupo, «será sem dúvida centrada nos conflitos de média intensidade.» E aos EUA cabe, de acordo com a opinião destes especialistas, preparar-se para tal eventualidade. Essa será «a tarefa mais importante dos planificadores militares americanos.»

Ainda segundo o mesmo documento, os EUA terão de estar preparados para enfrentar, «em diversos países... importantes exércitos profissionais utilizando grande quantidade de armas modernas. Podem ser pesados carros de combate e de transporte de tropas blindados, artilharia pesada móvel, aviões de ataque de tipo soviético, sistemas integrados de defesa antiaérea, submarinos, mísseis de cruzeiro, mísseis balísticos, modernos mísseis terra-ar e até armas tácticas nucleares ou químicas.»

Já um ano antes, em Maio de 1989, o próprio presidente Bush havia abordado a questão no seu primeiro discurso consagrado às questões de segurança nacional. afirmou então que «tratar com uma União Soviética em mudança será um desafio de primeira ordem. Mas os desafios à segurança a que temos de fazer face hoje não vêm apenas de Leste. A emergência de potências regionais modifica rapidamente o panorama estratégico.» Para Bush é particularmente inquietante «que um número crescente de nações estejam em vias de se dotar de modernas capacidades altamente destrutivas, em certos casos de armas de destruição massiva e de meios para as transportar», pelo que os EUA devem reagir contra a proliferação de armas desse tipo e, se necessário, «ir de encontro às ambições agressivas dos regimes renegados.»

Poder-se-ia pensar que o

presidente norte-americano estava a pensar na paz e no desarmamento. Mas não.

Os regimes renegados de que falava Bush estão no Terceiro Mundo. Segundo refere o «Le Monde Diplomatique», citando o «New York Times», em Fevereiro, Dick Cheney, do Pentágono, aprovava um documento secreto estabelecendo as regras de defesa para o período 1992/1997, que recomendava às forças armadas para se preocuparem menos com o perigo soviético e se prepararem para eventuais conflitos com potências regionais do Terceiro Mundo, como a Síria e o Iraque.

De acordo com o circunspeto «Le Monde Diplomatique» deste mês, cada ramo das forças armadas norte-americanas preparou-se a partir de então para os conflitos de média intensidade; em Agosto, quando o Kuwait foi invadido, a estratégia não estaria ainda totalmente afinada, mas já o estava suficientemente para permitir a deslocação das tropas americanas e a guerra contra o Iraque.

## Os interesses americanos

Em boa verdade, não se pode afirmar que esta posição dos EUA seja nova. O que é de lamentar é que seja sistematicamente ignorada, como se não fosse determinante para o jogo de interesses a nível mundial em que todos os povos do mundo estão envolvidos.

É uma posição que assenta, como é evidente, no desejo de preservar o papel dos EUA como grande potência e na convicção de que tal só será possível com a manutenção das suas capacidades militares para enfrentar os países que lhes sejam hostis. Isso mesmo afirmava o general A.M. Gray, do corpo de marinha, na «Marine Corps Gazette», em Maio do ano passado, ao defender que se os EUA querem continuar a ser uma superpotência têm de conservar o livre acesso aos mercados externos e aos «recursos necessários às necessidades das nossas indústrias». E como esse acesso pode ser comprometido pelos conflitos regionais, considera que os EUA devem preservar na sua estrutura defensiva «uma capacidade credível de intervenção militar suficientemente versátil para responder a todos os tipos de conflito, em todo o mundo.»

Idêntica opinião tem o general Vuono, chefe do estado-maior do exército, que em Abril do ano passado alertava para o facto de «a proliferação de materiais militares modernos ter conferido a um número crescente de países em vias de desenvolvimento a capacidade de travar no solo guerras mecanizadas de longa duração», pelo que os «EUA não podem ignorar a potência militar crescente desses países, e o exército deve estar em condições de vencer perigos potenciais onde quer que se situem. O que poderá significar um conflito com um exército bem equipado do Terceiro Mundo.»

Como várias vezes tem afirmado o general Vuono, para atingir aqueles objectivos o exército americano deve ser

versátil, capaz de se adaptar a todos os ambientes, em qualquer parte do mundo; ter capacidade de ser rapidamente instalado no campo de acção; ser capaz de aplicar golpes mortais; dispor de uma potência de fogo superior à dos seus adversários.

Não se vislumbra, nem com a melhor das boas vontades, onde é que se insere neste contexto o direito internacional, a convivência pacífica, o desarmamento, a defesa da democracia, a paz mundial.

De tudo isto se falou a propósito da crise do Golfo, da justa condenação do Iraque pela invasão e anexação do Kuwait. Um pretexto, afinal, para justificar a guerra.



Em todo o mundo, manifestações e vigílias apelam ao fim da guerra e à resolução pacífica dos conflitos

AF

## Dois pesos e duas medidas

Desde o deflagrar do conflito do Golfo que ficou claro, para quantos se deram ao trabalho de analisar com isenção e lucidez os dados do problema, que a comunidade internacional, vide Nações Unidas, vide Conselho de Segurança, estava a actuar com dois pesos e duas medidas.

Não está em causa, naturalmente, a condenação justíssima do Iraque; não está em causa, tão-pouco, o reconhecimento de que a ligação deste conflito com a causa palestina não passa de uma manobra demagógica e oportunista de Saddam Hussein.

Mas nada disso invalida, no momento presente, o facto ineludível de que as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança estão a actuar, neste caso, de forma flagrantemente contraditória com as actuações anteriores em casos similares. E, o que é mais grave, sem manifestar qualquer intenção de rever posições em relação a anteriores violações do direito internacional de que agora se afirma tão zelosa.

Não se defende - e a posição pública do PCP, que desde finais da década de 70 cortou relações com o partido Baas do Iraque, a esse respeito é bem clara desde a primeira hora - que a impunidade sirva de bitola para a invasão do Kuwait. O que se defende é que todos os problemas em aberto na cena internacional venham para a mesa das negociações e se lhes procure dar solução pela via pacífica.

Porque foi possível reunir tão amplo consenso em torno da condenação ao Iraque? Por causa do direito internacional? Por causa dos direitos humanos?

De forma nenhuma.

Tal foi possível porque importantes interesses ocidentais, económicos e estratégicos estão em jogo na zona do Golfo. Porque os EUA, com ou sem os aliados, avançariam para a região. Porque se houver que redistribuir as zonas de influência na zona, ninguém quer ficar de fora.

Se se tratasse verdadeiramente de discutir o direito e a legalidade internacionais então outra teria de ser a posição da comunidade internacional.

Lembremos que as forças norte-americanas foram para a Coreia com um mandato da ONU há quarenta anos e ainda hoje lá estão.

Que os EUA invadiram Granada há meia dúzia de anos sem que as Nações Unidas tenham levantado um dedo para o impedir e ainda hoje lá estão.

Que os EUA invadiram o Panamá, assaltaram embaixadas de países soberanos, causaram mortes e destruições, epossaram um governo e levaram Noriega para os Estados Unidos sob acusações que até hoje nem os próprios tribunais americanos foram capazes de julgar e condenar, sem sobressaltos de maior a nível internacional.

Que a Turquia, membro da NATO e privilegiado parceiro da Comunidade Económica Europeia (de que não está longe de se

tornar membro), atacou em Julho de 1974 e posteriormente anexou uma parte de Chipre, sem que a comunidade internacional tivesse tomado uma medida para repor a legalidade.

Que a Indonésia invadiu e anexou Timor-Leste, território sob administração portuguesa, cometendo um terrível genocídio, há quinze anos, e lá continua na mais completa impunidade.

Que Israel invadiu e anexou a Faixa de Gaza, a Margem Ocidental do Jordão, os Montes Golã, e lá continua, no mais total desrespeito por todas as Resoluções da ONU, incluindo a que reconhece o direito dos palestinos a uma pátria livre e independente.

Em todos estes casos a posição dos EUA foi decisiva para impedir, boicotar, protelar a tomada de medidas.

Como se pode então falar de direito internacional e de respeito pelas deliberações da ONU?

Como se pode esperar que os povos do Terceiro Mundo, e em particular os povos árabes, aceitem um direito que não lhes diz respeito, ditado pelas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial e que o não respeita?

Não haverá nada que legitime a legalidade internacional enquanto forem usados dois pesos e duas medidas na avaliação dos conflitos.

Não haverá nada que legitime a acção da comunidade internacional enquanto a hipocrisia e os interesses das potências do Norte continuarem a ser a bitola nas relações com os países explorados do Sul.

Porque é hipocrisia falar hoje dos kurdos - vítimas do bárbaro ataque iraquiano com armas químicas - e esquecer o conluio do Iraque com a Turquia para dizimar esse povo, ainda agora à mercê da mais brutal repressão turca.

Porque é hipocrisia fazer tremor o mundo com a ameaça militar iraquiana e esquecer que foram os complexos militares ocidentais que a tornaram possível.

Porque é hipocrisia fazer crer que a paz no mundo terá de depender sempre da força das armas, quando não se exploram os caminhos da diplomacia, pouco consonantes com os interesses políticos e económicos dos Estados Unidos.

Porque é hipocrisia fazer acreditar que as guerras do presente e do futuro são limpas, cirúrgicas, civilizadas, quando o seu resultado e os seus custos continuam a ser de facto medidos em irremediáveis perdas humanas e incalculáveis danos materiais.

É doloroso para todos os povos do mundo ouvir o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, afirmar que «o momento não é de diplomacia», qual antecipado toque de finados à derradeira esperança da humanidade.

Não é possível lavar assim as mãos deste conflito. Depois dele, nada será como antes.

Guerra no Golfo

# Organizações Regionais do PCP apelam à participação dos cidadãos nas iniciativas que exigem o fim da guerra no Golfo



As organizações do Partido, nomeadamente através das Direcções Regionais e das Comissões Concelhias, têm abordado com realismo o início e desenvolvimento da Guerra no Golfo e têm apelado à participação popular nas numerosas iniciativas que têm decorrido em diferentes pontos do País, em defesa da Paz e do diálogo, pela negociação e o fim urgente da guerra.

ção da Organização Regional de Santarém do PCP, analisou a situação decorrente da crise do Golfo e da guerra desencadeada pelos Estados Unidos, salientando:

A direcção regional de Braga alertava em nota divulgada no princípio da semana para as **perspectivas sombrias** que a guerra do Golfo introduziu na situação internacional, salientando que para Portugal **nada justifica um envolvimento directo ou indirecto no conflito.**

«A DORBE do PCP, que apoiou e participou na Vigília, saúda todas as organizações e entidades participantes, saúda todos os participantes, particularmente a juventude que esteve presente em grande número, e apela às mais diversas organizações e entidades, aos intelectuais, à juventude, para que, pelos meios mais diversos, tomem posição a favor da paz e por uma solução política negociada para o conflito».

«No século XX as guerras trouxeram consequências dramáticas e irreparáveis, nada justifica a perda de milhões de vidas humanas e os prejuízos ecológicos e económicos. A vida demonstrou que só os esforços pela Paz podem levar a um futuro que suprima a degradação da vida humana, principalmente a fome, que persiste em todo o mundo», refere a Direcção Regional de Portalegre (DORPOR) em do-

Por seu turno, a Direcção Regional da Guarda (DORG) do PCP, no dia 21, ao condenar a invasão do Kuwait pelo Iraque, considerava que nenhum argumento pode justificar o desencadeamento da guerra conduzida pelos Estados Unidos da América, medida nunca antes tomada em

«Conforme foi afirmado pelo Comité Central do Partido reunido no dia 16, consideramos que a única saída para a crise é uma solução política negociada que ainda é possível antes do conflito atingir proporções mais dramáticas».

Reunido no passado dia 17 para analisar «a dramática evolução dos acontecimentos internacionais e para apreciar os resultados de campanha e do acto eleitoral para a Presidência da República no distrito de Coimbra», o Executivo da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP aprovou uma solução em que exprime a sua profunda tristeza e preocupação perante o trágico curso dos acontecimentos e lamenta que não tenham sido feitos e prolongados todos os esforços políticos para evitar a guerra. O executivo da DORC junta a sua voz à de todos os cidadãos e forças amantes da paz que, neste momento, no mundo inteiro, condenam o desencadeamento da guerra conduzida pelos EUA.

Aquele organismo do Partido referia ainda:

«Tal como o PCP tem repetidamente declarado, se há que continuar a exigir a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, há simultaneamente que travar a obstinação do imperialismo norte-americano em impor a sua linha aventureira de confrontação, com que já colocou a Humanidade perante uma guerra de consequências imprevisíveis. Esta guerra não só não resolverá como agravará os explosivos problemas acumulados na Região do Golfo, nos quais se insere a presente crise, designadamente a ocupação dos territórios árabes da **Palestina, Líbano e Síria** pelas tropas de Israel, em violação frontal das próprias resoluções da ONU, e o cruzamento de poderosos interesses imperialistas relacionados com o domínio da principal riqueza da região — o **petróleo.**

«Por isso o PCP tem insistentemente afirmado, por um lado, que nenhum interesse nacional justifica que Portugal se envolva directa ou indirectamente na guerra e que se impõe por urgentemente termo às hostilidades, persistir na via das negociações e realizar uma Conferência Internacional para a Paz no Médio Oriente.

«O Executivo da DORC do PCP apela aos trabalhadores, aos estudantes e aos jovens em geral, aos intelectuais, às mulheres, aos cidadãos do distrito de Coimbra para que, associando-se às grandes e numerosas acções populares pela Paz que têm tido lugar noutros pontos do país e do mundo, se manifestem pelo fim imeditato da guerra.»

cumento divulgado no passado dia 19.

No dia 20 comentava a Direcção Regional de Beja (DORBE) do PCP:

«Em todo o mundo, designadamente nos Estados Unidos da América, Alemanha, França, Espanha e também em Portugal, erguem-se milhões de vozes reclamando tréguas e o recomeço de negociações que conduzam a uma solução política negociada do conflito e à realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente.

«Esta guerra poderia ter sido evitada e é preciso pará-la!

«Estão a morrer crianças, mulheres, jovens, homens, seres humanos, sejam americanos, iraquianos ou outros. O sofrimento e a destruição são imensos e alastram a cada hora.

«Há o perigo da guerra alastrar a outros países e assumir proporções políticas e bélicas ainda maiores e mais complexas.

«Em Beja, já no passado dia 18, teve lugar uma Vigília pela Paz e contra a guerra. É preciso que novas acções pela paz tenham lugar.

situações de violação do direito internacional. A DORG do PCP apela para o fim da guerra e para a urgente via do diálogo, tornando-se indispensável a realização de uma Conferência Internacional sobre a Paz no Médio Oriente, que analise e solucione a problemática, global, daquela região.

Ainda nas Beiras, mas a partir de **Castelo Branco**, a DORCB do PCP, no dia 19, reclamava o fim imediato da guerra no Golfo: «Dizemos "Não à Guerra!" É o grito que se está levantando por milhões de pessoas no Mundo. Que o realismo e a sensatez prevaleçam sobre o aventurismo!

«Não basta que os governantes portugueses dirijam apelos à «calma». É necessário que o Governo português assegure que Portugal não será envolvido militarmente no conflito do Golfo, uma guerra cujos interesses nada têm a ver com o povo português».

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP apela aos jovens, às mulheres e homens, aos intelectuais, ao povo do distrito que levantem também a sua voz pelo fim da guerra no Golfo:

Também no dia 19 a Direc-

## Imagens

### da concentração-desfile

realizada no dia 18 em Lisboa, com o apoio de diversas organizações e entidades. Nota comum às intervenções ouvidas durante a concentração foi a necessidade de encontrar soluções políticas e negociadas para pôr cobro à guerra do Golfo. Os participantes nesta acção dirigiram-se para a Assembleia da República e residência oficial do Primeiro-Ministro para entregarem um documento subscrito por mais de 30 associações culturais, sociais e políticas, em defesa da Paz

**Guerra no Golfo**

**Eugénio de Andrade, Siza Vieira, Armando Alves, Óscar Lopes, Álvaro Salazar, Armando de Castro e muitos mais**

# Artistas e intelectuais portuenses

O bem primeiro da Humanidade é a Vida, sublinharam os participantes numa vigília realizada anteontem na Praça da República, em Coimbra, sob o lema «pela paz, contra a guerra». E tem sido, exactamente em defesa da vida e da paz, pelo diálogo e contra a violência, que numerosas organizações sociais têm promovido no nosso país um diversificado conjunto de iniciativas a que têm aderido milhares de portugueses seriamente preocupados com as consequências da chamada guerra do Golfo. Aos apelos do movimento sindical (nomeadamente das Uniões Sindicais), das estruturas de jovens, das organizações estudantis, de reformados, pensionistas e idosos, de intelectuais e quadros técnicos, de mulheres, de associações culturais e recreativas, de organismos e movimentos da paz, a estes e a outros apelos, milhares de cidadãos portugueses de todas as idades e credos têm correspondido, colaborando em extensos abaixo-assinados e participando em diversas acções (vigílias, concentrações, manifestações, encontros, meetings, etc.).

## Porto

«Profundamente preocupados com o desencadear da guerra no Golfo e as suas graves consequências para a região e o Mundo inteiro, lançamos um apelo humanitário para o urgente fim das hostilidades militares e para uma solução negociada que assegure uma paz justa e duradoura no Médio Oriente» — é este o conteúdo do Apelo à Paz lançado por intelectuais do Porto na passada sexta-feira, dirigido aos órgãos de soberania portuguesa (Presidência da República, Assembleia da República, Governo), às Nações Unidas e aos embaixadores em Portugal dos Estados Unidos da América, França, Iraque e Reino Unido.

Subscreveram este Apelo, entre outros, Álvaro Salazar, Álvaro Siza Vieira, Armando Alves, Armando de Castro, Álvaro Ferreira Alves, Amândio Secca, Albano Martins, Alcino Soutinho, António Rebordão Navarro, Ângelo de Sousa, António Reis, Carmelita Homem de Sousa, Cassiano Barbosa, Corino de Andrade, Daniel Bessa, Eugénio de Andrade, Emílio Peres, Fernandes da Fonseca, Gunther Argleb, Hélder Pacheco, Henrique Silva, Isabel Pires de Lima, Júlio Cardoso, José Rodrigues, Júlio Resende, José da Cruz Santos, José Morgado, José Barrias, José Luís Borges Coelho, Laura Castro, Mário Cláudio, Mário David Soares, Marta Cristina Araújo, Óscar Lopes, Palmira Troufa, Ramiro Teixeira, Viale Moutinho, Viana de Lima e Virgínia Moura.

Correspondendo ao apelo e exprimindo a sua completa identificação com a justa preocupação e elevadas aspirações nele contidos, muitos milhares de pessoas estão a subscrevê-lo na forma de um abaixo-assinado que está a correr no distrito do Porto.

## Portuenses saem à rua pela paz e contra a guerra

No seguimento do apelo lançado pela União dos Sindicatos do Porto (USP) mais de um

milhar de pessoas manifestaram-se, na passada sexta-feira, na baixa portuense, a favor da paz e de uma solução negociada para a guerra no Golfo.

Numa concentração em que predominavam os jovens, empunhando cartazes alusivos ao tema e entoando canções em defesa da Paz, tomaram a palavra, em representação das organizações apoiantes da iniciativa, Ana Mesquita, da USP, João Teixeira Lopes, da Associação de Estudantes

## • Vigílias e manifestações em todo o País

todas as aspirações nacionais do Terceiro Mundo». «Ficarão perigosamente enfraquecidos», disse, «todas as reivindicações de efectiva autodeterminação política, económica e outras em países historicamente enfraquecidos e atrasados na corrida tecnológica capitalista, como acontece com Portugal».

Referindo-se aos riscos de alinhamento subalterno de Portugal, Óscar Lopes alertou mais adiante para o facto de, apesar das declarações do Governo de Lisboa, **nada garantir que os portugueses não venham a ser envolvidos num conflito que não lhes diz respeito.**

«A guerra virá a desencadear efeitos económicos que comprometem o nosso já tão difícil e tão obscuro processo de integração num espaço económico e político cujos centros de decisão se situam cada vez mais fora do controlo democrático português», afirmou.

samente porque é junto a esta povoação, no concelho de Alcochete, que se situa a Base Aérea 6, rota, convém lembrá-lo, que por duas vezes aeronaves militares portuguesas não atingiram, despenhando-se na cidade do Montijo e provocando sempre vítimas mortais.

Mobilizada em muito pouco tempo, a Praça da República encheu-se de gente de todas as idades, algumas oriundas de concelhos afastados (por exemplo de Grândola e Sines), empunhando velas, cartazes e faixas de presença.

Tomaram a palavra os presidentes das Câmaras Municipais de Alcochete e Montijo, da Junta de Freguesia local, activistas do MDM e do movimento da Paz, da União dos Sindicatos de Setúbal, da Comissão de Jovens para a paz e pela defesa do meio ambiente da Escola Secundária de Sines, e Hélder Madeira, da Presidência da CPPC.

As intervenções foram entrecortadas com espectáculo

novo ponto de encontro — no próximo sábado em Lisboa, com o mesmo objectivo.

## Aveiro

Após o início das hostilidades no Golfo Pérsico as primeiras acções no sentido da mobilização para a paz, no distrito de Aveiro, pertenceram a uma organização juvenil — a Associação de Estudantes da Escola Homem Cristo — que logo na sexta-feira, dia 18, difundiu um manifesto/apelo com o título «Não à Guerra» tomando também a iniciativa da elaboração de um abaixo-assinado e da convocação de uma concentração marcada para segunda-feira, dia 21, pelas 16.30 horas, junto ao Governo Civil de Aveiro.

No texto do manifesto — praticamente idêntico ao do abaixo-assinado — lia-se que, tendo sido feito da guerra um espectáculo noticioso em que são glorificadas as maravilhas da tecnologia da destruição, se esquecem de «falar nos mortos, nos refugiados, nas consequências terríveis que aparecerão».

Após afirmarem que se venderam «justificações para a guerra, como se o absurdo fosse justificável» os jovens subscretores, que não querem «o envolvimento de Portugal... nem que portugueses tenham um barril de petróleo a servir de caixão», concluíam, mais adiante, que «uma solução negociada e pacífica é possível. Tem que ser possível para bem de todos os povos».

Contando com o apoio das Associações de Estudantes de mais duas Escolas Secundárias da cidade de Aveiro, a concentração congregou várias centenas de jovens que exibiram alguns cartazes e gritaram frases alusivas, tais como «Não à Guerra. Sim à Paz» e «Nós só queremos viver em Paz!».

Alguns dos organizadores entraram nas instalações do Governo Civil de Aveiro tendo entregue ao titular do cargo — vencida que foi a relutância em as receber — as assinaturas recolhidas até à hora da concentração.

Também a JCP difundiu um manifesto de solidariedade com os objectivos desta iniciativa.

Uma reunião sindical realizada no âmbito da União dos Sindicatos de Aveiro, no dia 18, decidiu promover uma vigília pública pela Paz no dia 23 de Janeiro (véspera desta edição do «Avante!»), a partir das 16 horas, junto ao Centro Comercial Oita, em Aveiro.

Considerando «que a defesa da Paz não é um atributo apenas dos Sindicatos», a União dos Sindicatos de Aveiro decidiu «convidar as organizações sociais e políticas do Distrito a manifestar apoio a esta iniciativa». A direcção da

Organização Regional de Aveiro do PCP é uma das entidades que, a 48 horas da vigília, já tinha respondido positivamente a este convite.

No seu documento, a União dos Sindicatos de Aveiro apela «ao fim imediato das operações militares, ao cessar-fogo e ao recomeço das negociações sob a égide das Nações Unidas de forma a pôr termo à destruição de vidas humanas e recursos económicos indispensáveis à Humanidade».

Paralelamente a esta iniciativa dos Sindicatos do Distrito estão a ser recolhidas assinaturas num documento dirigido aos órgãos de Soberania do Estado Português, à delegação da ONU em Portugal e aos embaixadores no nosso país dos EUA, Reino Unido, França e Iraque.

Refere o texto que os subscretores «... cidadãos do Distrito de Aveiro» se manifestam «profundamente preocupados com o desencadear da guerra no Golfo e com os desenvolvimentos posteriormente ocorridos num conflito de graves consequências...». Juntando a sua voz «... à de todos quantos lançam um apelo humanitário para o urgente fim das hostilidades militares, para uma solução negociada, que assegure uma paz justa e duradoura no Médio Oriente...», os subscretores terminam apelando «ao não envolvimento de Portugal no conflito».

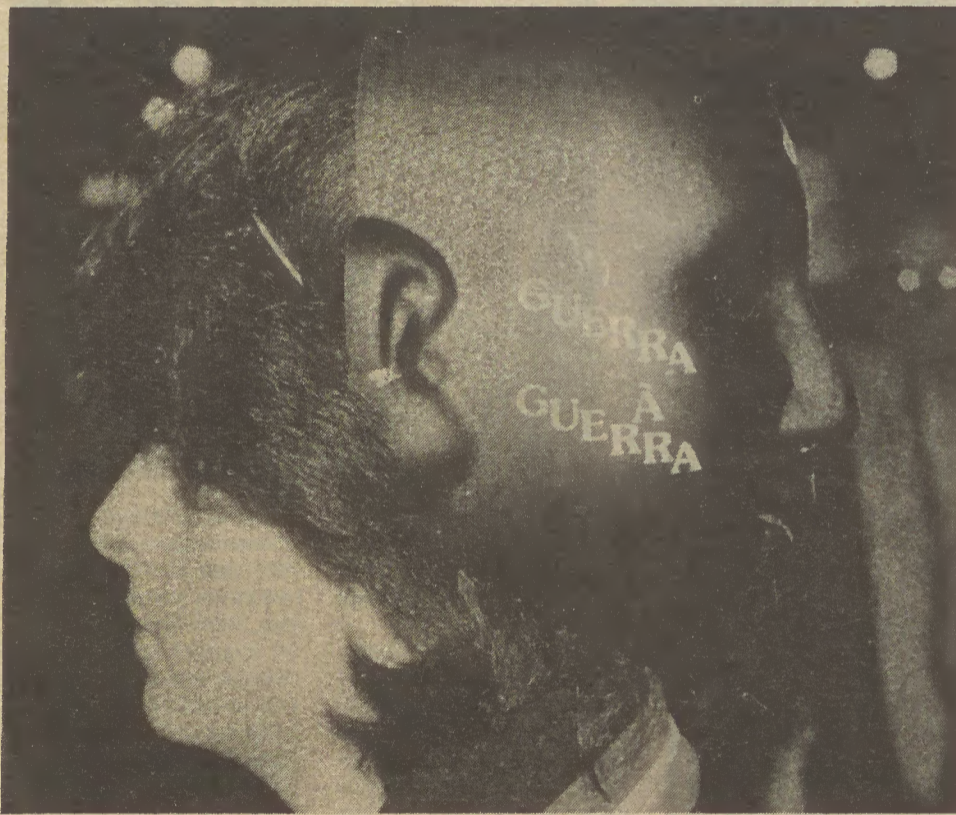
## Beja

A população de Beja reunida em vigília no dia 18 de Janeiro de 1991, nas Portas de Mértola, convocada pela União dos Sindicatos do distrito, com a adesão de outras estruturas representativas de sectores socioeconómicos, culturais e políticos, após ouvir intervenções sobre a guerra que no passado dia 16 se desencadeou no Médio Oriente, aprovou um apelo onde se refere: «Os responsáveis pelas decisões sobre a guerra e a paz devem tomar medidas imediatas para que cessem as hostilidades e se retomem as negociações».

A continuação da guerra terá efeitos nefastos, não só para aquela região, mas para os povos de todo o mundo.

Estes dias de combates já deram indicações mais que suficientes para que se possa provar a evolução da situação num futuro próximo. A violência gera violência, o palco da guerra vai ampliar-se, as alianças militares vão funcionar, a 3.ª guerra mundial pode perspectivar-se.

Nós, cidadãos conscientes e como tal defensores da paz e do respeito pela pessoa humana, juntamos a nossa voz às vozes de muitos outros que em Portugal e no resto do mundo, neste



## Vigília no Samouco (Setúbal)

Mais de 300 pessoas responderam ao apelo da União dos Sindicatos de Setúbal, MDM, Comissões de Paz e outras estruturas para se manifestarem contra a guerra no Golfo, exigindo a cessação imediata do conflito através de negociações e o não envolvimento da Base Aérea 6 do Montijo nas operações militares lideradas pelos EUA — tal aconteceu no passado sábado, no Samouco, numa vigília nocturna que teve o apoio de autarquias locais.

Porquê no Samouco? Preci-

musical, decorrendo ao mesmo tempo a recolha de assinaturas exigindo o fim da guerra, a endereçar às embaixadas dos principais países beligerantes e a instituições do poder do nosso país.

À meia-noite os presentes deram as mãos e formaram cordão humano, circulando em toda a extensão da Praça, que é ao mesmo tempo a sala de visitas do Samouco.

Ao desligarem-se, uma certeza, porém: novas acções serão necessárias, como forma de sensibilização e mobilização da opinião pública contra o fogo de propaganda imperialista e armamentista, que as cadeias de informação/desinformação internacionais emitem a um ritmo alucinante. Por outras palavras: há um



Guerra no Golfo

# apelam à Paz

momento, se movimentam com o mesmo objectivo.

Com esperança de que estes apelos sejam atendidos, pois recusamo-nos a acreditar que o bom senso e o espírito humanitário dos poderosos se tenha perdido de todo, queremos expressar a nossa solidariedade para com as vítimas inocentes de uma guerra irracional, inimaginável nos finais do século XX.

Acreditamos que é ainda possível evitar o pior. A comunidade mundial terá que ser capaz de tomar medidas urgentes. A realização, quanto antes, de uma Conferência Internacional, é uma destas medidas.

Seja qual for o desenrolar dos acontecimentos, exigimos que os órgãos de soberania de Portugal assumam uma posição digna em defesa da Paz e evitem o envolvimento dos nossos militares neste inútil e perigoso conflito.

## Movimento ZLAN

O Secretariado Permanente do Movimento de Municípios declarados Zonas Livres de Armas Nucleares, reunido dia 18 de Janeiro na Câmara Municipal de Nisa, interpretando os profundos sentimentos das populações dos municípios representados e após contactos estabelecidos com os movimentos congéneres dos EUA e Reino Unido, tornam pública uma declaração sobre a grave situação no Golfo Pérsico.

O Movimento ZLAN manifesta-se contra a intervenção militar dos EUA e outros países no conflito, considerando que tal facto, de considerado suporte legal, só contribui para agravar todos os problemas na região.

A eclosão desta guerra, nesta zona nevrálgica do Globo, pode a todo o momento, conduzir a uma catástrofe de consequências imprevisíveis para a Humanidade, sublinha aquele movimento, que acrescenta a sua repulsa pela grosseira violação das normas mais elementares do Direito Internacional cometida pelo Iraque com a invasão do Kuwait, e critica a irreversibilidade patenteada por Saddam Hussein não dando sinais públicos de vontade política na busca de uma solução pacífica para o conflito.

Considerando não se terem esgotado todas as formas de resolução política e diplomática para a presente crise, o Secretariado Permanente do ZLAN afirma que o diálogo é a única via para a solução dos problemas e apela ao fim das hostilidades com a interposição de forças militares das Nações Unidas; a ONU e designadamente o seu secretário-geral devem reassumir a direcção dos acontecimentos e desenvolver sempre todos os esforços diplomáticos com vista a uma solução pacífica para a região — acrescenta o movimento ZLAN, que condena desde já, como um crime contra a humanidade a utiliza-

ção, por qualquer das partes, de armas nucleares, químicas ou biológicas.

A grave crise que se vive neste momento no Golfo chama a atenção, de forma gritante, para a necessidade de realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente que resolva de forma pacífica os conflitos na região e, designadamente, responda aos direitos legítimos do povo palestiano, de acordo com as inúmeras resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a matéria, sublinha o movimento ZLAN, que declara a sua oposição ao envolvimento de Portugal na guerra, mesmo que na forma actual, através da cedência de facilidades logísticas e da utilização de bases nacionais; em caso algum deve sequer ser considerada a possibilidade de participação de forças militares portuguesas.

Vivemos uma situação de extrema gravidade e que impõe a mobilização de toda a opinião pública na exigência firme e inequívoca pela Paz.

Nada justifica a Guerra. O Mundo precisa de Paz. Só a Paz é solução — conclui o documento, assinado, em nome do Secretariado Permanente, pelos Municípios da **Amadora, Chaves, Figueira da Foz, Lagos, Nisa, Santarém e Seixal** e pelo **Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal**.

## Trás-os-Montes

Circulam na região transmontana vários documentos, nomeadamente apelos e abaixo-assinados. No distrito de Vila Real os estudantes da Universidade e do Secundário da capital do distrito e também de Chaves tomaram a iniciativa, tal como a União dos Sindicatos e outras estruturas unitárias. Estava também prevista uma concentração promovida por jovens das escolas de Chaves.

## Algarve

Em nota divulgada no passado dia 18, o Conselho Regional da União dos Sindicatos do Algarve afirmava:

Os trabalhadores não querem o envolvimento de Portugal, não querem a guerra, e repudiam o espectáculo, a um tempo lamentável e ridículo, que em alguns casos se verifica, no relato ou tratamento dos trágicos acontecimentos.»

O Conselho Regional da União dos Sindicatos do Algarve apela a toda a população algarvia, trabalhadores, reformados, estudantes, que juntem o seu protesto aos que, em todos os pontos do globo, estão a declarar «NÃO À GUERRA».

## Marinha Grande (Leiria)

«Em nome da vida é preciso parar a guerra», salientaram os participantes na concentração realizada anteontem na Praça Stephens, na cidade da

Marinha Grande, com o apoio da Associação de Estudantes da Escola Secundária n.º 1 e da Interjovem.

Ainda no distrito de Leiria assinala-se a posição pública tomada, em comunicado, pela União dos Sindicatos/CGTP e pela Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos/secção regional do MURPI.

## Coimbra

A concentração e manifestação dos estudantes do Secundário convocada pela AE da José Falcão (dia 17), uma nota de Imprensa da União dos Sindicatos e a vigília de anteontem na Praça da República, contam-se entre as acções com que também Coimbra tem marcado a sua posição de defesa da paz e do diálogo, contra a guerra e a destruição. O apelo para a participação na vigília reuniu numerosos apoios, designadamente da União dos Sindicatos de Coimbra/CGTP, Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), Interjovem/Coimbra, ADFA, Juventude Operária Católica, AE da Secundária Jaime Cortesão (também a Associação de Trabalhadores-Estudantes da mesma escola), Centro de Formação e Tempos Livres, Grémio Operário, etc.

No apelo refere-se a dado passo:

«A guerra do Golfo, pelas proporções que ainda pode vir a assumir e pelas suas inevitáveis consequências, mantêm apreensivos e indignados milhões de pessoas em todo o Mundo, suscitando idêntico sentimento nas organizações mais diversas.

«Consideramos que o bem primeiro da Humanidade é precisamente a vida, razão pela qual a Paz constitui, em nosso entender, uma condição imprescindível à sua salvaguarda.

«O desenvolvimento da guerra faz pairar sobre a Humanidade inimagináveis prejuízos, ameaças e horrores que é preciso deter. Para isso, impõe-se a imediata cessação das hostilidades bélicas que podem transformar o mundo numa catástrofe.»

## CASMO

O Executivo da CASMO — Associação de Juventude (Comissão de Apoio aos Jovens em Serviço Militar Obrigatório), reunido na manhã de 17 de Janeiro, **condena veementemente o abandono de tentativas de uma solução negociada para a crise do Golfo e a entrada das forças multinacionais numa senda de guerra de consequências perfeitamente imprevisíveis. Simultaneamente, apolado numa auscultação a cerca de 4000 soldados realizada na última quinzena, exige ao Governo e à Presidência da República que não haja envolvimento de forças militares portuguesas no conflito, mesmo no caso dum eventual ataque à Turquia.**

# Vozes que vêm de França Esta não é a nossa guerra



● Entrevista a «L'Humanité» de Gisèle Halimi, antiga embaixadora da França na UNESCO e subscritora do apelo francês para a Paz no Golfo

— Quais são na sua opinião os principais factores de risco de guerra no Golfo?

— Vejo três. Primeiro a nítida vontade dos dirigentes americanos em agir de modo que a mínima hipótese de iniciar um processo de diálogo seja desde logo abafada. Um exemplo gritante é a proposta feita por Bush de encontros americano-iraquianos entre 15 de Dezembro e 15 de Janeiro, com a ideia preconcebida dos americanos, que é: «eu» fixo a data na qual vocês devem vir e «eu» fixo a data na qual nós viremos encontrá-los. O que é inaceitável à partida por Saddam Hussein. Em segundo lugar, o desaparecimento da guerra fria provocou o desaparecimento do segundo grande do mundo, a URSS,

questão palestina. Porquê? Porque se trata do único meio para o Iraque de concluir a paz e de sair com a cabeça levantada. Porque nesta crise, o Iraque não se encontra em pé de igualdade com os Estados Unidos, esses, fazem uma guerra pelo petróleo, pelas bases, para manterem o papel de polícia. Ninguém coloca a questão de saber por que razão seria James Baker a negociar com o Iraque, e não o secretário-geral da ONU. Trata-se portanto de um confronto com os Estados Unidos, polícia do mundo, no qual se joga a vida do Iraque. Sinto-me chocada pela ignorância completamente intolerável dos Estados Unidos em relação ao mundo árabe. À dignidade, à identidade árabe os americanos respondem com um «kick

lugar, os franceses ficarão sob comando americano?

— É também um modo de pôr em causa o papel dos média?

— É claro que, nesta questão, os média continuam a pecar pelo gosto do sensacional. Estou a pensar em particular no apelo das trinta personalidades, do qual fui uma das promotoras: que restou disso na imprensa, à parte o confronto entre Gallo e Chevesson, etc., enquanto que esse apelo era claro e partilhado por pessoas da direita à esquerda que apenas queriam dizer uma coisa: «Não à guerra, retirada das tropas francesas». Hoje, se houver guerra em 16 de Janeiro, os franceses iriam deixar-se matar sem saber porquê nem como. Nenhuma reportagem no sentido da procura da

## «Não se deixem levar!»

«Para salvar o comércio do ocidente triunfante, é preciso fazer a guerra. Eu pertença à geração que não conheceu nenhum conflito, nasci na altura da Libertação e estou triste. Digo aos jovens: não se deixem levar! Esta é uma situação mundial muito estranha. E não sabemos senão o que os que mandam na comunicação nos querem dizer.

«Prepara-se, é o que parece, uma operação de reequilíbrio mundial que me deixa verde de raiva. E de inquietação. O terror instala-se como uma espécie de verdadeira escravatura psico-afectiva. Calem a boca se não ainda morrem

de fome! É a Idade Média! Para esconder o quê? Para preparar o quê? Para dar à luz que outra monstruosidade?

«Tem-se a impressão que o indivíduo já não é o centro do mundo; é um objecto que se pode empilhar, empacotar, arrumar. Ver o ano 2000 tal como ele se apresenta não vale a pena. Estou pessimista. E optimista também. Acredito sempre no Pai Natal e nos homens. Desde que o indivíduo seja capaz de gritar, de que o ouçam ecoar!»

Bernard Lubat, músico

isto é, alguém que poderia fazer face aos Estados Unidos e discutir de igual para igual no seio do Conselho de Segurança. O terceiro factor é o facto de que, a nível oficial, em França, não se diz que esta não é a nossa guerra para impor o respeito do direito internacional. Todas as resoluções da ONU que disseram respeito a outras anexações, como as de Gaza ou de Jerusalém, condenaram-nas exactamente nos mesmos termos. As mesmas palavras são utilizadas. E fizemos a guerra? Onde está o direito?

— Qual deveria ser o papel da França?

— Tenho pena de que não se insista no que Mitterrand chamou na sua última conferência de imprensa de «papel histórico da França», e que, na minha opinião, deve começar pelo Conselho de Segurança. Porque o papel da França é o de retomar a iniciativa. É também o de privilegiar o crédito que nos resta junto do mundo árabe e que deve levar-nos, paralelamente, e sem qualquer pressão, a apoiar uma solução de paz, tal como fez a Argélia. E isto tendo ainda mais em conta a

his ass». «um pontapé no cu». Esta atitude à «western» tem consequências importantes. Saddam Hussein, o ditador, torna-se no herói que faz frente aos americanos e levanta bem alto o pendão da dignidade e da identidade árabe. Em compensação, a França conhece a sensibilidade árabe e é escutada. Mas, ao contrário do que deveria, a França coloca-se sob a dependência americana. Porque é então que se não diz claramente que, se a guerra tiver

paz foi elaborada. No entanto é preciso acreditar sempre na paz, porque decidir que a guerra é irreversível é baixar os braços. As mulheres devem estar na primeira linha. Diz-lhes respeito a elas em primeiro lugar. É aliás chocante que sejam consideradas em todas as instâncias internacionais como as primeiras vítimas da guerra e que nunca se lhes peça a opinião.

Depoimentos recolhidos por Christine Abdelkrim.



FARID BOUDJELLAL

## Guerra no Golfo

# Conhecer a guerra estar contra a guerra

**H**enrique Mendonça, Orlando Pauleta e Francisco Brás têm uma coisa em comum: são portadores de deficiências físicas resultantes de ferimentos provocados no cumprimento de missões militares na Guerra Colonial. Têm um olhar diferente sobre a guerra no Golfo...

**OP:** Obviamente que a guerra em que participámos foi uma guerra diferente da que agora ocorre no Golfo, mas há pontos de contacto, comuns a todas as guerras: a morte, a destruição, os meios económicos que são desviados para a guerra e não para a resolução de problemas económicos e sociais, os traumas de guerra que vão muito para além dos mutilados, dos feridos ou dos mortos.

**AV:** Tal como vocês, o Francisco Brás acabou por ganhar em Angola um ferimento grave que ainda hoje o afecta. Ganhou também a *Cruz de Guerra*, uma condecoração que o transforma num herói...

**FB:** O problema da guerra é exactamente esse: a guerra toma conta dos homens, toma conta das pessoas, toma conta das situações. Tenho alguma dificuldade em perceber o que é isso de herói... Aprendi há muitos anos que, como muitas outras pessoas, tenho medo...

**AV:** Que comentários vos sugerem os factos ocorridos ultimamente em países geograficamente distantes da zona do Golfo, mas cujas populações têm reagido com corridas às lojas que vendem máscaras antigás, açambarcam alimentos, etc.

**HM:** Se nos lembrarmos de dois filmes há alguns anos passados aqui em Portugal (*A Teia* e *o Dia Seguinte*) chegamos à conclusão que aí são referidos aspectos de toda uma angústia um tanto ou quanto similar a esta, criada por uma situação *pró-guerra* que em determinada altura entra pela casa das pessoas. Elas primeiro passam por essa primeira fase (o açambarcamento, a avidez noticiosa, etc.). Mas passado algum tempo já não estão minimamente interessadas, desligam a telefonia, não querem ver os noticiários televisivos e quando o problema lhes bate à porta, já é tarde...

**AV:** Que paralelismo encontram a este nível entre a situação que hoje vivemos em relação há guerra no Golfo e a vivida na altura da Guerra Colonial?

**HM:** Eu lembro-me que quando começou a Guerra Colonial, nos anos sessenta, também se dizia que ela iria ser curta, que os *terroristas*, como então se dizia, não tinham o armamento que nós tínhamos, que quase só tinham pedras os os *canhangulos* que eram armas muito rudimentares e que nós, como o nosso arsenal bélico,

conseguiríamos fazer face a essa rebelião.

O que é facto é que essa guerra durou treze anos, causou dezenas de milhar de mortos e, por aquilo que sabemos, trinta mil deficientes.

**OP:** Quem dizia que a guerra do Golfo seria curta tinha necessidade de o dizer para poder entrar nela. Agora, depois de ter entrado, vão dizer que é muito difícil sair, vão dizer que *enfim, temos que continuar...*

Há que contrariar essa lógica e mobilizar e unir esforços no sentido da Paz.

**HM:** Há algo na Guerra do Golfo que não podemos esquecer: por muito criticável que seja a acção do Saddam Hussein, a verdade é que temos de ter em conta que a Guerra é, neste mo-

**FB:** Nós lembramo-nos da televisão no tempo da Guerra Colonial, das filmagens que se faziam dos embarques, dos *heróis* que chegavam e partiam. Lembramo-nos da informação que havia, das notícias que davam...

A actual informação mostra o teatro da guerra como se fosse *só teatro*, como se lá não estivesse gente, como se as bombas dos aviões e os mísseis não caíssem na casa de alguém...

Estão ali envolvidos meios que nós se calhar não avaliamos na sua totalidade mas que podem fazer prolongar a guerra para além de tudo aquilo que concebemos e podem envolver na guerra milhares de pessoas em todo o globo.

Eu não percebo a ligeireza com que se fala do *maior bombardeamento da história alguma vez feito!* Isto quer dizer que são toneladas de explosivos

portugueses. Isto é próprio de um cenário de guerra.

Ou seja, eu acredito que o Saddam não queira revelar quantos mortos e feridos o Iraque tem e para consumo interno revela que já abateu não sei quantos aviões. Por seu lado as forças aliadas falam em destruição maciça de mísseis e rampas de lançamento... O que será verdade no meio disto tudo creio que por enquanto ainda é cedo para se saber.

**OP:** Estamos a assistir a uma guerra em que o papel da propaganda assume uma dimensão nunca antes vista. Primeiro veiculou-se a lógica da guerra e a inevitabilidade da guerra. Depois procura-se desmoralizar as tropas inimigas e moralizar as próprias tropas. Cai-se em situações de certa forma ridículas como aquela relativa a um ataque feito à Arábia Saudita: primeiro os mísseis tinham sido todos interceptados, depois tinha rebentado *apenas* um, depois dois e depois já se admitia que um terceiro tinha chegado ao objectivo...

**HM:** Eu lembro-me de coisas como aquela frase que dizia que *Portugal era pequeno na Europa mas muito grande no Mundo* a inculcar o colonialismo nas pessoas. Lembro-me de andar no liceu e, com dezassete ou dezoito anos, a turma ter feito uma visita de estudo ao Palácio Foz onde estava uma exposição onde se via a cabeça dos pretos espetadas em paus, viam-se massacres...

**FB:** Na primeira semana, quando os Estados Unidos começaram a acumular forças no Golfo, contabilizaram logo sessenta ou setenta mortos só por acidentes.

**AV:** Por que é que esse tipo de acidentes acontece com tanta frequência?



**FB:** Naturalmente porque as pessoas estão a lidar com material que serve para matar, não serve para mais nada! E quem anda a mexer em material desse tipo corre riscos acrescidos... por muito treinados que os homens sejam para estas coisas, ninguém é suficientemente treinado para matar ou para morrer, não é?

Naturalmente que a insegurança, a tensão, leva a que se produzam riscos desnecessários... o descuido faz parte da situação que se vive.

Na guerra encontramos de tudo, desde pessoas que gostam de arriscar por terem criado mecanismos de vaidade, pessoas que são inconscientes, alcoolismo provocado pela tensão... podem ter esses defeitos todos, mas se estivessem na sua função normal, no seu local de trabalho, e não

**«Eu lembro-me que quando começou a Guerra Colonial, nos anos sessenta, também se dizia que ela iria ser curta.»**

mento, feita por um conjunto de países contra um único país e é o povo desse país que está a defender os seus interesses, estejam eles ou não certos. A força de um povo é, de qualquer modo, um pouco diferente da força das armas...

**AV:** O papel da informação...

caindo sobre esta Terra desgraçada que já tem tantos desequilíbrios!

**HM:** Lembro-me de ouvir relatórios oficiais onde se quantificavam X baixas e lembro-me de ligar a emissora que de Conakry difundia a situação vista na óptica do PAIGC. Eles diziam que tinham morto e ferido muitos mais



**«A actual informação mostra o teatro da guerra como se fosse só teatro, como se lá não estivesse gente, como se as bombas dos aviões e os mísseis não caíssem na casa de alguém...»**



«A Guerra e a Paz». 1954

10.2.54.

# A pomba da paz

Poucos símbolos terão adquirido um significado tão inequívoco como o da pomba, hoje indissociavelmente ligada à causa da Paz. Em cartazes, em *graffitis*, em *T-shirts*, em panos de manifestações, basta a imagem de uma pomba para que uma mensagem de paz e de entendimento entre os homens seja transmitida.

E, como sempre, a história recente deste símbolo, omnipresente nas sociedades contemporâneas dos multi-media, bebe as suas raízes bem fundo no tempo.

Para as sociedades cristãs ocidentais, a pomba é um símbolo de paz, harmonia e esperança impressa no «Genesis» bíblico:

«E aconteceu que, ao cabo de quarenta dias, abriu Noé a janela da arca que tinha feito. E soltou um corvo, que saiu, indo e voltando,



Pomba. 1942

até que as águas se secaram sobre a terra. Depois soltou uma pomba, a ver se as águas tinham minguado de sobre a face da terra. A pomba, porém, não achou repouso para a planta do seu pé, e voltou a ele para a arca; porque as águas *estavam* sobre a face de toda a terra; e ele estendeu a sua mão, e tomou-a, e meteu-a consigo na arca. E esperou ainda outros sete dias, e tornou a enviar a pomba fora da arca. E a pomba voltou a ele sobre a tarde; e eis, arrancada, uma folha de oliveira no seu bico; e conheceu Noé que as águas tinham minguado sobre a terra.»

E assim se abria, pela reconciliação entre Deus e os homens, o tempo de paz que, seco o Dilúvio, Deus anunciou a Noé: «Este é o sinal do concerto que tenho estabelecido entre mim e toda a carne, que *está* sobre a terra.»

Mas esta ligação da pomba à paz e ao amor não foi um exclusivo do Antigo Testamento: a pomba foi igualmente a ave de Afrodite, deusa do amor, mãe de Eros, em Tiro chamada Astartea, em Roma Vénus, a deusa que liga três civilizações mediterrânicas: a fenícia, a grega e a romana.

A associação da pomba à vida e ao amor, à serenidade e à paz traduz-se igualmente na iconografia cristã - e especialmente na católica - à sua representação da *alma* e especialmente do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade.

Contudo, no campo profano, a beleza, a graça e imaculada brancura da pomba, a sua ancestral ligação à deusa do amor, fazem dela uma das mais universais metáforas para significar a mulher: do «Cântico dos Cânticos» ao «Kama Sutra», da poesia ocidental de todos os tempos até à poesia chinesa, em todas é possível encontrar esta proximidade entre o amor, a mulher e a pomba.

## Guerra e Paz

Pode, aos nossos olhos de cidadãos do final deste século XX, parecer estranho, mas é uma verdade que a defesa da paz enquanto tal é uma realidade deste século. A paz enquanto um bem, enquanto uma realidade necessária à Humanidade e ao seu desenvolvimento ganhou mesmo identidade própria neste século: até então ela limitou-se a ser a *não-guerra*, um período intermédio entre sucessivas guerras que pareciam marcar um inalterável ritmo da vida dos povos.

Os antepassados dos combatentes pela paz foram muito mais homens que **denunciaram os males da guerra** e não deixa de ser significativo que a iconografia, as artes plásticas que se associaram ao longo dos tempos a uma visão humanista de crítica da guerra assumiram essencialmente a forma de violentos e acusadores retratos das misérias, desgraças e mortes causadas pelas confrontações armadas.

Goya, Daumier, mais no passado Durer, constituíram, com as suas cruéis imagens de morte e sofrimento, a fonte de inspiração de quantos, ainda neste século, buscavam a ilustração da nascente luta contra a guerra. Folheando os cartazes e folhetos do movimento operário do final do século XIX e princípio do século XX e especialmente os que se afirmavam contra a Guerra de 14-18, fácil é verificar que, nos textos e nas imagens, é ainda nos horrores do conflito e das suas consequências que reside o essencial do tratamento.

Seria necessário esperar pelo final da II Grande Guerra e pelo grito que em todo o Mundo se ergueu contra as maciças destruições provocadas pela agressão nazi-fascista para que a Paz retomasse com redobrado vigor o impulso que já sofrera nos anos que haviam antecedido o desencadear da barbárie hitleriana e do imperialismo japonês. E também para que surgisse um símbolo que não era já o da condenação da guerra, mas sim o da exaltação da Paz: a pomba de Picasso.

## Pablo Picasso, 1942

Terá sido em plena II Guerra Mundial, em 1942, que Pablo Picasso desenhou a sua primeira pomba. Para trás haviam já ficado obras definitivas de intervenção, mas das quais se pode dizer que mantinham o essencial da temática de pura condenação da guerra: acima de todas, essa obra prima que se chama «Guernica». Meses antes, com um agudo sentido de eficácia política, criara já para os movimentos de solidariedade franceses com os republicanos espanhóis outra obra prima, uma quase banda desenhada com o título «Sueño y mentira de Franco».

Em 1949, a pomba da paz faria a sua entrada na galeria dos cartazes ao ilustrar o que o autor das «Demoiselles d'Avignon» traçou para o **Congrés Mondial des Partisans de la Paix** que se reuniu em Paris de 20 a 23 de Abril daquele ano.

Um ano depois, novo cartaz para o Encontro Internacional de Nice e é nesse anos que, pela primeira vez, a pomba de Picasso levanta voo! Na verdade, nas versões até 50, as pombas apareceram sempre serena e nobremente pousadas: em 1950 o seu criador abre-lhes as asas e seria em pleno céu que a partir de então a imagem se consagraria: cartazes para o **Congresso dos Povos pela Paz**, em Viena a Dezembro de 52; o lenço para o Congresso da Juventude de 1957, em Moscovo; o escudo do guerreiro de «A Guerra e a Paz» de 1954; a vinheta reclamando amnistia para os prisioneiros políticos espanhóis, de 1959, que seria largamente utilizada pelo movimento estudantil português dos anos 60; o cartaz do Congresso Nacional dos Movimentos da Paz, em Maio de 1962 e, nesse mesmo ano, o maravilhoso cartaz para o Congresso Mundial para o desarmamento Geral e a Paz, reunido em Julho em Moscovo.

As experiências com «A face da Paz», de 1950, dariam origem a um desenho que fez história, a bela homenagem ao primeiro cosmonauta, associando a inesquecível e fraterna face de Yuri Gagarine e a pomba.



Encontro internacional de Nice. 1950



Yuri Gagarin



«Triunfo da Pomba». 1950



CONGRÈS MONDIAL  
DES PARTISANS  
DE LA PAIX

SALLE PLEYEL  
20-21-22 ET 23 AVRIL 1949  
PARIS

CONGRÈS  
DES PEUPLES  
POUR LA PAIX

VIENNE  
12-18 DÉCEMBRE 1952



CONGRÈS MONDIAL  
POUR LE  
DÉSARMEMENT GÉNÉRAL  
ET  
LA PAIX

MOSCOU  
9-14 JUILLET 1962

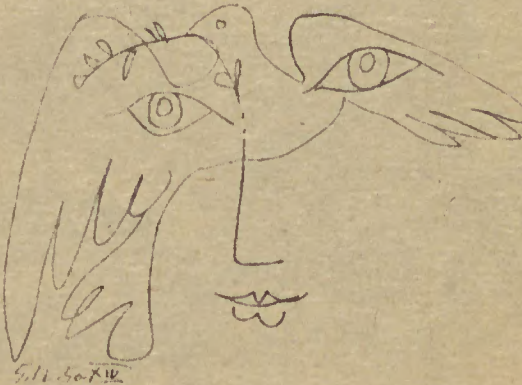
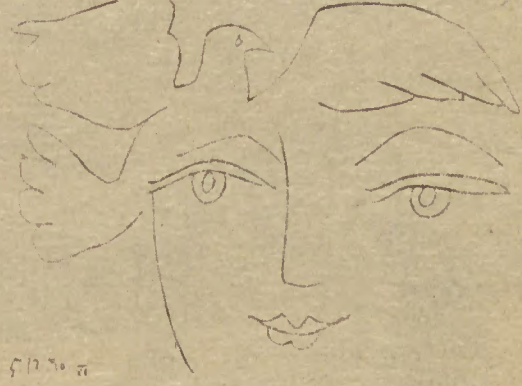
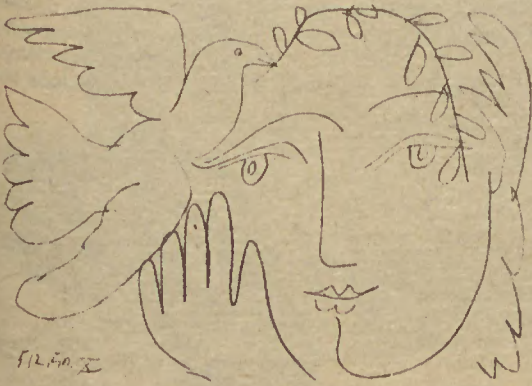
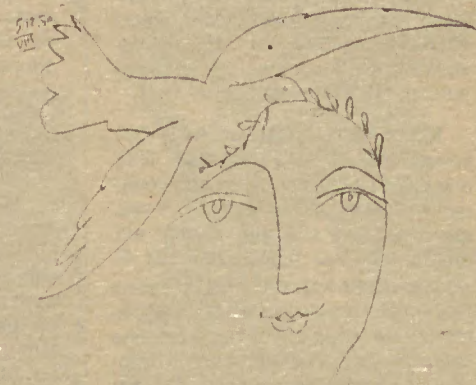
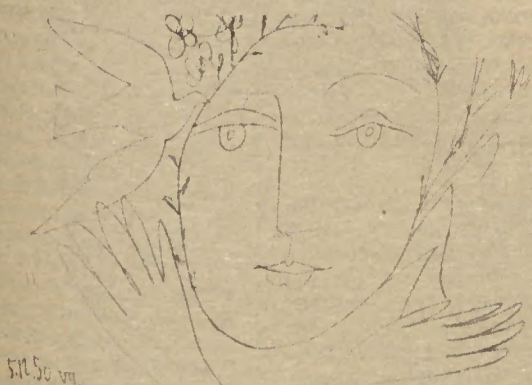


28.12.61.

Congres National  
du  
Mouvement de la PAIX

10 et 11 mai 1962

Issy - Les - Moulineaux



«Amnistia». 1959

«O rosto da Paz». 1950

# Maus tratos, abandono, delinquência: cenário provável de milhares de

A situação da criança no distrito de Lisboa está a ser estudada por um grupo de trabalho recentemente criado na Organização Regional de Lisboa, que tem anunciada para a próxima semana a realização de um colóquio sobre a temática. Foi a propósito desta iniciativa, mas visando desde já discutir alguns aspectos da problemática da criança, que o «Avante!» realizou uma mesa-redonda com Maria Antónia Dimas, professora e membro da DORL, Maria Adelina, assistente social, Maria Helena Gonçalves, delegada escolar e dirigente sindical do SPGL, e a deputada do PCP à Assembleia da República, Odete Santos. Como primeira questão procurámos saber alguns pormenores sobre os objectivos do encontro que terá início dia 31 pelas 15 horas no Hotel Roma.

**Maria Antónia Dimas (AD)** - A problemática da criança, dos seus direitos, foi abordada já no XII Congresso do PCP. Se me permitem passo a citar: «o direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso, a uma infância feliz, é condição para a formação dos cidadãos física, intelectual e emocionalmente saudáveis. É do interesse do Estado e da sociedade criar condições para que esse desenvolvimento seja possível». Isto remete-nos para uma questão que temos vindo a analisar e que se refere às várias tentativas do Governo de se demitir de responsabilidades sociais inerentes ao Estado e remetê-las para a sociedade civil. É uma posição actual que não só no distrito de Lisboa como a nível nacional deve, em nossa opinião, ser combatida.

**Odete Santos (OS)** - Desculpa interromper, mas penso que essa é uma tónica de facto importante, e pode traduzir-se num princípio fundamental: as questões relativas à criança têm que fazer parte de uma política de desenvolvimento do País, e o problema não pode ser aliviado através da responsabilização da sociedade civil, mas, bem pelo contrário, tem que haver uma política que empenhe os meios necessários para o desenvolvimento da criança.

**AD** - Gostava, no entanto, de voltar um pouco atrás para dizer que na origem desta iniciativa está o trabalho realizado pela 2ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, e também o encontro sobre a pobreza no distrito, onde foi discutido o problema das desigualdades sociais. Destas realizações surgiu a orientação para a criação deste grupo de trabalho para as questões da criança no distrito. Desde então o grupo de trabalho conseguiu reunir, num curto espaço de tempo, alguma informação e aposta neste momento na realização de uma iniciativa de âmbito geral, que criará condições para o prosseguimento do trabalho futuro.

**«Avante!»** - Quais são as áreas que mais preocupam o grupo de trabalho, já que a problemática da criança abrange uma largo espectro de questões?

**AD** - Neste momento ainda não definimos com precisão a nossa área de trabalho. Preocupamo-nos sobretudo com a recolha do máximo de dados e informações sobre a realidade no distrito, bem como de opiniões, não só de pessoas ligadas ao Partido, com o objectivo de reunirmos as condições para uma intervenção mais aprofundada, quer em termos de poder local quer nos órgãos de poder central, eventualmente até no âmbito da Assembleia da República.

**Maria Helena Gonçalves (HG)** - De facto o domínio da criança é muito lato. Pensámos então que, para um primeiro encontro, teríamos de definir algumas áreas como ponto de partida. Decidimos centrar o debate sobre as estruturas de apoio à criança e à família, maus tratos, abandono, delinquência, droga e prostituição, condi-

ções para o cumprimento da escolaridade obrigatória e saúde.

Sobre a continuidade deste grupo de trabalho, devemos referir a necessidade de o alargar a outras pessoas ou até entidades, com o fim de sistematizar as realidades que se levantem neste encontro, para então promover outros estudos e iniciativas na área da criança. Pensamos efectuar outro tipo de encontros a nível de concelhos e freguesias, isto é, vamos tentar descentralizar o debate e a reflexão sobre a situação da criança.

**AD** - Para esta iniciativa, embora seja promovida apenas pelo PCP, foram convidadas variadíssimas instituições. Entre os que confirmaram a sua presença, contam-se câmaras municipais e juntas de freguesia, o Instituto de Apoio à Criança, a Comissão da Condição Feminina, o Movimento Democrático de Mulheres, a União dos Sindicatos de Lisboa, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, o Pelouro da Educação da CM de Lisboa, escolas, etc.

**«Avante!»** - Quantos participantes esperam?

**AD** - Cerca de 150 pessoas. A ideia que temos é que vai ser uma iniciativa muito participada e com muito interesse.

## A escolaridade obrigatória não é cumprida

**HG** - Um aspecto que vai ser aprofundado no encontro refere-se às condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória. É do conhecimento geral que os alunos actualmente do 1º ciclo vão ter de cumprir nove anos de escolaridade obrigatória. Este alargamento de mais três anos de escolaridade leva-nos a reflectir sobre as condições existentes. Todos sabemos qual é a dimensão das escolas do terceiro ciclo e reconhecemo-lhes falta de condições. Em verdade, tratam-se de estabelecimentos de grande dimensão, na esmagadora maioria superlotados, onde não existem espaços para a ocupação dos tempos livres. Simultaneamente, parece-me que também é importante analisar a questão dos apoios para aquisição de manuais escolares, refeitórios, transportes, etc., em que é visível a falta de resposta às necessidades reais, mesmo para o actual período de seis anos de escolaridade. Coloca-se assim o problema da regulamentação da lei de bases do sistema educativo, nomeadamente no referente aos novos currículos. Na medida em que esta alteração vai influenciar a vida das escolas perguntamos, penso que legitimamente, que apoios existem, que formação contínua irá ser dada aos professores. Acha-mos que se não forem criadas as condições mínimas para o cumprimento da escolaridade obrigatória, estas alterações virão causar mais insucesso, mais abandono, mais analfabetismo, mais apatia e indisciplina.

**Maria Adelina Coelho (AC)** - Desenvolvendo o tema da escola, diria que já hoje a escolaridade obrigatória, que se limitava até ao momento a seis anos, não era cumprida sequer em quatro anos, ou seja a chamada 4ª classe antiga, hoje o 1º ciclo do ensino básico. Ora em Lisboa, muitas crianças atingem apenas a 1ª fase, e há uma larga camada que não chega a frequentar o ciclo preparatório. A maior parte das crianças que aparece com desvios de comportamento no tribunal de menores, onde actualmente trabalhamos, teve insucesso escolar.

**HG** - Este registo é interessante porque revela a influência pratica-

mente decisiva da escola no futuro da criança.

**AC** - Uma criança que nasce numa habitação degradada, onde tem uma vida frustrante, e que entra depois aos seis anos para uma escola que continua a não ser gratificante, tem na realidade muitas probabilidades revelar mais tarde desvios de comportamento.

**OS** - Concordo que as condições de vida de uma criança são muito importantes para o seu futuro. Contudo, convém não esquecer que se verificam também desvios de comportamento mesmo em crianças que nascem num meio social elevado.

**AC** - Sim, mas quando me refiro a um meio frustrante, embora tenha pego no mais comum, considero que ele pode existir numa família economicamente favorecida. Isto, aliás, prende-se com a afectividade.

**OS** - Os maus tratos a menores, por exemplo, embora estejam normalmente ligados a situações de pobreza, como se conclui facilmente pelos dados conhecidos, registam-se mesmo em extractos sociais fora da pobreza. Isto é importante dizer-se mais que não seja para que não se pense em culpabilizar apenas determinados extractos sociais.

**AC** - Relativamente aos maus tratos, acrescento que até o facto de as famílias mais favorecidas poderem consultar um médico particular, no caso de uma criança ter sido maltratada, permite um certo sigilo que uma família pobre não tem quando se dirige ao hospital numa situação semelhante. As estatísticas revelam-nos sobretudo os números destes últimos casos.

**«Avante!»** - Se fosse possível fazer um retrato-robô da criança de Lisboa como o fariam?

**AD** - Bem, é preciso ter em conta

que quer o distrito de Lisboa como Lisboa cidade têm realidades com diferenças abissais. Se formos ao concelho da Amadora podemos até encontrar uma escola que é frequentada apenas por crianças cabo-verdianas. Mas acrescenta-se que mesmo as condições de trabalho das pessoas criam uma situação de instabilidade nas famílias que podem ter diversas consequências. O abandono tem incidências mais visíveis numa criança dum bairro degradado, mas também existem situações de abandono nas crianças das chamadas classes privilegiadas.

**«Avante!»** - Em vossa opinião quais são as situações que mais gravemente afectam a criança do distrito?

**OS** - Os maus tratos, a marginalidade, que geralmente leva as crianças à justiça de menores. Uma criança quando começa a andar pelos tribunais por furto ou roubo, segue depois o percurso normal, acabando em penitenciarías.

Neste contexto, é chocante a falta de infra-estruturas de apoio à criança. Pode-se colocar aqui a pergunta se é pelo facto de a mulher trabalhar que se verificam tantas situações de abandono. Embora muitos digam que sim, penso que tal não é verdade. O número de instituições oficiais de apoio à criança é irrisório, porque tudo é atirado para as instituições privadas de solidariedade social. O trabalho infantil é mais uma chaga que na região de Lisboa está normalmente ligado a pequenas empresas. A lei da protecção da maternidade e da paternidade não é cumprida, o que impede as mães e os pais de dedicarem aos filhos o tempo necessário, uma vez que as faltas dadas com esse fim não são pagas, por exemplo. Por outro lado, a criança tem direito à alegria, o que começa pelo facto de ter sido desejada pelos pais. Prova-se assim a necessidade de um planea-



Maria Antónia Dimas, professora e membro da DORL



Maria Adelina Coelho, assistente social

# Agenda /

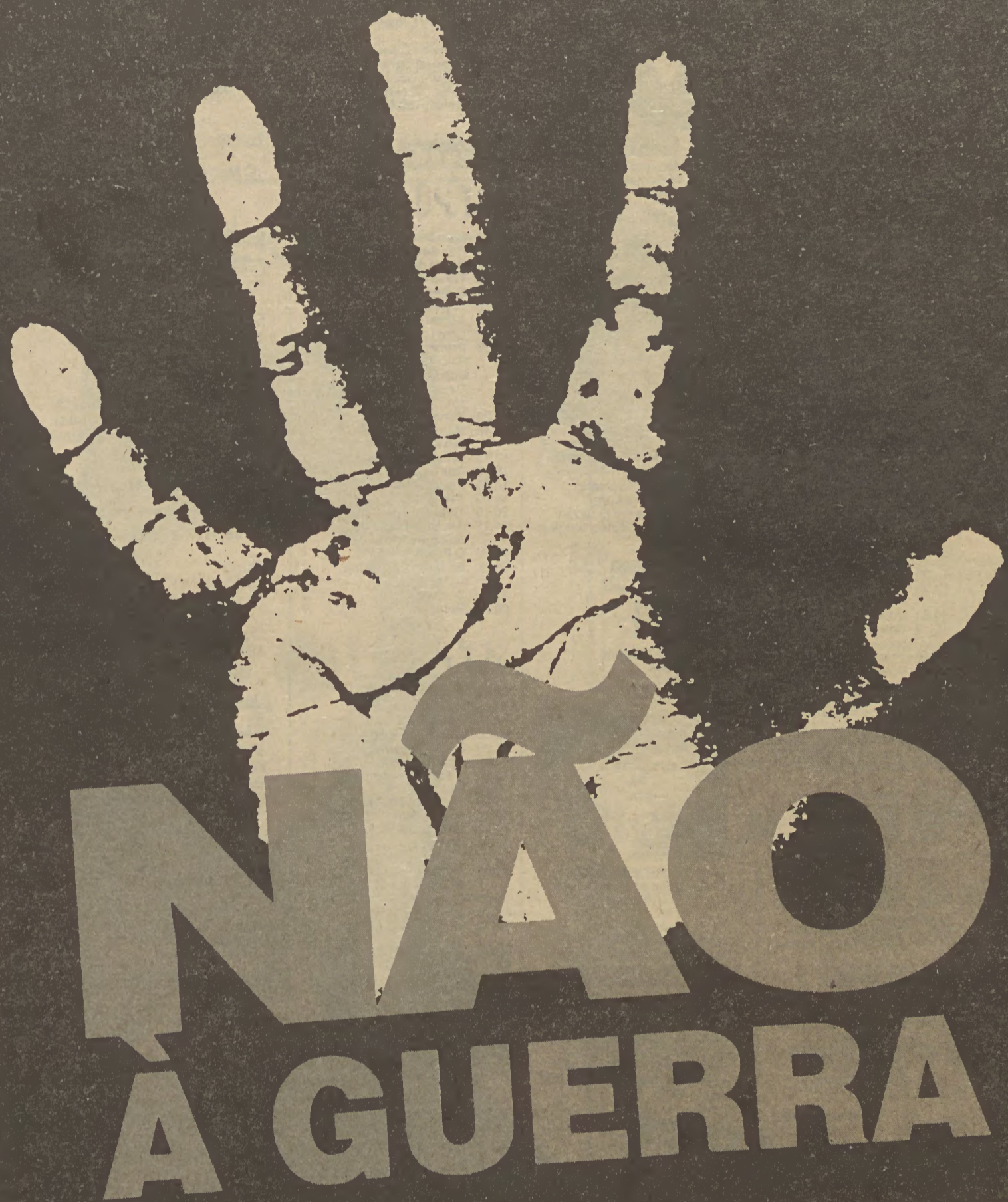
*Avante!*

Ano 61 – Série VII  
N.º 892

24 de Janeiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



**NÃO  
A GUERRA**

*Sim à Paz!*

**Sábado 26 Janeiro**

**15 horas Praça do Saldanha desfile até ao Rossio**





# Cinema A seleção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Cyrano de Bergerac	—	★★★	★★★	★★★★★
<b>B</b> Conto da Primavera	—	★★★★	★★★	—
<b>C</b> Palombella Rossa	—	★★★	—	—
<b>D</b> Tudo Bons Rapazes	★★★	★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Eric Rohmer — Sétima Arte (14.15, 17.00, 19.00, 21.45), King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Nanin Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) — Lisboa.
- D — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/10 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 00.30), Quarteto/2 (14.15, 17.20, 22.30), Cine Portela/Estúdio Sheza (15.15, 21.15) — Lisboa.

# Exposições

**LISBOA**  
**Alberto Carneiro** - Escultura; desenho. Exposição retrospectiva em três espaços: na SNBA, na Gulbenkian e na EMI-Valentim de Carvalho  
**Albuquerque Mendes** - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19  
**António Carmo** - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167  
**António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro** - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro)  
**Canto da Maia, Escultor**. Palácio da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)  
**Colecção de Fotografias da SEC** (internacional). Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3)  
**Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17  
**Fernando Calhau** - Objectos em ferro e néon. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 23/2)  
**Homenagem a Raúl Lino**. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)  
**Iluminuras** - «A Iluminura em Portugal», sécs. XII/XVI. Torre do Tombo, Cidade Universitária. Das 10 às 16.30 (até 10/2)  
**João Peral** - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da

Gama, 48. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/2)  
**João Salema e José de Guimarães** - Pintura e serigrafia. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 5/2)  
**João Tabarra** - Fotografias. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 12/2)  
**João Taborda** - Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17, 2º. De 3ª a 6ª das 18.30 às 22.30 (até 30/1)  
**José Luís Tirado** - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c (até 16/2)  
**José Pedro Croft** - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1. Das 15 às 20  
**Lima de Freitas** - Ilustrações de livros: originais e edições ilustradas. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 10 às 17 (até 2/2)  
**Madalena Seixas** - Aquarelas. Biblioteca Nacional, Campo Grande (até 31/1)  
**Manuel Filipe** - Pintura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41 (até 26/1)  
**Michel Bouvet** - «Vive L'Affiche» (cartazes sobre temas e acontecimentos culturais). Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 9. De 2ª a 6ª das 9 às 20  
**Papagaios de Papel** («Pinturas no Céu», colectiva internacional). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 3/2)  
**Rocha de Sousa** - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/1)  
**Rosa Almeida** -



Pintura de António Carmo

Escultura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42 (até 26/1)  
**Tapeçaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17  
**Vittorio Graziano** - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

**PORTO**

**Armando Aguiar** - Pintura. Galeria Inter-Atrium, Av. Boavista, 1471, Lj.3 (até 2/2)  
**Eugénio de Andrade** (exposição biblió-icongráfica). Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66 (até 28/1)  
**Leonel Moura** - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Ruado Rosário, 125

**OUTRAS LOCALIDADES**

**António Pimentel** - Pintura. Até 4/2, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANSIL  
**António Breiaño Pestana** - Pintura. Galeria dos Patudos (até 10/2), ALPIARÇA  
**Artur Bual** - Pintura. Galeria Municipal, AMADORA  
**Júlio Resende** - Pintura (exposição an-

tológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE  
**Pedro Calapez** - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA  
**Cabrita Reis** - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA  
**Manuel Gamboa** - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA  
**Luz Maia** - «3 Mundos», pintura e escultura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/2), LOURES  
**Artur Bual e Alberto Peixoto** - Pintura. Galeria Espiral, R. Cândido dos Reis, 90, OEIRAS  
**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ  
**Maria Keil** - Azulejos. Até 24/2, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

## ANTOLOGIA



FIDDY, Roland, Grã-Bretanha, in «Guerra à Guerra», publicado pela agência Sofia Press (Bulgária 1987)

## ...e ainda Música, debates, etc.

### Criança Presente e Futuro

É sob este lema que se vai realizar no próximo sábado no Hotel Roma, em Lisboa, com início às 15.30, um colóquio promovido pela DORL, que conta com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP. Em foco estarão temas como: estruturas de apoio à criança e à família, maus tratos, abandono e delinquência, droga e prostituição, condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, saúde.

Entre as instituições que já confirmaram a sua presença saliente-se o Instituto de Apoio à Criança, a Comissão da Condição Feminina, o Movimento Democrático de Mulheres, a União dos Sindicatos de Lisboa, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, além de várias Câmaras e Juntas de Freguesia.

### Música

Hoje às 18.30, no Auditório Dois da Gulbenkian, duas concertistas portuguesas de renome internacional - a violoncelista Clélia Vital e a pianista Nella Maissa - interpretam peças de Schumann, Mendelssohn, Martiní e Cesar Franck.

## Baixa da Banheira dia 26 - 21 h

### Centro de Trabalho Reunião da Célula da Setenave

Na segunda-feira, na mesma sala e à mesma hora, tem lugar um concerto integralmente preenchido com obras de Boccherini - violinos, viola, violoncelo e guitarra tocados por Anibal Lima, Cecília Branco, Katchatour Amirkhanian, Paulo Galo Lima e Paulo Vaz de Carvalho.

### Dança

O Ballet Gulbenkian estreia na próxima quarta-feira à noite, no Grande Auditório, o seu 3º Programa da temporada, constituído por duas estreias absolutas - novas coreografias de Gagik Ismailian (música de Rachmaninov) e de Olga Roriz - e «Isolda» (Olga Roriz/Wagner). Este espectáculo será repetido nos dias 31 de Janeiro e 1 e 2 de Fevereiro, sempre na mesma sala.

### Cinema

Com o filme «Bob e as Suas Mulheres», de Alan Clarke, o ABC Cine-Clube de Lisboa dá por cumprido na próxima terça-feira, dia 29, o ciclo de cinema britânico recente que vem apresentando desde fins de Novembro no cinema Londres.

A sessão realiza-se, como é habitual, às 19.00. Na Malaposta, em Loures, o ciclo tem um outro tema e ainda não vai sequer a meio. Chama-se Remakes Policiais, decorre aos fins-de-semana e inclui filmes de muito diversos autores e épocas - dos anos 30 aos anos 70, de Clouzot a Friedkin. Neste fim de semana será exibido o filme «Os Incorruptíveis Contra a Droga» de William Friedkin (6ª e sáb. às 21.30, domingo às 15.00).

### Mais Cinema

«Presente da Cinemateca Portuguesa ao verdadeiro cinéfilo» é o ciclo que ali teve início na terça-feira e vai apresentar, até 29, todos os 9 filmes feitos pelo par Spencer Tracy/Katherine Hepburn, que - dirigidos por Cukor, Kazan, Capra, Lang - nos anos 40 muitos consideraram «os maiores actores da América» e sobretudo quando contracenavam. Eis o calendário:  
 - Terra de Ambições, de Ella Kazan - 6ª, 18.30;  
 - O Filho do Povo, de Frank Capra - sáb. às 15.30;  
 - A Costela de Adão, de George Cukor - sáb. às 18.30;  
 - A Mulher Absoluta, de George Cukor - sáb. às 21.30;  
 - A Mulher Que Sabe Tudo, de Walter Lang - 2ª às 18.30.

## Tempo Fim de Semana

**Sábado** - Períodos de céu muito nublado. Vento em geral fraco. Aguaceiros pouco frequentes e possibilidades de trovoadas.  
**Domingo** - Céu pouco nublado. Vento fraco. Acentuado arrefecimento nocturno.  
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



# Quênciã

# rianças



mento familiar eficaz e da educação sexual que não há em nenhuma escola.

**HG** - Já que se falou no trabalho infantil e na falta de estruturas, lembro que não há nenhum organismo que fiscalize o cumprimento da escolaridade obrigatória. Há bem pouco tempo, cabia às delegações escolares efectuar esse controlo, embora só para efeitos estatísticos. Quando se convocava as famílias alertando-as para a conveniência de matricular os filhos nos respectivos estabelecimentos de ensino, o facto era que as delegações não tinham meios para dar resposta aos problemas sociais que surgiam.

**«Avante!» - Que tipo de estruturas são necessárias para alterar essa situação?**

**HG** - Penso que localmente seria importante coordenar o trabalho de diferentes estruturas existentes sociais e do Estado. Mas é inquestionável que cada escola deveria dispor de uma assistente social permanente.

## Cinco dias para oito escolas

**AC** - No concelho de Lisboa, realidade que conheço melhor, a única estrutura que tenta tratar dos problemas sociais e de saúde da escola é a medicina pedagógica que dispõe de 23 equipas que teoricamente, sublinho o termo, cobrem o ensino básico, incluindo o preparatório. Mas na prática, tal não se verifica. De facto, uma equipa que deveria ser formada por um médico, assistente social, enfermeiro e psicólogo, tem à sua responsabilidade sete escolas primárias e uma de ciclo.

Mas eu cheguei a trabalhar numa equipa formada só por uma assistente social e um médico que era responsável por sete escolas e um ciclo, ou seja um total de 2500 crianças. Os cinco dias de trabalho dividiam-se por meiodias, cabendo ao ciclo, por exemplo, apenas dois períodos, o que é manifestamente insuficiente para um trabalho sério. A nossa assistência é apenas pontual. Não há, portanto, recursos humanos suficientes e neste aspecto a situação tem-se degradado porque os técnicos que saem não são substituídos.

**«Avante!» - Quem é o culpado por essa situação?**

**AC** - Exclusivamente o Ministério da Educação. Há um quadro aprovado acerca de três anos para serviço social escolar, independente da medicina pedagógica, só que nunca foi avante.

**AD** - O Governo não manifesta de facto vontade política para resolver este tipo de problemas. O que assistimos é apenas a muita demagogia. A televisão mostra um país lindíssimo com crianças felizes, mas a realidade contrasta gritantemente com este falso quadro. Basta passarmos pelo Rossio para vermos os bandos de crianças que por ali andam abandonadas, que são exploradas na mendicidade, prostituição, etc. À noite, vemo-los a dormir na Praça da Figueira, aos cachos, por cima das grades do Metro. Face a esta situação, o Governo e a direita aparecem a defender a responsabilização da sociedade civil e o ideal bucólico da mãe a cuidar dos seus filhos em casa. Sabemos que isto é a mais redonda mentira e que não é esta a via para resolvermos os problemas sociais que afectam a criança, que são no fundo os problemas que afectam a sociedade portuguesa, os jovens, os trabalhadores.

**OS** - Os deputados do PCP na Assembleia da República têm apresentado ao longo dos anos vários projectos de lei com incidência especial nos problemas da criança. Além do projecto de lei sobre a protecção da maternidade, sobre o planeamento familiar, saliento um outro sobre o trabalho infantil que continha várias medidas preventivas que considerámos indispensáveis, bem como um diploma, que ainda não foi discutido, sobre a concessão de subsídios aos pais e mães sós com um nível económico baixo e que tivessem crianças a cargo. No que respeita à área de jurisdição de menores apresentámos um projecto de lei já há muitos anos que tem estado sempre pendente e nunca foi discutido.

## O círculo vicioso da marginalidade

Gostava ainda de focar mais em pormenor as questões da justiça de menores. Existe uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 40/33, que afirma nomeadamente que a justiça de menores deve ser concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país.

No nosso país o que se tenta é poupar meios. Lembro que ainda há bem pouco tempo o actual ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, que revela uma especial acuidade para retocar os quadros em cor-de-rosa, apresentou uma proposta no sentido de criar no País as Comissões de Protecção de Menores. Estes organismos retiram os menores da aplicação de determinadas medidas de internamento, em casos de correcção, efectuem assistência educativa e colocam os jovens em famílias que não estão em risco. Estas comissões têm funcionado em Lisboa,

Porto e Coimbra onde existem os centros de observação e acção social. Considero que elas têm na sua raiz uma ideia extremamente interessante que é tentar a recuperação de um menor sem ser através da via judiciária, porque esta marca profundamente a vida de uma criança. Acontece, porém, que apesar desta ideia positiva, as comissões não têm funcionado. Neste momento há o receio de que se comece a desenhar uma corrente, já observada no estrangeiro, onde as medidas de assistência educativa e das famílias de acolhimento não têm resultado. No nosso país não resultam porque não há meios para a assistência educativa. Por outro lado, algumas vezes, o que leva uma família a acolher uma criança é o subsídio que passam a receber. Por tudo isto, estas medidas não têm um grande resultado prático, o que levou muitas pessoas a defender o regresso dos menores às malhas da justiça, da penalização. Isto leva-nos a concluir, antes de mais, que o funcionamento das comissões deve ser acompanhado de outras medidas e que, naturalmente, devem ser dotadas dos meios necessários para poderem funcionar. Ora, Laborinho Lúcio defendeu esta proposta na Assembleia da República afirmando exactamente que ela envolvia um pequeno investimento económico. Isto significa que as comissões vão existir, no papel, mas que na prática não vão resultar.

**«Avante!» - O que é que acontece hoje com uma criança marginal?**

**OS** - Uma criança que furta, por exemplo, se não tiver mais de doze anos, e se no local funcionar uma Comissão de Protecção de Menores, poderá ser aí entregue e este organismo, caso tenha meios, tomará as medidas necessárias para a assistência educativa da criança, a sua coloca-

ção em famílias de acolhimento, lares, etc.

Normalmente uma criança que furta com mais de doze anos vai ao tribunal. Os pais são chamados, o juiz faz uma admoestação, porque não tem outros meios para resolver o problema, por exemplo, através da assistência educativa com o acompanhamento de um psicólogo. Acabam portanto por devolver a criança para a sua família onde vai encontrar a situação anterior que não impediu que ela tivesse o desvio de comportamento. É frequente a criança reincidir e voltar com dezasseis anos aos bancos dos tribunais então já a responder perante o tribunal de maiores, onde apanha inicialmente pena suspensa e acaba por mais tarde ser penalizado com prisão efectiva, entrando num círculo vicioso do qual já não consegue sair. Estas crianças tornam-se assim óptimos clientes dos tribunais. Mesmo que o juiz deseje em alguns casos retirar uma criança maltratada à família, não o pode fazer devido à insuficiência de centros de internamento, ou de outras instituições onde a criança possa ser colocada.

**AD** - Mesmo em famílias normais, com pais que trabalham, uma criança encontra-se numa situação de vulnerabilidade face à sociedade devido ao facto de as escolas não terem condições para a ocupação dos seus tempos livres. Não há ginásios, o funcionamento de bibliotecas é muito deficiente, etc. Assim, uma criança que entra às oito horas da manhã e está livre à uma e meia da tarde tem um largo período onde é permeável ao ambiente que o rodeia. Desta situação resulta que a população responsabiliza a escola por esta não cumprir o papel educacional que lhe compete. A escola responde com a falta de meios. A mesma resposta é dada pela assistente social, pelo juiz que igualmente se confrontam com uma realidade que não conseguem resolver. ■



Odete Santos, deputada do PCP à Assembleia da República



Maria Helena Gonçalves, delegada escolar e dirigente sindical do SPGL

# Reforma educativa sem respostas

Neste final de ano de 1990 as escolas estão na penúria. Tive oportunidade de, em representação do Grupo parlamentar do PCP, visitar 22 escolas preparatórias e secundárias do concelho de Sintra a convite da respectiva Federação das Associações de Pais. É numa zona de ruptura. Mais de metade das escolas não têm instalações desportivas. Superlotação, situações de encerramento, falta de pessoal, instalações em ruptura, pesadas dívidas das escolas aos fornecedores, à EDP, aos serviços municipalizados, insegurança de pessoas, instalações e equipamentos. A situação desta zona, sendo das mais preocupantes não é um caso isolado, o que se torna ainda mais alarmante. Com os orçamentos de 1990 cortados em 20%, as escolas preparatórias e secundárias de todo o país estão financeiramente esgotadas e começaram em Novembro inevitavelmente a assumir encargos que só serão pagos com os orçamentos de 91. A inspecção geral de ensino encontra-se paralisada. A situação do sistema educativo público é de asfixia financeira.

Há um ano atrás dizia na Assembleia da República o Ministro da Educação que o Orçamento de 1990 seria «verdadeiramente um orçamento da reforma educativa, que doseia o imperativo da quantidade com a paixão da qualidade, que aposta no alargamento do acesso sem descuidar a necessidade da excelência».

Foram palavras sem credibilidade que a realidade cabalmente desmentiu e que por isso mesmo merecem ser lembradas.

O orçamento que foi apresentado pelo Senhor Ministro da Educação à Assembleia da República veio gravemente ferido de falta de credibilidade. Não foram só as manipulações formais de comparar realidades que não são comparáveis para apresentar propagandisticamente percentagens fictícias de aumentos de verbas. Foram manipulações substanciais, anunciando um cenário orçamental para o novo sistema retributivo composto por um reforço de 48 milhões de contos para o Ministério da Educação que nem o Ministro das Finanças sabe onde estão.

A perplexidade quanto a este cenário e a não explicitação da origem dos 48 milhões de contos, previstos pelo Ministério da Educação para o novo sistema retributivo, foram aliás afirmadas nos relatórios de apreciação na generalidade aprovados nas Comissões Parlamentares de Educação e de Juventude.

A Assembleia da República não pode decidir na base de informações discrepantes dos vários membros do Governo. A Assembleia tem de saber, ao certo, qual é o montante destinado a satisfazer os encargos decorrentes do novo sistema retributivo e quais são os números exactos: se os do Ministro das Finanças, se os do Ministro da Educação. E tem de saber se o Governo vai honrar os compromissos salariais que assumiu para com os professores, ou se vai encontrar subterfúgios para não proceder ao desgelamento dos escalões e à aplicação da Portaria de recuperação do tempo de serviço dos docentes.

O ano de 1991 já foi chamado o ano da recuperação educativa. Recuperação que está por fazer num momento em que devia já ir adiantada. É em todo o caso um ano em que é indispensável responder às exigências emergentes da reforma educativa.

Essa resposta exige inequivocamente um grande esforço em instalações e equipamentos, no apoio aos estudantes e famílias, na formação de professores, no alargamento da rede de ensino público. No entanto, o Orçamento de Estado para a Educação para o próximo ano revela-se incapaz de superar as enormes deficiências e desequilíbrios estruturais do nosso sistema educativo.

Continua inadmissivelmente a con-

derá conduzir durante o próximo ano a situações insustentáveis no funcionamento das Universidades e dos Institutos Politécnicos.

Porém, no que se refere ao orçamento de investimento para o Ensino Superior, a situação assume foros de escândalo.

As previsões de investimento constantes da indicação plurianual feita o ano passado revelaram-se uma longínqua miragem. Apenas 1/3 das previsões será, na melhor das hipóteses, cumprida. A generalidade dos programas de investimento dos estabelecimentos de ensino superior público sofrem golpes drásticos, inviabilizadores da sua concretização.

O alargamento também a esta área da orientação de reduzir as verbas inscritas no PIDDAC e nas despesas de funcionamento vem obrigando a nossa comunidade científica a desdobrar-se na elaboração de projectos atrás de projectos e a procurar alcançar na bolsa dos subsídios das comunidades aquilo que lhes deveria estar garantido na lei orçamental.

Entretanto, investigação alguém vai fazendo por nós...

## Cultura

Também para a cultura as verbas inscritas no Orçamento de Estado pa-

decem, desde a partida, de um grave desequilíbrio: os quase nove milhões para o elefante sem fundo do Centro Cultural de Belém contrastam, gritantemente, com a insignificância dos valores atribuídos à Direcção-Geral de Acção Cultural, ou seja: aos apoios do Estado às actividades de bandas e filarmónicas, grupos de animação, agremiações recreativas e culturais, iniciativas nos mais variados domínios da realização estética, de lés a lés do País.

Acresce que, pelos números analisados, se conclui que as políticas no âmbito do Teatro, do Cinema, da Música, das Artes Plásticas, do Livro, da Difusão da nossa produção no estrangeiro, de Cooperação com os Países Africanos de expressão portuguesa não sofrerão qualquer inflexão positiva de rumo. Pelo contrário: prosseguirão a penúria, o reino das discriminações, a inaceitável desoneração do Estado de quantas responsabilidades constitucionalmente lhe competem. As lógicas e critérios em curso na Secretaria de Estado da Cultura perscrutaram já um universo de crispções, disputas, demissões e nomeações estranhas. Mais veremos, a breve prazo, porque o vício é genético: da matriz do Governo e da sua manifesta inépcia.

## Juventude

O orçamento da área da Juventude para o próximo ano diminuirá de expressão no Orçamento de Estado. Acusa um decréscimo real de dotações bastante acentuado, em termos gerais.

Este facto é particularmente significativo vindo de um Governo que sempre afirmou constituir a Juventude uma das suas grandes preocupações e prioridades de acção, o que se foi



siderar a educação pré-escolar, a educação especial e a educação de adultos como parentes pobres do sistema educativo, dotando-as de verbas pouco mais que simbólicas.

Não responde às necessidades prementes de conservação e remodelação de um parque escolar com claros sinais de ruína nos ensinos preparatório e secundário.

Mantém a níveis de insuficiência gritante o apoio social aos estudantes e às suas famílias, preferindo, ao contrário do que garante a Constituição e dispõe a Lei da Bases do Sistema Educativo, seguir uma política de encarecimento do ensino, reforçando o autofinanciamento dos Serviços de Acção Social e de desresponsabilização financeira da Administração Central, procurando, através de uma verdadeira política de chantagem contra as autarquias locais, atribuir-lhes o máximo de encargos e o mínimo de contrapartidas e obrigá-las a suportar despesas com a educação que são competência do Governo. Estamos perante um Governo que não faz e não paga o que deve e quer obrigar outras entidades a fazer e pagar aquilo que não devem porque só ao Governo compete.

A política orçamental para o Ensino Superior, que o Orçamento para 1991 traduz, é também sintomática de uma política de não investimento e de alienação de responsabilidades no que se refere ao Ensino Superior Público. A nível dos orçamentos do funcionamento do Ensino Superior não há razões de optimismo. Verificam-se mesmo casos de reduções orçamentais reais num panorama geral que é no mínimo de estagnação e que po-

O Governo acena com os concursos do PRODEP como fórmula mágica para justificar esta situação e de a resolver. No entanto, o facto de os resultados do concurso PEDIP-PRODEP em 1990 para infra-estruturas terem representado um desvio de fundos de 40% do total para universidades que não pertencem à rede pública, é sintomático da política real que está a ser seguida e do sentido da opção que leva a subtrair à Assembleia da República a decisão sobre uma boa parte dos investimentos que são realizados a coberto de Fundos Comunitários.

## Investigação

No que respeita à investigação científica e tecnológica e desenvolvimento, mau grado a engenharia orçamental patente nos elementos que o Secretário de Estado entregou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, a despesa total com I. D. está muito longe ainda do 1% do PIB quanto mais dos 2,5% que há muito constitui média nos países da Europa Comunitária.

Tomando como exemplo apenas o Programa Ciência, que irá observar até 1993 a parte mais substancial das verbas destinadas à investigação e desenvolvimento (cerca de 25 milhões de contos a preços de 1989) é dramático que ainda não sejam conhecidos quais os projectos que serão aprovados para o ano de 1990 nem se conhece igualmente qual o regulamento a que têm de obedecer os projectos para o próximo ano.



O Orçamento de Estado de 1991 para o Desporto é um verdadeiro insulto a todos os desportistas e a todos os dirigentes dos mais de 3800 clubes e federações desportivas existentes.

É um orçamento que corresponde a cerca de 0,08% do PIB; 8,1 milhões de contos dos quais 5,6 milhões são cobertos por receitas próprias. Regista um aumento nominal de 5,7% em relação ao ano em curso.

Os 57 projectos de infra-estruturas desportivas constantes do PIDDAC do Ministério do Planeamento e Administração do Território são no próximo ano reduzidos a 12, ficando uma verba resmanescente não consignada a quaisquer projectos, utilizável ao arbítrio eleitoralista do Governo.

Um projecto como a construção da nave desportiva do Jamor, considerada como uma prioridade para o ano de 1990, é abandonado no Orçamento para 91.

Os subdesenvolvimento desportivo em que nos encontramos e que o Governo não demonstra a intenção de ultrapassar é claramente extensivo à Alta Competição, sendo inexistente qualquer política de apoio a este subsector.

Em finais de 1990 não se vislumbra qualquer medida que permita ao País retirar qualquer vantagem da realização dos Jogos Olímpicos de 1992 a poucas centenas de quilómetros das nossas fronteiras, nem se prevêm medidas de apoio às Federações Desportivas que terão a seu cargo a preparação da representação nacional nesse importante acontecimento desportivo mundial. Mais uma vez,



Portugal é o país da Europa com a mais baixa percentagem de praticantes de desporto e está a braços com profundas carências em estruturas humanas e materiais. Segundo um estudo recentemente publicado pela

Direcção-Geral dos Desportos sobre a importância económica do Desporto, o défice do nosso país em infra-estruturas desportivas é da ordem dos 140 milhões de contos. Temos consciência de que este dé-

fice não se supera num ano. Mas ele nunca será resolvido enquanto o orçamento de investimento do Ministério da Educação na área do Desporto se limitar a um milhão de contos.

vamos esperar que o talento e a abnegação dos nossos técnicos e atletas possam superar as dificuldades provocadas pela incuria do Governo e assegurarem uma representação digna do nosso país. ■

## Sondagens cá

Como já se sabe, as sondagens servem muito menos para saber das pessoas as suas opiniões do que para levá-las a ter uma opinião. As sondagens não querem saber, querem que se fique a saber. Não interrogam, afirmam. Não procuram, impingem. Por cá já tem havido muitos exemplos disso, e as últimas eleições presidenciais mostraram bem o que valem as sondagens. A coisa é tão óbvia que caberia perguntar porquê, a poucos dias ou horas de umas eleições em que os cidadãos iriam exprimir a sua vontade através do voto, querer saber por antecipação em quem iriam votar. Bastava esperar um pouco...

Mas o mais chocante foi aquela sondagem divulgada pela RTP a seguir aos resultados. O PCP, cujo candidato alcançara perto de 13 por cento numa eleição em que havia um vencedor à partida, obtinha então uns sete por cento. Entretanto, lançados na campanha das legislativas, alguns jornais começaram já a publicar as suas sondagens. Referindo-se quase todos ao mesmo período de inquérito. E dando-nos um «retrato» completamente surreal da opinião pública. Enquanto um jornal dá aos comunistas, para já, 13,4 por cento das intenções de voto, outra fica-se pelos 6,7...

## Sondagens lá

Mas é claro que não é apenas por cá que as sondagens surgem como processo manipulador da opinião. E não venham dizer-nos que as sondagens não podem ser «científicas», que as há. Nem sérias, que as há também.

Mas quando surgem tão descaradamente a apoiar determinadas políticas e a servir como luvas a determinados fins, quando, ao mesmo tempo, se verificam que há números para todos os gostos e ao sabor das flutuações de interesses, então a gente desconfia mesmo.

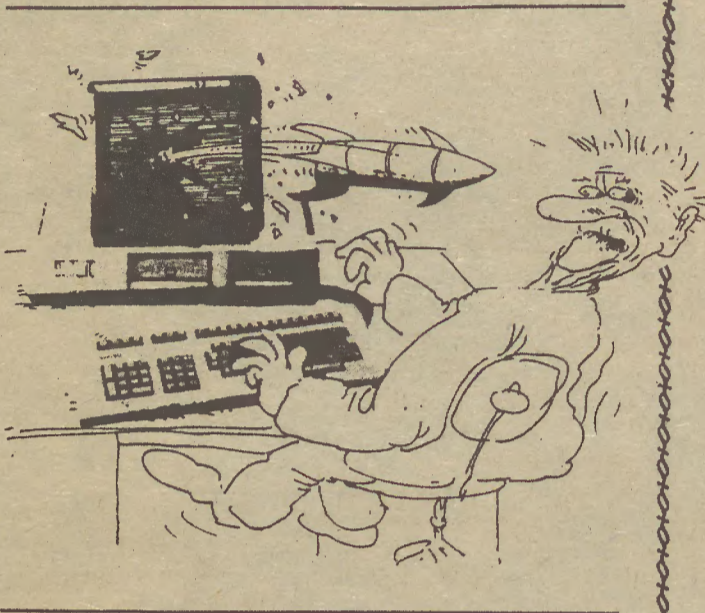
Por exemplo, agora com a guerra no Golfo, passada a primeira euforia do ataque dos Estados Unidos ao Iraque, em que servia a propaganda ocidental declarar que a guerra ia ser curta — o próprio Bush fartou-se de afirmar que esta guerra não ia ser um novo Vietnam — lá surgia a sondagem a dizer que os americanos achavam, há oito dias apenas, que a guerra ia durar apenas um mês. Eram 45 por cento dos inquiridos a dizê-lo, segundo uma sondagem revelada por uma publicação dos Estados Unidos, a «US Today», que o «Diário de Notícias» recorda.

Dias depois, passada a euforia, e quando os números da guerra começaram a

## Pontos Cardeais

contradizer tudo o que nas primeiras horas fora dito, apenas 14 por cento dos americanos acreditam num desenlace rápido. Faz muito jeito aos estrategos do Pentágono, hoje, assim uma população a acreditar que isto está para durar.

em situação de guerra, e o sucesso obtido durante o fim-de-semana vai estimular a sua procura a curto prazo». Tudo portanto, em defesa do desenvolvimento. Ou, como diriam alguns, do primado do mercado, da iniciativa privada e... da liberdade.



## E mais números

Números é o que não tem faltado nesta guerra. Os mais inverosímeis. Os menos duradouros. Tantos mísseis daqui, tantos dali. Só os mortos e os feridos não têm sido contados. Para que possamos continuar a morrer sem que se saiba. Números às toneladas como bombas. Mas não são apenas os números bélicos os que interessam, sobretudo a quem manda na guerra. Mais interessante para alguns foram os números da Bolsa. Os da cotação do petróleo. E agora também os preços do material de guerra. Segundo a imprensa, as acções da empresa fabricante dos tristemente célebres «Patriot» sobem mais depressa do que os seus produtos. Nada menos do que 5,6 por cento foi em quanto se cifrou a subida das acções da empresa Raytheon. Como se falasse de petróleo, ou de batatas, ou de máquinas de lavar, um analista explicou a subida: «É a primeira vez que o sistema Patriot é testado

## Para brincar

Informação é o que está a dar. Toda a gente de olho esbugalhado, de ouvido alerta. Atento à TV, à rádio, ao jornal, o cidadão vai, à força de dados, de explicações técnicas, de exposições, transformando-se em profundo conhecedor da guerra. O ouvinte transforma-se em operacional, o telespectador em perito, o leitor em estatego. É ver no ecrã o curso de um míssil acompanhado da explicação do seu alcance e da sua capacidade destrutiva; é ouvir as abundantes informações sobre o material usado nas destruições «cirúrgicas»; é ler as descrições técnicas dos aviões, blindados, mísseis e plataformas, acompanhadas de gráficos. Fica-se a saber tudo. Até algumas livrarias já expõem nas suas montras abundante literatura «técnica» sobre armamento. Um dia destes as lojas de brinquedos vão começar a vender «patriots».

Gazetilha  
por Ignotus SumCarta  
a um telespectador

Caro espectador. Estás sentado refastelado diante da TV — e vês a guerra. Os mísseis, contramísseis, as imagens possíveis e encontras as palavras mais que vistas dos mesmos, dos eternos analistas.

Mas querem-te enganar na TV que te berra. Isto não é espectáculo: isto é guerra. Isto não é futebol em tarde amena de sol não é uma tourada não é uma corrida: é a imagem do terror armadilhada. Não é a ficção, é a própria vida.

Querem que a gente fique a beber um uísque comer pipocas, um cachorro quente, uns salgadinhos, enfim, seja o que for, enquanto a guerra vai, resplandecente, no teu televisor...

Oa americanos, pá, são bestiais. Reparem na virtude com que os factos reais parecem coisas mesmo de Hollywood! Quase ninguém se admirará se vir o Rambo saltar sobre Bagdad...

No entanto, é a guerra, tal e qual. É uma guerra. Uma guerra bem real.

Veio Gorbachov e disse que ainda era tempo para falar, tempo de espera. Mas Bush, que em febres arde, diz-lhe que não, que já é tarde.

Veio Mitterrand para lembrar que era possível dialogar. Mas Bush, que em febres arde, diz-lhe que não, que já é tarde.

E veio o Papa pregar que a Paz o que ela não faz, mais ninguém faz. Mas Bush, que em febres arde, diz-lhe que não, que já é tarde.

Um dia Bush virá então pedir perdão, pedir perdão. Mas a História, que inflexível arde, diz-lhe que não, que já é tarde...

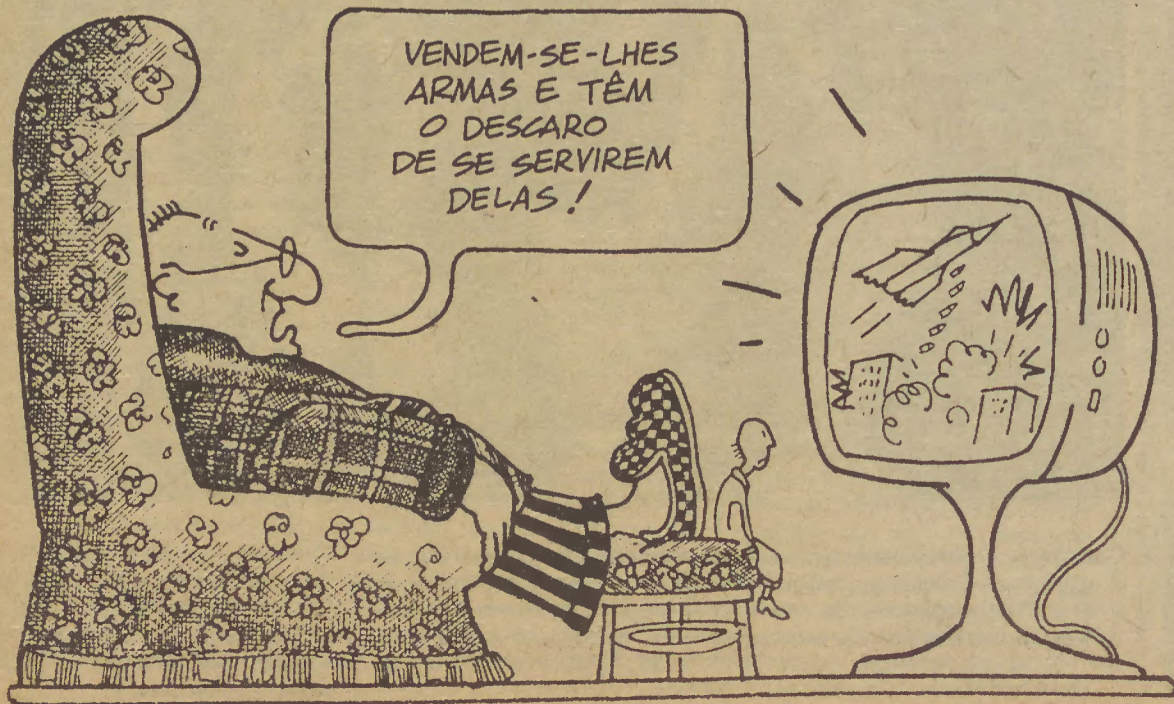
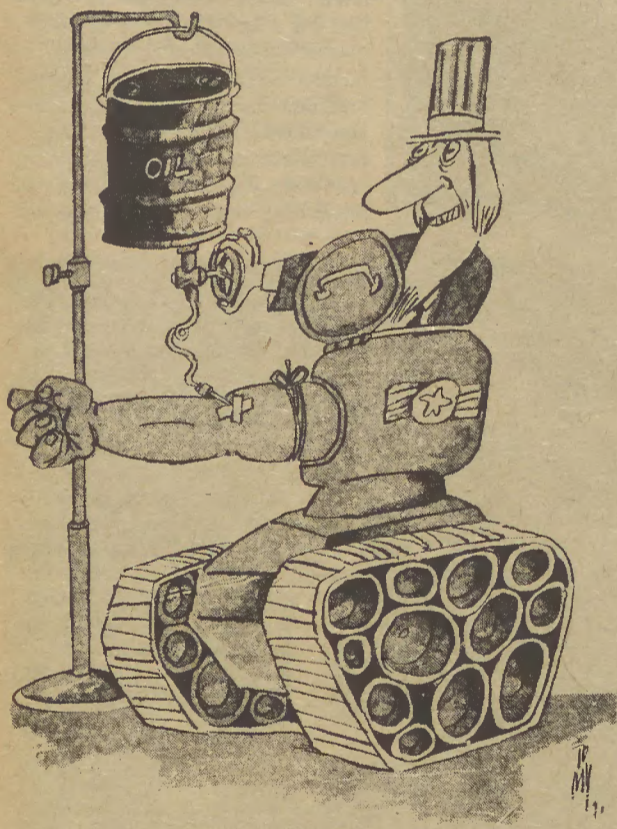
Meu caro espectador, o que vês não é filme de terror...

Quem é que voa na escuridão?  
É o falcão. É o falcão.  
Quem lança o medo na escuridão?  
É o falcão. É o falcão.  
Quem abre as portas do vulcão?  
É o falcão. É o falcão.

Que som avança música e esperança passo e compasso e sem cansaço em longas marchas, em turbilhão? São milhões de homens que se agitam e erguendo a Paz solenes gritam contra o falcão, contra o falcão.

Caro espectador: não fiques para trás. Há lugar para ti na luta pela paz. Não é tinta de Hollywood o sangue a esmo: é sangue mesmo.

Corre, pois se não corres em cada ser que morre, és tu que morres.





**AV:** Tem-se idela de quantos soldados portugueses ficaram afectados com gravidade, psicologicamente, por terem passado por essa situação de stress de guerra?

**FB:** Oficialmente continua a passar-se ao lado disso. Milhares de homens sofrem hoje psiquicamente por que enfrentaram situações destas, das mais mirabolantes, das mais difíceis.

**OP:** A muitas dessas pessoas não lhes reconhecem qualquer grau de deficiência.

**FB:** A minha geração está toda ela afectada de algum modo por isso. Ela não vai passar ao lado do facto de ter andado a dormir na humidade na Guiné, de ter andado a ouvir as bombas rebentar... para falar só disso.

Em Portugal há militares que mantêm ideias muito conservadoras, mas o 25 de Abril e os anos que se seguiram mostraram que há militares que se abriram a outras ideias e lutam por elas. Há militares que não acompanharam em Portugal esse movimento e que se calhar têm ultimamente tomado posições nas chefias das Forças Armadas e que, naturalmente, podem influenciar no sentido de levar Portugal a participar nesta guerra.

**FB:** No Golfo haverá certamente problemas de culturas, de nacionalismos, etc.

Ora não há nenhuma acção de guerra que possa passar por cima de tudo isso para resolver a situação. Pode adiar ou enterrar temporariamente a questão, mas é muito difícil que a resolva em definitivo.

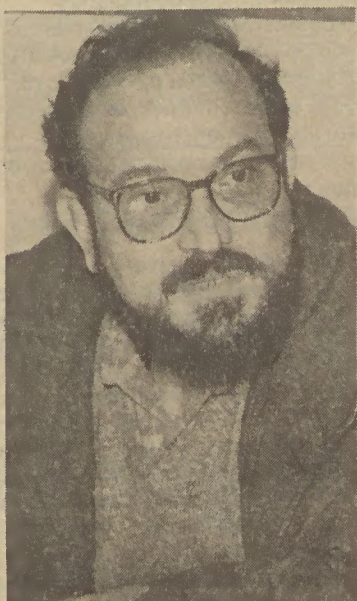
## «Eu não vi nenhum militar que quisesse morrer.»

nesse teatro de guerra, esses acidentes não aconteceriam.

**HM:** É importa referir que ainda não houve contacto no terreno, têm sido utilizados exclusivamente meios aéreos, pelo que o número de baixas vai, quando o ataque terrestre começar, aumentar muito.

**AV:** O militar encara a morte de uma forma diferente do civil?

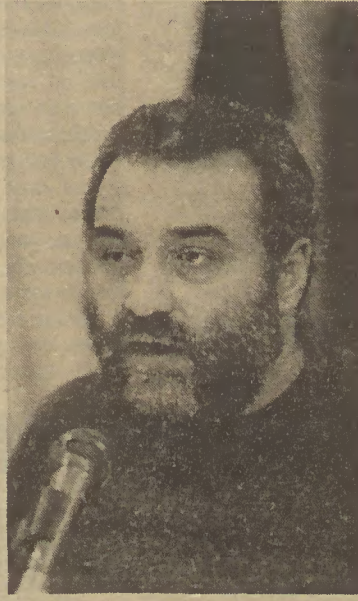
**HM:** Em Angola contavam que um pelotão, comandado por certo alferes, quando saía em missão tinha de levar um suplemento de papel higiénico por causa da reacção fisiológica desse oficial sempre que entrava debaixo de fogo... Isto será anedótico, mas é verdade e mostra como individualmente



**Henrique Mendonça.** Militar reformado, oficial da Marinha de Guerra, comandante de uma unidade de mergulhadores-sapadores na Guiné durante a Guerra Colonial. Na altura segundo tenente. Deficiente das Forças Armadas por ferimento contraído na guerra.



**Orlando Pauleta.** Miliciano na Guiné. Furiel Sapador de Infantaria. Deficiente das Forças Armadas por ferimento contraído na guerra.



**Francisco Brás.** Soldado pára-queda entre 70 e 75, contando com os anos passados no hospital até ser desvinculado das Forças Armadas. Esteve em Tancos e foi mobilizado para Angola. Deficiente das Forças Armadas por ferimento contraído na guerra.

Uma outra questão que terá ajudado muitos militares a terem aprendido a lutar pela Paz: se calhar durante muitos anos a nossa cultura mitificou as guerras, mesmo nos bancos de escola a guerra era muitas vezes mostrada como forma de resolução de problemas, como forma até de estar na vida. Creio que muitos dos militares foram atraídos por essas razões para as Forças Armadas e foram descobrir que de facto a guerra não é solução, não tem nada de poético...

**HM:** Há poucos dias a televisão dizia que existem aviões portugueses baseados na Turquia, para além do Hércules que anda a transportar pessoas e a trazer refugiados. O navio São Miguel, que foi um navio mercante, velho, comprado pela Marinha de Guerra depois do 25 de Abril, está neste momento a dar apoio logístico aos ingleses. Temos também uma fragata que foi preparada para a Guerra Colonial e quase que não tem dispositivos sofisticados como hoje se exige. O que é que isto irá dar? E embora o Governo diga que Portugal não entrará na guerra, a verdade é que tudo está a ser feito para que a NATO tome uma posição conjunta nesse sentido.

**FB:** Durante algum tempo fui dirigente da Associação de Deficientes das Forças Armadas e tive oportunidade de conhecer algumas realidades como a dos deficientes da Guerra Mundial e as suas organizações. Também eles estão empenhados na Paz, não é por acaso que se fizeram representar nas diversas conferências mundiais pela Paz que se realizaram. É sintomático que no nosso país, que tinha há já muitos anos a organização dos ex-combatentes, a organização mundial tenha preferido trocar as suas informações e as suas relações não com essa organização, que era poderosa em meios económicos e outros, mas com a associação dos deficientes das Forças Armadas que hoje faz parte dessa organização mundial. E a esses homens de quase todos os países do mundo, que atravessaram a guerra, com as suas culturas, as suas especificidades, une-os profundamente o ideal da Paz.

Não sei qual é a sua posição sobre esta questão do Golfo, mas sei da posição que tinham contra a Guerra Fria, sei da posição que tomaram pela Paz em diversos níveis... quem melhor conhece os efeitos da guerra e quem melhor os apreendeu é quem a sofreu de facto. Mas há também muitos que passaram por ela e não a viram... ou talvez fechem os olhos.

as pessoas podem reagir de formas tão diferentes.

**FB:** Eu não vi nenhum militar que quisesse morrer.

**OP:** As reacções de cada um frente a uma situação de confronto, uma emboscada, uma mina que rebenta, um bombardeamento que acontece, são naturalmente diferentes e no mesmo indivíduo podem mudar de dia para dia. Eu vi isso na Guiné...

**FB:** Entre os americanos, ingleses e franceses que estão agora no Golfo e a minha experiência pessoal, há este paralelismo: eu saí das vinhas de Torres Vedras e das obras de Lisboa para ir para África... e nós não tínhamos nada a ver com África, sentíamos-nos deslocados, mesmo ao fim de um ano ou dois.

Creio que a maior parte desta gente que está no Golfo se sente também longe de casa...

**HM:** Há uma história que hoje vem muito à minha memória: era uma pequena lancha de desembarque que normalmente levava três ou quatro praças de marinha que faziam patrulhas nos rios, levavam mantimentos,

etc. Um belo dia a unidade que eu comandava recebeu o alerta para rapidamente ir para o rio Cacheu por terem afundado uma lancha e ser preciso ir recuperá-la... Quando cheguei lá o espectáculo era este: um morto. Um indivíduo baleado nas pernas que não conseguia andar. O responsável pela lancha (o patrão da lancha, tal como nós dizíamos), endoideceu... e ficou louco... quinze dias antes eu estivera a confraternizar com ele...

Quantos e quantos homens hoje, em Portugal, com quarenta a cinquenta anos, não estão lembrar-se de cenas como esta e que se calhar há muitos anos não recordavam?

**OP:** E nesta Guerra do Golfo essas situações de stress de guerra vão afectar muitos civis, muitas populações de cidades como Bagdad ou Telavive e outras cidades da região, com quatro milhões de habitantes ou mais.

**AV:** O que é que leva um militar a defender a paz?

**OP:** Na base disso está certamente a influência da opinião pública que tem vindo a manifestar-se nos últimos anos em favor da Paz bem como a ideia que tem vindo a cimentar-se que a guerra não é capaz de resolver qualquer tipo de problema.

## «Nesta Guerra do Golfo as situações de stress de guerra vão afectar muitos civis, muitas populações de cidades, como Bagdad ou Telavive, com quatro milhões de habitantes ou mais.»

**Guerra no Golfo****Mundo Árabe**

# Manifestações pró-Saddam

As manifestações populares que têm vindo a suceder-se em países árabes e outros da região do Golfo, caracterizam-se por fortes sentimentos antiamericanos e pelo apoio claro a Saddam Hussein, que neste momento acaba por aparecer como defensor das massas árabes oprimidas e dos direitos dos palestinianos. Uma realidade para a qual os mais precisos mísseis nunca serão solução. A eventual entrada de Israel na guerra tornaria a situação ainda mais complexa.

«Se houver uma guerra, isso irá provocar uma verdadeiro desastre na região, e não só. No mundo árabe vai haver um movimento a favor de Saddam Hussein e levantamentos em alguns países que tomaram posição pelos Estados Unidos.» O comentário — anterior ao desencadear da guerra — é do jornalista americano Pierre Salinger, amigo pessoal do presidente Kennedy, que defende ainda: «O grande erro foi ter enviado todas essas tropas para a Arábia Saudita. Tínhamos no Golfo forças navais que poderiam ter sido reforçadas para resolver o problema. Mas, sobretudo, teria sido necessário falar com os iraquianos mais cedo. Eu vivi a crise dos mísseis de Cuba. A solução foi possível graças à troca de mensagens realizada entre Kennedy e Kruchov.»

De par de todos os gravíssimos problemas, as mortes (e quantas já terá havido?), as destruições, os dramas humanos que uma guerra necessariamente acarreta, a questão que se coloca é a da situação imposta aos povos árabes. «Vamos humilhar uma nova geração de árabes, tal como outra geração cicatrizada pela sua derrota, em 1967, na guerra árabe-israelita», considera John Waterbury, professor de

Política e Relações Internacionais da Universidade de Princeton.

A sucessão de manifestações entre as populações árabes, confirma amplamente estas análises.

Já em vésperas do primeiro ataque aéreo ao Iraque, o rei Hassan II do Marrocos proibia quaisquer manifestações de rua, sublinhando que não hesitaria em declarar o estado de sítio no país ao mínimo incidente. Um facto que sublinha ainda um outro grave problema ligado às guerras — o agravamento da repressão. Mais grave ainda em países em que na prática não se pode falar de democracia.

O ataque iraniano a Israel desencadeou uma onda de manifestações de apoio das populações árabes a Hussein. E as hesitações e contradições fizeram-se sentir mesmo no interior dos próprios governos.

Na Síria, que tem homens armados na força militar presente na Arábia Saudita, vemos o ministro da Informação a afirmar que «se Israel atacar a Jordânia e for o primeiro a lançar o ataque, ou se atacar o Iraque do mesmo modo, a Síria ficará ao lado de qualquer país árabe sujeito à agressão». Na Jordânia, a Câmara

Baixa, declarou o seu apoio inequívoco a Saddam Hussein.

Mesmo Marrocos advertiu de que o envolvimento de Israel na guerra pode alterar o quadro das alianças no Golfo.

Reacções que apenas confirmam a gravidade e profundidade dos problemas que se vivem nesta zona. A exigir a resposta política que tem sido negada.

Na Argélia e no Líbano, dezenas de milhar de pessoas saíram à rua para vitoriar o dirigente iraquiano. Manifestações idênticas realizaram-se em Tunes e no Líbano. Em Cartum, capital do Sudão, desfilaram centenas de milhar de pessoas, no que é considerado o maior movimento jamais visto no país.

A evolução da situação parece estar a estimular algumas iniciativas diplomáticas por parte de governos da região do Golfo. No passado fim-de-semana, o dirigente líbio, Muammar Khadafi, enviou mensagens a chefes de Estado árabes no sentido de desencadear uma iniciativa comum junto das Nações Unidas para pôr termo à guerra. Também o Irão se afirma pronto a «desempenhar um papel activo no restabelecimento da paz e da segurança na região do Golfo Pérsico», e o presidente Rafsanjani sublinha que o Irão «tem toda a confiança na capacidade das nações islâmicas para fazer abortar as conspirações das potências arrogantes e sionistas».

Teerão tem vindo a desenvolver uma série de esforços diplomáticos, conjuntamente

com a Argélia, Índia e Jugoslávia, para que seja viabilizada uma iniciativa de paz promovida pelos Não Alinhados.

Iniciativas que naturalmente reflectem diferentes interesses, e mesmo receios do impacto dos movimentos populares — mas que poderão vir a constituir um contributo positivo para abrir perspectivas ao fim da guerra e a uma futura solução política dos gravíssimos problemas políticos e socioeconómicos da zona.



## Deputado comunista denuncia no PE hipocrisia para justificar a guerra

O deputado comunista Sérgio Ribeiro denunciou no Parlamento Europeu a **hipocrisia, que não esconde o cheiro do petróleo, de se evocar o direito internacional** para justificar a guerra contra o Iraque.

A guerra no Golfo dominou de facto na passada segunda-feira a abertura da sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo até ao final da semana. A Comissão Europeia, através do seu comissário para a política do Mediterrâneo, e os eurodeputados pronunciaram-se sobre o desenrolar dos acontecimentos naquela região, assumindo posições discordantes. Até ao fecho desta edição desconhecia-se ainda o conteúdo da resolução a aprovar pelo PE sobre a matéria, embora seja de prever que tal como em textos anteriores se volte a reafirmar a necessidade de resolução pacífica de todos os conflitos no Médio Oriente.

Na sua intervenção, Sérgio Ribeiro afirmou o que nunca será bastante repetir: **a prioridade absoluta e a obrigação dos governos e instâncias internacionais no sentido de se encontrar uma solução política negociada e alcançar uma paz justa e duradoura na região do Golfo.**

A sua intervenção, como disse, destinou-se a **juntar mais uma voz a todas as que possam contribuir para o termo da guerra, já que não se teve força para evitar, e para que se organize rapidamente uma Conferência sobre o Médio Oriente.**

Mas uma intervenção também para **denunciar a hipocrisia, que não esconde o cheiro do petróleo, de se invocar o direito internacional, de facto condenavelmente agredido, para justificar uma guerra, ignorando-se tantas situações em que esse direito e as decisões das Nações Unidas não foram, e não são, respeitadas. E nós, como portugueses, temos o dever de lembrar Timor-Leste e o sacrifício e a resistência do povo maubere.**

Na sua breve intervenção, Sérgio Ribeiro denunciou ainda **o espectáculo da guerra feita notícia, qual pretexto para vender jornais, ocupar dias de rádio a concorrer com a televisão em directo, e fazê-lo em nome da opinião pública, que não é o passivo consumidor das versões veiculadas pelos média, onde abundam o menosprezo, a má-fé, a calúnia, com o fim de desvalorizar o significado das manifestações que, por todo o mundo e de várias formas, traduzem o**

são propõe-se tomar a iniciativa no cenário resultante da guerra, aparentemente para a CEE não se deixar ultrapassar pelos EUA ou por eles ser levada a reboque, como aconteceu desde o início da crise do Golfo.

Assim, afirmando ser «necessário preparar a paz», a Comissão pretende aprofundar políticas de cooperação com os países do Mediterrâneo, do Golfo e com a Turquia; alargar as suas relações a outros países árabes (como o Irão); estreitar as relações com Israel; promover projectos de desenvolvimento para a região; ajudar financeiramente os países pobres da região e avançar com propostas de sistemas de segurança e desenvolvimento da zona.

Segundo Abel Matutes, a Comissão «está já a fazer tudo o que pode, convicta da necessidade de rever as suas relações com os países vizinhos do Sul assim que a crise seja resolvida, de modo a pôr fim à situação actual, na qual 200 milhões têm um rendimento dez vezes inferior ao nosso».

De lamentar que a Comunidade não tenha acordado mais cedo para esta realidade e que as medidas agora anunciadas tenham um certo sabor a partilha de espólio...

Com a agravante de que a Comissão se arroga o direito de afirmar que a Comunidade manteve uma postura coerente em relação à crise do Golfo e que «nunca, na História, se deram tantas oportunidades ao diálogo e à paz»!

## Apelo

Os deputados ao Parlamento Europeu de «Os Verdes», «Esquerda Unitária», «Coligação de Esquerda», membros do grupo Socialista e o Intergrupo Paz e Desarmamento do PE apelaram à convocação imediata de uma conferência sobre os problemas do Golfo e do Médio Oriente, em particular o problema palestiniano.

No documento, os deputados exprimem a sua «oposição à invasão do Iraque e lamentam profundamente o facto de terem sido desencadeadas operações militares para resolver a crise do Golfo, que deveria ser solucionada por sanções e meios não militares».

Afirmando-se «profundamente preocupados com as vítimas civis e militares, os prejuízos ecológicos e os obstáculos levantados a uma solução pacífica para o Médio Oriente», os eurodeputados exprimem o seu «apoio às manifestações contra a guerra a convocar em toda a Europa, nos Estados Unidos e no mundo inteiro» e apelam «ao fim das operações militares, o que facilitará a realização pacífica das resoluções da ONU».

**Trabalhamos, Lutamos  
Vivemos  
com transparência**

ALVARO GUNHAL  
**O PARTIDO  
com paredes  
de vidro**

5.ª edição  
45 000  
Exemplares

«Para aqueles que de fora observam o PCP e queiram com seriedade formar uma opinião sobre ele, decerto interessa saber como os comunistas concebem, constroem, explicam e desejam o seu próprio Partido. Propomo-nos dizer com verdade como somos, como pensamos, como actuamos, como lutamos, como vivemos, nós, os comunistas portugueses. Tudo será dito, tornando transparentes as paredes do nosso Partido, de forma a que quem está de fora possa observar o Partido como que através de paredes de vidro».

À venda nas Livrarias  
270 pág. - 300 Esc.

edições  
**Avante!**

A verdadeira imagem do PCP

## Assembleia da República

# Urge pôr fim à guerra!

## — reclamou Rogério de Brito

«É imperioso, é urgente pôr ponto final num conflito que quanto mais se prolongar mais acentuará a escalada belicista, envolvendo outros Estados, provocando mais destruição, mais perdas de vidas humanas, comprometendo ainda mais a construção de uma verdadeira e justa nova ordem de paz e de cooperação». Foi com estas palavras, sob a forma de apelo ao rápido cessar das hostilidades, que o deputado comunista Rogério de Brito sintetizou na Assembleia da República, no final da passada semana, a posição do PCP relativamente à Guerra do Golfo.

Uma guerra em plena escalada ameaçando envolver toda a região, em relação à qual, tudo o indica, não foram feitos todos os esforços possíveis e necessários no sentido de a evitar. Essa é pelo menos a opinião do deputado comunista que a este propósito recordou o facto de não se ter excedido e muito menos esgotado o período considerado necessário para que o boicote ao Iraque surtisse efeito.

Factor inibidor de uma solução negociada, ainda do ponto de vista de Rogério de Brito, foi a posição dos Estados Unidos de colocarem o conflito na base estrita do comportamento de Saddam Hussein, restringindo assim «artificialmente as causas e os horizontes do conflito» e justificando a recusa de enfrentar o problema em toda a sua dimensão.

### Repartição injusta

Mas na intervenção que proferiu da tribuna — onde enfatizou a obrigação de todos os homens livres e amantes da paz condenarem a invasão do Kuwait pelo Iraque, com o mesmo empenho, disse, com que devem exigir uma solução pacífica e negociada —, Rogério de Brito deteve-se ainda a analisar alguns dos aspectos que na sua perspectiva estarão na origem dos acontecimentos em curso.

Falou nomeadamente dos movimentos ao mesmo tempo políticos e religiosos que se têm desenvolvido no Médio Oriente e que se alimentam do sentimento de impotência das sociedades árabes para fazer triunfar a causa da nação árabe.

Referida foi também a

enorme desigualdade na repartição da riqueza — um segundo factor de divisão e instabilidade de toda a região apontado por Rogério de Brito —, sobretudo a que resulta da exploração do petróleo quer entre os Estados árabes quer no interior destes, facto que conduziu a regimes ditatoriais que se opõem a todas as formas de contestação democrática de poder, por mais pequenas que sejam.

Um terceiro aspecto igualmente importante, no entender da bancada comunista, é o de os árabes continuarem, apesar do fim da descolonização, a considerarem-se «vítimas de uma ordem internacional constituída ou orientada à medida dos interesses dos países industrializados da Europa e da América, tanto nos domínios económicos como na repartição do poder político».

### Ocupação da Palestina

A este quadro importa ainda acrescentar a questão da ocupação desde 1967 de toda a Palestina e de uma faixa da Síria e do Líbano, assim como o afrontamento permanente e a «sistemática repressão dirigida contra uma população árabe desprovida de direitos», como assinalou Rogério de

Brito, para quem todos estes factos são «uma das grandes achas» que alimentam o sentimento de desafio ao Ocidente e em particular aos EUA.

«Não se pode subestimar e muito menos ignorar ou adiar o estado de frustração que existe entre os palestinianos decorridos três anos de Intifada e de tentativas diplomáticas e políticas para chegar a uma negociação entre a OLP e Israel», frisou ainda o deputado do PCP antes de salientar que também «não se pode omitir o facto de a Europa comunitária nunca ter apresentado uma iniciativa própria para a solução do problema palestiniano».

Depois de chamada a atenção para a circunstância de a Guerra do Golfo, no seu entendimento, não «restaurar a ordem internacional», Rogério de Brito deixou duas questões à reflexão da Câmara, antes de concluir a sua intervenção: «Por que não usa a Comunidade Internacional da mesma firmeza de princípios na resolução do conflito israelo-árabe, fazendo cumprir as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Por que não usa a Comunidade Internacional da mesma firmeza em relação à ocupação de Timor Leste?»

# Integração europeia

Problemática da maior relevância para o futuro do País, a integração comunitária, designadamente a União Económica e Monetária (UEM) e a eventual dimensão política dessa união, esteve em foco na Assembleia, ocupando a totalidade da agenda da sessão plenária de terça-feira.

Com a iniciativa política do debate a partir do PCP, gesto que o próprio Governo reconheceu como positivo ao salientar por intermédio do ministro João de Deus Pinheiro o interesse e utilidade das questões formuladas, os trabalhos acabaram por incidir em larga medida nas posições do Governo relativamente à nova arquitectura que se desenha para a Comunidade Europeia, cuja institucionalização, como é sabido, terá profundas consequências na vida nacional, nomeadamente no quadro dos nossos interesses, independência e soberania.

Nessa medida, particular interesse no decorrer do debate suscitaram ainda as orientações fundamentais definidas no Conselho Europeu e nas Cimeiras de Roma quanto aos objectivos, fundamentos e ritmos da União Económica e Monetária e às suas incidências no nosso país.

Foi aliás nesses aspectos que a bancada comunista procurou centrar o debate, com o deputado Octávio Teixeira a manifestar as suas preocupações por tais orientações que, no seu entender, deixam claro que os actos do Governo «desmentem o seu discurso de defesa intransigente dos interesses nacionais».

Fundamentando a sua afirmação, Octávio Teixeira citou a propósito três traços fundamentais que a seu ver ressaltam dessas orientações. O primeiro prende-se com a vertente monetária-financeira que domina cada vez mais a evolução da UEM; o segundo, recordou, tem a ver com os interesses dos países mais ricos e das empresas multinacionais a sobreporem-se aos dos países periféricos como Portugal e aos dos trabalhadores; num terceiro, situa-se a «calendarização acelerada da passagem à fase final da UEM», a sobrepor-se ao «apregoadado paralelismo entre as componentes económica e monetária e à imprescindível coesão económica e social».

A estes aspectos, como se compreende, dedicou ainda o deputado comunista uma aturada análise, pondo nomeadamente em relevo o facto de a subordinação de toda a UEM a uma política monetária comum com o objectivo prioritário e único da estabilidade dos preços corresponder aos interesses das multinacionais.

Uma tal orientação, alertou Octávio Teixeira, «não só impedirá que Portugal possa assegurar um crescimento económico claramente acima da média comunitária — de forma a acelerar a convergência real com vista a conseguir o objectivo da coesão económica e social — como visa institucionalizar a nível comunitário uma maior pressão sobre os salários e o emprego, uma maior exploração relativa dos trabalhadores».

Não hesitando em condenar esta estratégia do Governo de «contínuas cedências a interesses que não correspondem aos de Portugal e dos tra-

balhadores», o deputado do PCP adiantou ainda que a UEM «só tem sentido — as palavras são suas — se tiver garantias e meios que contribuam efectivamente para a redução das desigualdades regionais e sociais, a supressão dos défices e dos excedentes intracomunitários mais graves, a correcção dos desequilíbrios estruturais e a protecção do ambiente, a promoção da dimensão social do desenvolvimento, o crescimento equilibrado gerador de riqueza e de emprego».

Pronunciando-se sobre a União Política, Octávio Teixeira expressou a opinião de que em pontos determinados os tratados devem ser reformados no sentido de passarem a garantir maior democraticidade, maior defesa dos direitos dos cidadãos, mais garantia dos direitos dos trabalhadores.

Neste capítulo, definindo a posição do PCP, o parlamentar comunista manifestou ainda a sua convicção de que existe um défice democrático no âmbito do funcionamento institucional (devido em grande parte à marginalização dos parlamentos nacionais), partilhando por outro lado a ideia de que a questão das esferas de intervenção da Comunidade deve ser analisada e que deve haver uma maior cooperação no domínio da política externa, sem esquecer, observou, uma revisão na partilha interna de poderes e competências entre os órgãos da CEE.

Alvo de crítica por parte da bancada comunista, para lá do atraso com que este debate se realizou, por exclusiva responsabilidade do Governo, que deste modo uma vez mais confrontou o Parlamento com posições consumadas, foi ainda a subalternização evidenciada pelo Executivo no que se refere à Coesão Económica e Social no processo de construção europeia.

Defendendo desde já a definição das principais orientações que Portugal deve assumir nas Conferências Intergovernamentais, designadamente no que respeita à UEM, e no sentido de contribuir para essa definição, a bancada comunista apresentou entretanto dez propostas concretas orientadas precisamente para a defesa dos interesses e da independência e soberania nacionais.

## Hoje em debate, por iniciativa do PCP

# Defesa da floresta contra os fogos

Na sequência de várias iniciativas desenvolvidas pelo PCP durante o Verão do ano passado e dos compromissos por este assumidos em defesa da floresta portuguesa e de combate aos fogos florestais, sobem hoje a plenário na Assembleia da República dois projectos de lei da sua autoria: um, preconizando um programa de emergência para a defesa da nossa floresta, o outro, estabelecendo um programa de rearboreção para áreas percorridas por incêndios florestais.

Trata-se sem dúvida de duas oportunas e importantes iniciativas legislativas, cujo mérito não é de mais realçar, sobretudo se nos lembrarmos que na última década os fogos destruíram mais de 850 000 hectares de floresta — o equivalente a mais de um quarto da floresta portuguesa —, provocando prejuízos nalguns casos irreparáveis de ordem ambiental, social e económica, sem que o Governo, até ao momento, tenha tomado qualquer iniciativa válida no sentido de evitar que no próximo Verão a tragédia se repita e a nossa floresta venha a ser de novo pasto de chamas.

A este propósito, recorda-se, só na década de 80 os prejuízos globais resultantes dos fogos florestais elevaram-se a cerca de cinquenta milhões de contos, número im-

pressionante que dá bem a ideia da dimensão desse cenário de destruição que deixou no seu rasto economias serranas e famílias arruinadas, habitações e aldeias destruídas, perdas de vidas humanas, erosão e desertificação de vastas áreas queimadas.

Para se aferir da importância da matéria hoje em debate, importa ainda assinalar que a floresta — fonte de subsistência

para milhares de famílias — deve ter contribuído só no ano passado com 306 milhões de contos para o valor total das exportações do País, o que representa cerca de 15 por cento do seu total.

Por outro lado, como assinala o preâmbulo de um dos projectos de lei, os recursos florestais suportam uma fileira industrial com uma produção bruta, segundo dados de 1989,

estimada em 416 milhões de contos e 100 mil postos de trabalho.

Nota de realce não pode deixar de merecer, por sua vez, a importância dos ecossistemas cujo equilíbrio tem sido rompido ou destruído em consequência dos fogos na floresta, um bem em relação ao qual tem sido notória a ausência de uma política integrada de ordenamento e de prevenção contra os incêndios.

## OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



«A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português»

edições Avante!

A DIFERENÇA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO



PCP

# Comunistas de Beja falam das legislativas que vêm aí...

As próximas eleições legislativas foram tema em foco na última reunião da Direcção da Organização Regional de Beja (DORBE) do PCP. Relacionando essa importante batalha com os caminhos de uma alternativa democrática, os comunistas do Baixo Alentejo chamam a atenção dos democratas para três objectivos fundamentais...

Assim, para uma vitória e uma alternativa democrática é indispensável que nas eleições de 1991 para a Assembleia da República sejam alcançados **simultaneamente** três objectivos:

1. Que o PSD e o CDS sejam reduzidos a uma minoria na Assembleia da República;

2. Que, correspondentemente, os partidos democráticos, nomeadamente o PS e o PCP, alcancem em conjunto a maioria;

3. Que a maioria democrática numérica se traduza numa maioria política, ou seja, na convergência e entendimento dos partidos democráticos (nomeadamente o PS e o PCP) para assegurar na Assembleia da República o suporte institucional indispensável para formação de um Governo democrático.

Não existe outro caminho credível para uma alternativa democrática — sublinha a DORBE, que acrescenta:

*Como é o PCP que coerentemente defende este caminho, e como é o PCP que claramente propõe uma política alternativa à da direita, naturalmente que é o reforço do PCP que constitui o principal factor favorável à concretização política de uma alternativa.*

*De acordo com a resolução Política da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja, o objectivo eleitoral do PCP para o distrito de Beja, nas eleições deste ano para a Assembleia da República, é alcançar uma vitória eleitoral.*

*Uma vitória eleitoral que signifique eleger, pelo menos, dois dos quatro deputados pelo círculo eleitoral de Beja.*

*O PCP apresentará ao eleitorado um Programa Eleitoral Regional, cuja base e temas centrais estão contidos nas propostas do PCP que integram o Projecto de Desenvolvimento para o Distrito de Beja, aprovado na 2.ª Assem-*

*bleia da Organização Regional.*

*A DORBE do PCP apela desde já a todos os militantes, a todos os seus aliados, aos democratas, trabalhadores e população do distrito para que se unam em torno do projecto do PCP para uma alternativa democrática.*

Com o PCP, promover a justiça social, desenvolver o distrito de Beja na década de 90 — este foi o justo lema da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja do PCP que teve lugar a 2-12-90.

Os comunistas e o seu Partido conhecem a situação e as aspirações do povo do distrito e têm propostas concretas, alternativas para construirmos uma vida melhor, salienta a DORBE.

O novo Projecto do PCP para o desenvolvimento do Distrito de Beja aponta e propõe medidas concretas para o desenvolvimento económico, social, para a preservação do meio ambiente e do património cultural e natural, para potenciar o Poder Local democrático, para uma rápida regionalização.

É preciso agora que as organizações e militantes do Partido agarrem nas conclu-



O PCP vai apresentar um programa eleitoral para as próximas legislativas cuja base e temas centrais estão contidos no Projecto de Desenvolvimento para o Distrito de Beja, aprovado pela 2.ª assembleia da DORBE

sões e propostas concretas e construtivas do PCP para o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja e as levem ao conhecimento e ao debate com os trabalhadores, as mulheres, a juventude, os reformados, com a população em geral, sempre abertos ao diálogo e à recolha e consideração de novas opiniões e propostas, refere a Direcção Regional de Beja.

## Renovar o Partido

Chamando a atenção para a necessidade de continuar a renovar e reestruturar o Partido e de dinamizar a intervenção social e política no distrito, a

DORBE sublinha no breve apontamento de conclusões que fez chegar à Redacção do «Avante!»:

É orientação da 2.ª Assembleia da Organização que a reestruturação e renovação deverá ter em conta a necessidade de os organismos de direcção (DORBE, Comissões Concelhias, Comissões de Freguesia, Células e outros) aumentem a sua capacidade de intervenção ideológica, social e política, de alargar espaços de debate no Partido, aprofundar a democracia interna nas diversas organizações, inserir mais no trabalho partidário os camaradas que estão nas principais frentes e áreas de trabalho unitárias.

A DORBE e as Comissões Concelhias devem também dar toda a atenção à política financeira das respectivas organizações.

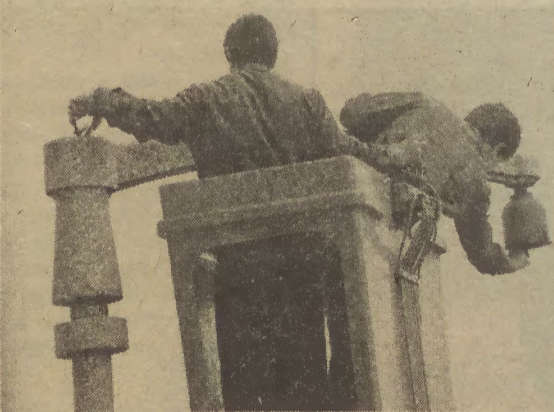
Com vista à concretização desta decisão da 2.ª Assembleia a DORBE, as Comissões Concelhias e demais organismos de importantes frentes e áreas de trabalho devem propor e avançar as medidas e acções concretas adequadas. Medidas e acções concretas que possam também contribuir para se alcançarem os objectivos definidos pelo Comité Central para as eleições legislativas e para a intervenção política geral do Partido no distrito e em toda a sociedade portuguesa.

# Em defesa da EDP Por um responsável debate nacional

A célula do PCP na Electricidade de Portugal — EDP/EP — região de Lisboa — divulgou no passado dia 9 um breve comentário sobre a transformação da EDP, Empresa Pública em SA, Sociedade Anónima (Decreto-Lei n.º 7/91, publicado no «Diário da República», edição do passado dia 8. Aqui deixamos a posição tomada por aquela célula do Partido.

A célula da EDP do PCP, na sequência das suas posições de defesa firme e consequente da EDP — Empresa Pública — que foi inequivocamente uma grande conquista do Povo português e do País (electrificação, tarifa única nacional, melhoria da qualidade de serviço, etc.), reafirma a sua posição de repúdio pelo Decreto-Lei n.º 7/91, que transforma a Empresa Pública Electricidade de Portugal — EDP/EP — em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos.

Esta medida do Governo Cavaco Silva, aprovada em Conselho de Ministros de 2 de



Novembro, é fundamentalmente política e é lesiva da economia nacional e do País,

dos trabalhadores da EDP e dos consumidores.

O Presidente da República, dr. Mário Soares, ao promulgar o Decreto-Lei, em 10 de Dezembro, torna-se co-responsável deste processo.

A célula da EDP do PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance, no quadro constitucional, para esclarecer, informar e lutar em três sectores fundamentais.

- Trabalhadores da EDP e suas estruturas;
- Opinião pública;
- Órgãos de soberania, designadamente a Assembleia da República.

Este esforço visa promover um debate nacional com o objectivo de travar esta ofensiva contra um bem essencialmente público.

## Santarém

A grave situação que se vive em diversas empresas do distrito mereceu a atenção especial da última reunião da DORBE do PCP. Com efeito, os comunistas de Santarém alertam a opinião pública para os múltiplos casos de despedimentos e encerramentos de empresas com o pretexto da «restru-

turação», como sucedeu na Lusofane, MDF, Madeiras Cabo e Veículos Motorizados, Quinta da Cardiga, Unital, Fiação Tomar, SIC e Esteves e Esteves, «cujo futuro muito preocupa os trabalhadores», como assinala a DORBE do PCP.



## Jornadas Parlamentares no distrito da Guarda

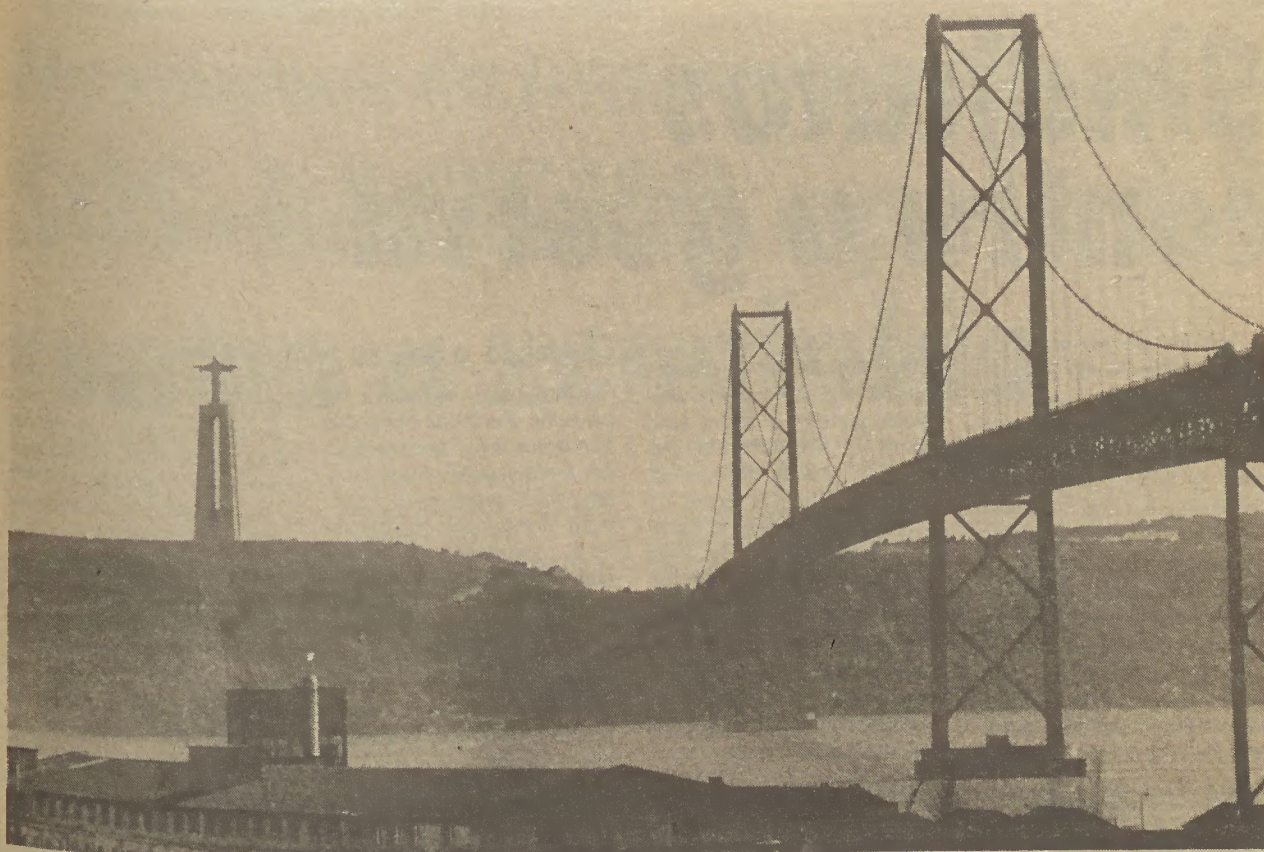
Amanhã e sábado (dias 25 e 26) vão realizar-se no distrito da Guarda as Jornadas Parlamentares promovidas pelo PCP. Aprofundar a ligação dos deputados aos problemas vivos desta região da Beira Alta e levá-los à Assembleia da República é o objectivo central da iniciativa, programada há vários meses.

O programa destas jornadas incluirá visitas, reuniões e contactos com empresas e

entidades das áreas económicas, sociais e culturais, nas quais irão participar quatro deputados acompanhados de dirigentes distritais do Partido.

Do resultado dos contactos será dado conta aos órgãos de Informação. Dos problemas constatados o Grupo Parlamentar fará um levantamento para posterior discussão na Assembleia da República e a sua necessária resolução.

PCP



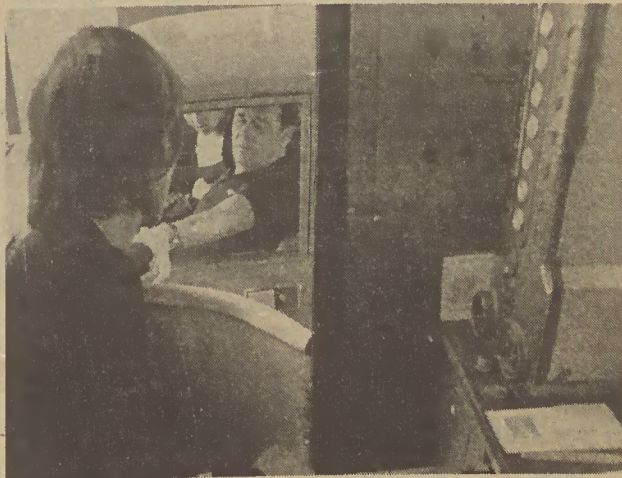
## Está na hora de abolir a portagem na Ponte 25 de Abril!

Cem escudos é quanto uma viatura «normal» paga na portagem da Ponte 25 de Abril. O Governo Cavaco não resistiu a mais um aumento e as novas tarifas logo surgiram no primeiro mês de um novo ano, como que a anunciar mais encargos para o orçamento dos que habitualmente viajam entre as duas margens.

A Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP comentou recentemente este novo aumento de preços superiores a 12 por cento como «de todo injustificável e absurdo, penalizando gravemente os utentes

que diariamente utilizam a Ponte (em 1990 mais de 37 milhões de veículos deixaram nos cofres do Estado mais de 1,5 milhões de contos)».

A DORL do PCP testemunha o seu apoio à justeza de uma reclamação que ganha crescente força: **é tempo de abolir a portagem da Ponte 25 de Abril**, «possibilitando, assim, não só o aumento da capacidade de fluidez do tráfego como o fim de um injustificado encargo económico que o Governo teima em manter e agravar a todos quantos utilizam a Ponte».



### Aveiro

Uma comissão executiva com 11 elementos e um secretariado com 7 são os órgãos executivos da Direcção Regional de Aveiro do PCP, de acordo com a resolução aprovada em recente reunião da DORAV, destinada à discussão das questões de direcção e organização do PCP no distrito.

Naquela reunião, para além da eleição dos membros do executivo e do secretariado, foram definidas as competências daqueles órgãos.

### Camaradas Falecidos

#### Ivone Teles

Faleceu recentemente a camarada **Ivone Teles**.

A camarada foi uma destacada militante antifascista, muito conhecida na cidade de Coimbra.

Presa em Outubro de 1962, foi julgada pelo Tribunal Plenário em Dezembro de 1963.

Activista da CDE e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas antes do 25 de Abril de 1974, Ivone Teles pertenceu ao Conselho Nacional do MDM desde a sua constituição.

A camarada foi ainda, durante vários anos, directora do Laboratório Aeminium.

#### António Marques

Com 92 anos, faleceu recentemente em Montemor-o-Novo o nosso camarada **António Marques**, prestigiado lutador antifascista.

Trabalhador rural, fez parte

da Casa do Povo desde a sua fundação. Integrou o primeiro Comité Local do PCP em Montemor de 1943 a 1945 e, em 47/48, o Comité Regional do Partido.

Em meados da década de 40 participou activamente nas grandes jornadas de luta dos trabalhadores rurais naquela zona do Alentejo, tendo sido preso pela PIDE. Passou pelas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche.

#### Francisco Afonso da Silva

Activista na freguesia do Afonsoeiro, concelho do Montijo, faleceu há dias o militante comunista **Francisco Afonso da Silva**, de 64 anos, membro do Partido desde 1981.

\*\*

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Documento-base em discussão a partir de 2 de Fevereiro Organização Regional de Portalegre tem Assembleia a 10 de Março

No distrito alentejano de Portalegre o mês de Fevereiro será dedicado à preparação da 4.ª Assembleia da Organização Regional do PCP, que decorrerá a 10 de Março.

No próximo dia 2 de Fevereiro o plenário da DORPOR aprovará o documento-base para o debate preparatório da Assembleia. Até 2 de Março a discussão mobilizará todas as organizações do Partido no distrito, que paralelamente elegerão os seus delegados à 4.ª Assembleia.

As tarefas dos comunistas, o trabalho de organização e direcção, a ligação às massas e aos problemas regionais, as responsabilidades e a intervenção dos militantes comunistas nas várias frentes de trabalho, as eleições legislativas deste ano e a eleição da nova Direcção Regional serão,

certamente, pontos salientes dos trabalhos da 4.ª Assembleia, que está a ser aguardada com vivo interesse na região.

#### Iniciativas

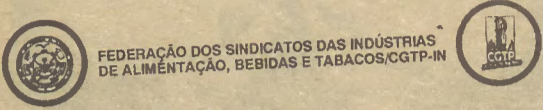
Entretanto, em comunicado divulgado no passado dia 19, a DORPOR chama a atenção para um conjunto de iniciativas que vai realizar nos próximos meses, nomeadamente sobre Desenvolvimento Regional e Regionalização (Abril), Juventude (Abril), Terceira Idade (Maio) e Direitos dos Trabalhadores (Junho).



Nas organizações concelhias e de freguesia, nas células e em todos os outros organismos do Partido no distrito de Portalegre o mês de Fevereiro val conhecer a azáfama de um vasto plano de reuniões para debate do documento-base e eleição dos delegados à 4.ª Assembleia da Organização Regional, marcada para Março. Aí será eleita a nova DORPOR e definidas as linhas de trabalho do Partido, nomeadamente para as legislativas deste ano

Trabalhadores

# Congressos sindicais



## 3.º CONGRESSO

MELHORIA DOS SALÁRIOS  
E DO EMPREGO  
DEFESA DOS DIREITOS

26 - JANEIRO

1991

O 3.º Congresso da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos (FESIABT) realiza-se no dia 26 de Janeiro de 1991, a partir das 9.30 horas, no auditório do CESL, em Lisboa.

AUDITÓRIO DO CESL  
RUA ALMIRANTE BARROSO - LISBOA

### FUNÇÃO PÚBLICA

4.º CONGRESSO  
FIGUEIRA DA FOZ  
21/22 FEVEREIRO-1991

RAZÃO DUMA MONTAGEM COLECTIVA

ANTEPROJECTO

PROGRAMA DE ACÇÃO

1991-1993

## Aumentos salariais Luta na química privada

• Reclamados 16,5%

Aumentos salariais entre os 15 e os 20 por cento estão a ser obtidos em empresas do sector químico privado.

A Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (Fequifa) afirmava em 17 do corrente que são já «muitas dezenas» essas empresas onde têm sido aplicados cadernos reivindicativos internos.

Como as associações patronais se dispõem a oferecer

apenas 13,5 por cento de aumento dos salários este ano, quando «as empresas do sector químico são das que melhores níveis de produção, vendas, valor acrescentado e produtividade têm obtido no nosso país» — afirma a Fequifa — os trabalhadores do sector privado abrangidos pelo CCTV para aqueles ramos da indústria decidiram paralisar o trabalho em 22 do corrente, com os objectivos seguintes:

# Sindicatos contra a guerra

Apoiada na generalidade pelo movimento sindical unitário e por outras correntes de opinião no âmbito dos sindicatos representativos, como é o caso do SIESI (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), mas, ao que parece, sem a presença ou o apoio da UGT, a manifestação contra a guerra no Golfo, quinta-feira passada em Lisboa, acabou por fazer do Rossio um ponto de encontro privilegiado para o protesto popular.

Além do SIESI e dos promotores sindicais da manifestação, participaram outros representantes de correntes anti-guerra que já tinham condenado a invasão do Kuwait, como o CESL (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa) e o Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo e Similares do Sul.

Todos os participantes na manifestação insistiram, de uma forma ou de outra, na solução pacífica do conflito desencadeado no Iraque.

### Saudação a Soares

A comissão executiva do conselho distrital da União dos Sindicatos de Lisboa, ao saudar a reeleição de Mário Soares como Presidente da República, emitiu em 16 do corrente, assinado por Ulisses Garrido, o seguinte comunicado:

«Não é seguramente alheio a essa vitória o compromisso eleitoral que V. Ex.ª não deixará de honrar — que corresponde à profunda preocupação e exigência da maioria dos

portugueses — compromisso inolvidável de agir para que, durante o mandato, diminuam as diferenças na distribuição da riqueza entre os portugueses, assegurando-se a melhoria da qualidade de vida dos mais desfavorecidos.

«Para tornar realidade tais objectivos, e enquanto representantes das esmagadoras maiorias dos trabalhadores do distrito de Lisboa, pode V. Ex.ª contar com o nosso activo empenhamento», conclui a USL, estrutura intermédia da CGTP.



Ao apelo da CGTP, a que se juntaram outras forças democráticas, respondeu também o MDM (Movimento Democrático de Mulheres)

## Função Pública «Manifestação ilegal e sediciosa?»

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) afirma que sexta-feira passada a Secretaria de Estado do Orçamento requisitou uma força policial para alegadamente fazer dispersar uma «manifestação ilegal e sediciosa» promovida por esse mesmo Sindicato em Lisboa.

O que na verdade se passou, segundo o STFPSA, foi o simples facto de um representante daquele Sindicato ter

permanecido algum tempo à conversa com alguns trabalhadores, depois de os restantes terem abandonado ordeiramente as imediações da Secretaria de Estado do Tesouro, onde uma delegação tinha acabado de não ser recebida pelo titular daquele cargo público.

Numa nota de 21 do corrente, sob o título «Secretaria de Estado do Orçamento ordena intervenção policial contra trabalhadores da

Direcção-Geral do Tesouro», que têm estado em greve com 90 por cento de adesão, o STFPSA conclui que «a força policial ficou estupefacta ao deparar com quatro pessoas conversando; e mais perplexa ficou quando o dirigente sindical exibiu a notificação do Governo Civil a legalizar a concentração».

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores considera «extremamente grave que o Governo

se recuse sistematicamente a receber os dirigentes sindicais que acompanham trabalhadores que há quinze meses aguardam a negociação salarial», quando ao mesmo tempo o Governo, neste caso através da Secretaria de Estado do Orçamento, se mostra «tão lesto a requisitar a PSP para fazer dispersar trabalhadores pacífica, ordeira e legalmente concentrados», sem afectar o trânsito, junto de um departamento governamental.

## Comida para a TAP Não há prazos para «beneficiações»

Teve alguma repercussão na opinião pública a recente escassez e mesmo falta total de fornecimento de refeições aos passageiros da TAP. Em 7 do corrente, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) esclarecia que as suas preocupações incidem nos 450 postos de trabalho da SAAL (Sociedade Abastecedora de Aeronaves).

A decisão do Ministério Público de mandar suspender a laboração da SAAL não inclui, segundo a Feshot, quaisquer prazos para a empresa proceder às «beneficiações» necessárias.

Ao anunciar uma reunião com a chegada do Ministério Público, bem como outros encontros com o assessor do Procurador-Geral da Repúbli-

ca e com a administração da SAAL, a Federação Feshot, o Sindicato da Hotelaria do Sul e os órgãos representativos dos trabalhadores (ORTs da empresa) multiplicaram-se num «rodópio de contactos com as entidades envolvidas na vistoria e com a própria TAP».

No entanto, a preocupação mantém-se quanto à segurança do emprego na empresa SAAL.

Nacional

Na véspera do julgamento dos «Skinheads»

# SOS-RACISMO apela à luta contra a xenofobia

O Movimento SOS-RACISMO promoveu uma conferência de imprensa na passada segunda-feira, em Lisboa, na véspera do início do julgamento dos presumíveis autores do assassinio de José Carvalho, militante do PSR, cometido no dia 28 de Outubro de 1989 por um grupo de «skinheads», chamando a atenção «dos portugueses e das autoridades para a necessidade de condenarem as acções dos «cabeças rapadas», que atentam contra a dignidade da pessoa humana e os mais elementares direitos do homem», e informando que o SOS-RACISMO pediu a colaboração das associações de naturais de Angola, Cabo Verde e da Guiné, em Lisboa, para a elaboração de um dossier sobre o racismo em Portugal, que será brevemente distribuído aos jornalistas e ao público.

Afirmando a sua preocupação pelo alastrar de organizações racistas em Portugal, o SOS-RACISMO vê igualmente com preocupação «a utilização de um discurso com características racistas na última campanha para a eleição do Presidente da República», anunciando, por outro lado, que este movimento anti-racista vai apresentar queixa contra o jornal «Ofensiva», publicado por uma organização de extrema-direita e que apela à violência e discriminação racial, violando a Constituição e as leis da República Portuguesa.

Pedindo aos jornalistas que «continuem a tratar o tema do racismo com objectividade e sem empolamentos fáceis, que só fomentam a intolerância racial» e lamentando «que alguns órgãos da comunicação social publiquem manchetes e artigos sensacionalistas (atitude que urge modificar)», os promotores da Conferência de Imprensa afirmaram ainda que «O SOS-RACISMO não pode deixar de manifestar-se contra o eclodir da guerra no Golfo e considera que o diálogo é a única via de resolução dos conflitos na Região».

## Relatório do Parlamento Europeu

O SOS-RACISMO entregou, entretanto, aos jornalistas excertos das conclusões do Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Racismo e a Xenofobia promovido pelo Parlamento Europeu e de que foi relator o deputado Glyn Ford, de que passámos a transcrever as passagens que referem a situação em Portugal.

2.10.1. Pese embora a sua longa história de governos quasi-fascistas e de colonialismo, ou possivelmente graças a isso mesmo, os movimentos racistas e xenófobos têm tido pouca influência ou significado eleitoral em Portugal desde o golpe democrático de 1974. Há, contudo, muitos residentes portugueses de origem ou descendência africana ou chinesa que têm constituído o alvo da propaganda racista e da violência de grupos políticos marginais e desordeiros não organizados, nomeadamente de «skinheads» que professam o nazismo.

2.10.2. Um grupo juvenil que professa a supremacia branca, o «Círculo Europeu de Amigos da Europa» (CE-DADE-Portugal), foi constituído por volta de 1980 como membro do grupo nazi espanhol CEDEDE. Troca publicações e estabelece outros contactos com aquele grupo e com outras organizações racistas em Espanha, França e noutros países. Bem implantado na região do Porto, defende as ideias hitlerianas tradicionais e tem uma estrutura paramilitar, embora conte com um pequeno número de filiados, provavelmente poucas centenas.

2.10.3. O «Movimento Acção Nacional», grupo autoritário com tendências ultranacionalistas e algo xenófobas, deve muita da sua inspiração à nostalgia da era salazarista. Tem alinhado as suas ideias por outros grupos racistas e ultradireitistas de outros Estados-membros da CE, incluindo o «National Front» no Reino Unido, o «Parti des Forces Nouvelles» na Bélgica, a «Falange» e as «Bases Autónomas» espanholas e o grupo francês «Troisième Voie».

3.12.1. Apesar de os portugueses serem conhecidos pela sua herança étnica e cultural mista, de terem sido muito permeáveis a casamentos mistos onde quer que estabelecessem colónias ou territórios ultramarinos em séculos passados, de a Constituição Portuguesa e a legislação conferirem substancial protecção contra o racismo e a discriminação (194), seria errado partir do princípio que o país goza de harmonia racial (195).

3.12.2. Não é exagero afirmar que os filhos de pais mestiços são mais facilmente aceites na sociedade portuguesa do que noutros países e pode também dizer-se que a discriminação ou a rejeição racial é frequentemente função da «negritude», ou seja, uma pessoa filha de um ascendente negro é mais aceitável do que aquela que tem os dois ascendentes negros.

3.12.3. Actualmente, a população de origem africana não é muito vasta, cifrando-se em cerca de 50 000, incluindo os imigrantes ilegais. A maioria deles (cerca de 30 000) são originários de Cabo Verde e o remanescente de Angola,

Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (196) (...)

3.12.4. Pertencem maioritariamente às classes mais baixas da sociedade e vivem nas duas principais cidades: Lisboa e Porto. Para além de sofrerem certas formas de rejeição por parte da sociedade portuguesa, experimentam frequentemente dificuldades em alugar alojamentos decentes na medida em que muitos senhorios recusam alugar apartamentos a africanos ou mesmo a cidadãos portugueses que sejam «africanos puros».

3.12.5. Em complemento, têm-se verificado incidentes de brutalidade policial e registaram-se dois casos de assassinatos de africanos: um foi alegadamente agredido até à morte pela polícia e o outro morto a tiro por «comportamento violento». Crê-se que os oficiais da polícia mais racistas são os que combateram na guerra colonial, como Maria Belo salienta no seu documento de trabalho.

3.12.6. Maria Belo informou também a Comissão de Inquérito de que em Portugal não existe um estatuto legal que abranja os imigrantes, o que torna difícil e moroso o processo administrativo da legalização (autorização de trabalho e de residência). Há também falta de informação relativamente aos procedimentos necessários. Estes factores, aliados ao medo da deportação, impedem muitas vezes os imigrantes de sequer solicitarem essas autorizações.

3.12.7. Este facto coloca muitos imigrantes numa situação irregular, que tem consequências sociais sérias — falta de segurança social, de alojamento, de direitos sindicais, de escolarização. Essas pessoas poderão ser empurradas para actividades ilegais e marginais, tal como o contrabando, o tráfico de drogas e a prostituição. As zonas em que vivem tornam-se cada vez mais degradadas, com os

seus habitantes deparando-se com uma instabilidade cada vez maior, o analfabetismo e a falta de qualquer tipo de integração social.

3.12.8. Nos últimos dois anos, os «skinheads» vieram agravar o problema. Este movimento, iniciado em 1985, tem estado implicado num número crescente de ataques racistas principalmente contra negros e indianos. Em 28 de Outubro de 1989, foram responsáveis por um violento ataque contra a sede de um pequeno partido de extrema-esquerda, o «Partido Socialista Revolucionário» (PSR), que provocou a morte de um dirigente do PSR (197).

3.12.9. A violência dos «skinheads» constitui um problema tão sério para a comunidade negra que dois dos seus representantes encontraram-se com o Ministro da Administração Interna, em 16 de Janeiro de 1990, para decidir a cria-

## Alpiarça e Almeirim acordam projectos

Realizou-se recentemente uma reunião de trabalho entre as Câmaras Municipais de Alpiarça e Almeirim para análise dos projectos comuns aos dois Municípios, que destacamos a seguir.

1 — ETAR — Estação de Tratamento de Águas Residuais: A ETAR — Estação de Tratamento de Águas Residuais já foi sujeita a financiamento do FEDER e a contrato-programa.

Encontra-se adjudicado todo o tubo necessário à execução das condutas elevatórias. A escritura de promessa de compra e venda do terreno necessário (25 hec.) à instalação das lagoas está marcada para o dia 11 de Janeiro e a obra iniciar-se-á no corrente ano (condutas e estações elevatórias). Em fins de 1991 estará concluído o concurso pú-



ção de uma comissão com o objectivo de controlar e estudar a situação vivida pelas minorias étnicas em Portugal. Será composta por funcionários do Ministério da Administração Interna, da Polícia Judiciária e da Guarda Fiscal, bem como por representantes das associações representativas dos cabo-verdianos e guineenses (198).

3.12.10. A população estrangeira em Portugal é ainda muito reduzida (cerca de 100 000, incluindo os cidadãos comunitários). Este facto talvez explique por que nunca

foi realizada uma sondagem de opinião sobre a atitude da população face aos estrangeiros.

3.12.11. Contudo, o perigo é previsível na medida em que existe há algum tempo uma tendência crescente para o «retorno» de cidadãos portugueses (e/ou dos seus descendentes) residentes noutros países, designadamente em África, no Brasil, na Venezuela e na Argentina. Além disso, há 100 000 cidadãos de Macau titulares de passaportes portugueses.

blico para execução das obras de lagonagem, que terão o seu início em 1992.

2 — POVT — Plano Operacional do Vale do Tejo: Analisada a questão da aquisição de um carro para lavagem de contentores, bem como à sua utilização por parte dos dois Municípios, concluiu-se que há todo interesse em o mesmo servir os dois Concelhos atendendo ao seu custo depois de financiado.

3 — Aterro Sanitário: Analisado o problema da recolha e armazenamento dos resíduos sólidos nos dois Concelhos, concluiu-se pela necessi-

dade de o assunto ser regularmente acompanhado tendo em vista a execução no futuro de um projecto conjunto.

Diversos — Rede de Escolas de Frade de Cima e Fazendas de Almeirim — Projecto aprovado pelo FEDER: A sua execução dependerá das disponibilidades humanas e financeiras existentes a todo o momento visto não estar condicionada a prazos limitativos.

Encontra-se ainda em execução a pavimentação, por empreitada, da ligação da EN 118 à Zona de Urbanização de Sacadura, servindo o Parque de Campismo e, finalmente, foram reiniciadas as obras do Quartel dos Bombeiros Municipais/Sede da Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1.º de Dezembro.

## Municípios do Guadiana reagem

# Não à central de Caballeros!

Face aos rumores que indicam a activação plena da central nuclear de Valle de Caballeros, na Extremadura espanhola, em 1993, a Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana manifesta «a sua preocupação pelos perigos ambientais que dela podem decorrer, agravando ainda mais a já debilitada saúde ecológica da principal linha de água do Alentejo interior: o rio Guadiana».

A Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana (constituída pelas CM de Serpa, Moura, Barrancos, Mértola e Mourão) não se opõe, «de forma sistemática, à eventual utilização do nuclear como alternativa energética, mas entende tratar-se de um potencial ainda não totalmente domi-

nado pelo Homem, como sucessivas catástrofes têm vindo a provar».

Manifesta assim o receio de que a central nuclear de Valle de Caballeros «possa ameaçar a vida do rio e pôr em perigo as populações de um e de outro lado da fronteira». A natureza e o ambiente, tal como

a poluição e os desastres ecológicos, «não têm fronteiras administrativas», sublinha o comunicado, que prossegue:

«A Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana manifesta também a sua apreensão por a eventual activação plena daquela central nuclear poder vir a ser utilizada como argumento, pelo poder central português, para continuar a protelar o avanço da barragem de Alqueva, velha e legítima aspiração das populações alentejanas».

Face à crise do Golfo Pérsico, «que terá vindo reforçar os argumentos dos que em Es-

panha se batem pelo recurso ao nuclear como alternativa energética», a Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana manifesta «a esperança de que a comunidade internacional encontre soluções para a paz e a fraternidade entre os povos».

Finalmente a Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana «manifesta a sua solidariedade com as posições do Governo regional da Extremadura espanhola, que tenham por fim a recusa da central nuclear de Valle de Caballeros e o alerta para as ameaças ao ambiente que dela podem derivar».

## Internacional

# A União vive momentos críticos

A tensão sobe nas repúblicas bálticas. Aos 14 mortos em Vilnius, soma-se agora, mais quatro vítimas em Riga. Entretanto, o governo da Lituânia marca um referendo, para 9 de Fevereiro, sobre a independência. O Soviete Supremo da URSS tinha anteriormente decidido da realização de referendo sobre o futuro da União, em 17 de Março.

A luta de poderes afirma-se claramente, como a oposição entre sectores diferentes das populações, tanto mais quanto os movimentos independentistas têm também isolado populações não maioritárias nas diferentes repúblicas, nomeadamente russas. A criação de unidades militares paralelas

em várias repúblicas adensa os perigos de confrontos armados.

Em diferentes pontos da União desenvolvem-se movimentos grevistas e manifestações de carácter contraditório. Em Moscovo, dezenas de milhares de pessoas exigiram mesmo a demissão de Gorbachov.

Em entrevista concedida à «Komsomolskaia Pravda», na sequência dos acontecimentos de Vilnius, o antigo ministro do Interior e membro do Conselho presidencial, Vadim Bakatine, comentava: «As exigências e a acção do presidente visando um regresso ao curso normal dos processos ligados à independência da Lituânia e ao respeito dos direitos do homem não têm nada de comum com o putsch nocturno... tudo o que se passou em Vilnius foi para ele (Gorbachov) uma surpresa total». Bakatine denuncia ainda «o carácter anti-

constitucional e a ilegalidade das acções que conduziram à morte de homens».

Na sequência dos acontecimentos da Lituânia, o Bureau Político do PCUS divulgou uma declaração em que se afirma: «Os trágicos acontecimentos da Lituânia foram precedidos da adopção pelo Soviete Supremo da Lituânia e pelos órgãos de poder de várias resoluções instaurando a discriminação segundo a nacionalidade, a antiguidade de residência, a profissão e a pertença a este ou àquele partido. Na prática é a proibição

de qualquer diferença de opinião».

A declaração do Bureau Político do PCUS termina com um apelo aos povos soviéticos para manter a serenidade e «apoiar os esforços destinados a restabelecer a lei e a ordem constitucionais, ultrapassar a crise e acabar com as violações dos direitos do homem».

Entretanto, neste momento, os factos parecem indicar que a União está a viver um momento particularmente difícil, crucial mesmo.

«Os assalariados agrícolas de Alpiarça, Almeirim, Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo, num total de cerca de 6 mil trabalhadores, estiveram em greve pela conquista de maiores jornadas.

Primeiro foram os de Alpiarça, que decidiram não pegar no trabalho por menos de 140\$00 por dia. A greve começou no dia 26 com uma concentração de cerca de 150 trabalhadores na Casa do Povo apoiando uma comissão eleita para discutir com a Direcção. No mesmo momento a palavra de ordem para a greve era dada de rancho em rancho por delegados eleitos e apoiada por um documento explicativo das razões e justiça da luta.

No dia seguinte, depois de nova concentração de cerca de 200 assalariados, o presidente da Casa do Povo foi obrigado a convocar os lavradores para uma reunião com os trabalhadores. Novas concentrações nos dias seguintes, com centenas de trabalhadores apoiando sempre a comissão nas suas discussões com os lavradores, que acabaram por ter de aceitar a Jorna de 140\$00 para os homens e 70\$00 para as mulheres.

Pela mesma altura os trabalhadores de Almeirim e Benfica do Ribatejo, estimulados pela luta dos seus camaradas de Alpiarça, decidiram, depois de várias reuniões, exigir 140\$00 para os homens e 80\$00 para as mulheres (os lavradores estavam a pagar 100\$ e 50\$00, respectivamente). A seguir convocaram uma concentração para a Casa do Povo e apresentaram a sua reivindicação ao Grémio. Como a resposta não fosse satisfatória, 3 mil trabalhadores puseram-se em greve durante uma semana, fazendo várias concentrações na Casa do Povo. Ao fim desse período decidiram aceitar a proposta de 120\$00 feita pelos lavradores.

(«Greves vitoriosas de 6.000 assalariados agrícolas» - «Avante!», VI série, n.º 461)

«A recente visita de Rebelo de Sousa, novo ministro do Ultramar e homem de confiança de Marcelo Caetano, a Angola e Moçambique, as afirmações e actos públicos que aí tiveram lugar, as declarações feitas ao «Financial Times», não deixam lugar a dúvidas. Embora tendo ainda a guerra colonial como direcção principal da sua acção em África, os colonialistas entraram numa fase activa de preparação duma segunda linha de defesa dos seus sórdidos interesses.

A apresentação de «homens lúcidos» do governo opondo-se a generais que continuam a defender que o governo deve ainda jogar numa vitória militar, a promoção de elementos corrompidos de origem africana, o fomento de estruturas legais defensoras da «evolução», a propaganda acerca de uma possível «paz honrosa» tal como a definem os fascistas, os esforços do governo caetanista para um entendimento com governos africanos de política conservadora - são alguns dos passos visíveis de tais preparativos.

(...O seu projecto, que começa a tomar contornos mais precisos, é lançar uma grande operação demagógica que apareça como «a solução política do problema colonial» reclamada pela opinião democrática nacional e internacional.

A partir da «autonomia» e da designação de «Estados» decidida pela revisão constitucional de 1971, os colonialistas levariam a cabo medidas «descentralizadas», com a valorização de pseudo-governos e de assembleias legislativas, no quadro do que já começam a chamar «Comunidade Portuguesa» ou «Comunidade Lusitana». Não é de excluir que para o efeito pensem num simulacro de «negociações» com elementos desclassificados ou corrompidos.

Uma tal manobra, a concretizar-se, teria como objectivos fundamentais manter intactas, sob as novas estruturas administrativas, as posições dos monopólios portugueses e estrangeiros e a exploração e opressão dos povos submetidos ao jugo colonial português.

(«O governo prepara medidas demagógicas em África» - nota do Secretariado do CC - «Avante!», VI série, n.º 461, Janeiro de 1974)

# Lumumba foi assassinado há trinta e cinco anos

Patrice Lumumba, primeiro-ministro do Congo independente (hoje Zaire), foi assassinado há trinta e cinco anos, no dia 17 de Janeiro.

Nascido no Kasai, ex-Congo belga, em 1925, lutador pela

independência do seu país de que se tornou chefe do Governo em 1960, Lumumba foi derrubado no mesmo ano por um golpe liderado por Joseph Mobutu e entregue aos seus inimigos que o assassinaram.

Patrice Lumumba começou a sua actividade no jornalismo, sendo o responsável pela edição do jornal «Uhuru» (Liberdade) o qual desempenhou importante papel na afirmação da consciência nacional da po-

pulação. Por sua iniciativa foi também criada a União Nacional de Trabalhadores Congolezes, após o que seria eleito dirigente do Sindicato da Associação de Empresários Africanos, na província oriental do Congo belga.

O «MNC», que declarou a intenção de edificar um Estado democrático, depressa ganhou implantação passando a dirigir a vida política do país. Como seria de esperar, em vésperas da independência o Parlamento elegeu-o dirigente do MNC para o posto de primeiro-ministro do primeiro governo da futura República do Congo.

«Lutar pela independência da pátria, criar uma economia nacional e alcançar a independência económica», eis as grandes linhas traçadas por este dirigente na cerimónia de proclamação da independên-

cia da antiga colónia belga. Os antigos colonizadores não pretendiam, no entanto, perder o controlo sobre os recursos naturais da sua mais rica colónia africana. O novo governo seria em breve derrubado.

Numerosos testemunhos atestam a crueldade com que o dirigente africano foi torturado na prisão. A morte de Patrice Lumumba e a repressão sobre os seus seguidores deveria intimidar, segundo os seus autores, todas as pessoas que aspiravam à liberdade em África.

A luta anticolonialista prosseguiu, no entanto. Enquanto a África chorava a morte de Lumumba novas lutas foram preparadas, acabando o ano seguinte, 1961, por ser, afinal, o grande ano de libertação em África.

# PAIGC em Congresso

Mais de quatro centenas de delegados, reunidos até dia 25, no 2.º Congresso extraordinário do PAIGC, debatem nestes dias as transformações

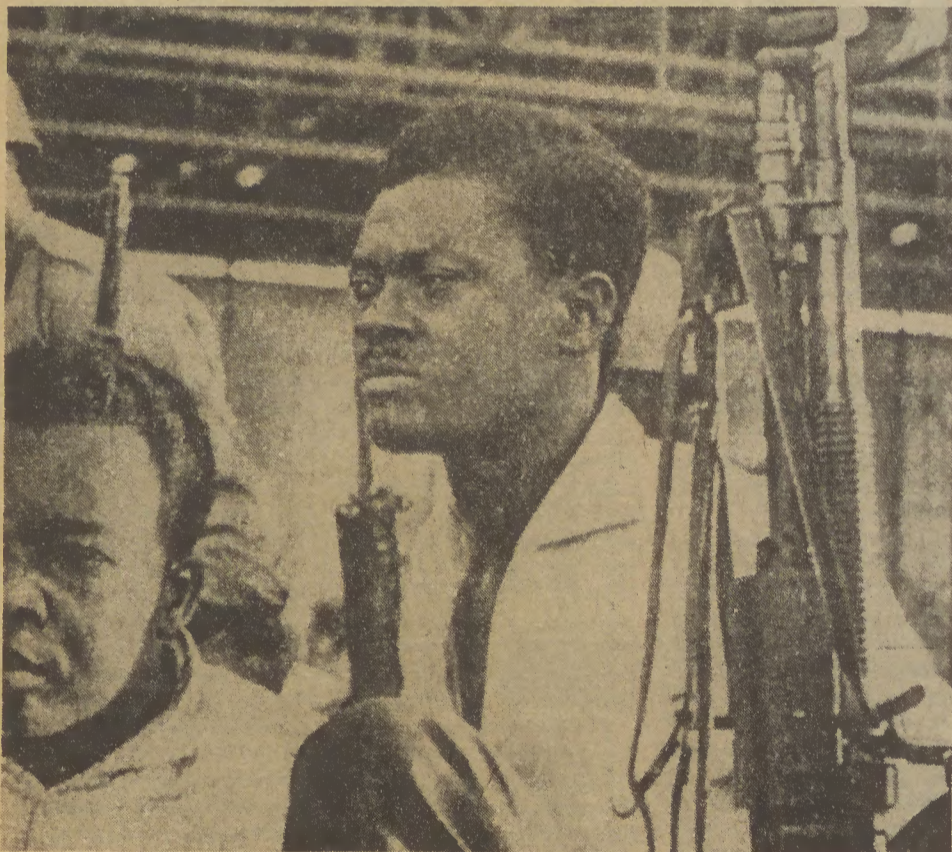
políticas a operar na sociedade guineense.

No discurso de abertura, o presidente Nino Vieira, afirmou: «Estamos convictos da irreversibilidade do processo de aprofundamento da democracia e dos seus efeitos positivos sobre a viabilidade de um sistema sociopolítico e económico em que cada cidadão possa, em total liberdade, em completa independência, e com toda a responsabilidade, exprimir as suas ideias e opções, trazendo assim a sua contribuição ao progresso e à felicidade do homem.»

Nino Vieira sublinhou, simultaneamente, que este aprofundamento da democracia teria que passar pela concretização da unidade nacional.

Está entretanto em preparação legislação sobre liberdade de associações, criação de partidos políticos, liberdade sindical, direito à greve e liberdade de imprensa.

Dos 425 delegados presentes, a maioria vem da província do norte, seguindo-se a província do sul, a de leste e o sector autónomo de Bissau.



Lumumba, um dos grandes dirigentes do movimento de libertação em África

# ANGOLA

## A ameaça da fome

Setenta e duas mil pessoas necessitam urgentemente de alimentos em algumas províncias angolanas, sobretudo nas do Moxico, Benguela e norte de Huíla, onde algumas estão a morrer por inanação de doenças relacionadas com a fome.

Este número consta do relatório do programa especial de ajuda humanitária para Angola «SRPA».

O relatório, emanado da «ONG Lutheran World Federation (LWF)», indica que foram elaboradas pontes aéreas do SRPA para Luena, capital da província do Moxico (leste), mas as mesmas «estão adiadas».

«Todas as colunas de ajuda humanitária do SRPA planeadas, incluindo as que estavam previstas para 17 de Dezembro e a que deveria atravessar a fronteira proveniente da Namíbia

para o Cuando-Cubango, e que nunca chegaram a partir, foram suspensas até futuras inspecções», lê-se no documento.

O SRPA, afirma o relatório, nunca entregou alimentos nas áreas controladas pela UNITA.

Todas as actividades do SRPA, nas suas nove localidades visadas, foram suspensas pelas Nações Unidas, de acordo com a decisão tomada a 21 de Dezembro último pelo governo angolano.

O governo acusou a UNITA de violar o plano de operações do SRPA ao obstruir deliberadamente a passagem das colunas, citando, como exemplo, a tentativa de destruição da ponte da Vila Branca sobre a estrada Lubango-Calueque, província da Huíla (sul), uma das rotas de abastecimento.



■ Henrique Custódio

# LISBOA presta contas

**H**onrando o compromisso assumido durante a campanha da coligação «Por Lisboa», a Câmara Municipal de Lisboa prestou contas da sua actividade e fez o balanço do nível de execução do Plano de Emergência lançado há um ano. É a primeira vez que o executivo da capital toma uma iniciativa do género, proporcionando aos munícipes uma apreciação global e aprofundada do trabalho desenvolvido na Câmara. O facto de as 50 medidas constantes do Plano de Emergência estarem concretizadas ou em curso e de a taxa de execução do município rondar os 80% vem juntar, à transparência de actuação patenteada neste «Prestar Contas», a demonstração de um assinalável êxito de actividade da Câmara Municipal de Lisboa.

Isto apesar de se ver tão pouco, como assinalava o presidente da Câmara, **Jorge Sampaio**, quando apresentou os documentos que a seguir condensamos; e ele próprio respondeu à questão de se «ver pouco», dizendo: «sejamos claros: o sector onde todos esperavam ver melhorias sensíveis e rápidas é o do trânsito. Melhorias infelizmente impossíveis em tão curto espaço de tempo», sendo entretanto verdade que «em 1990 lançámos projectos de 6 novas vias, 6 novos túneis e viadutos e 10 novos silos automóveis no valor de 50 milhões de contos», obras que, naturalmente, demorarão o seu tempo a concretizar.

Quanto ao que se concretizou, é como se segue.

Agrupando as 50 medidas de emergência em áreas específicas de intervenção, o documento apresenta as primeiras três sob o item genérico «Dar Voz e Decisão aos Cidadãos», referindo, no primeiro, a promoção ou reforço do «relacionamento institucionalizado com ministérios e entidades que detêm responsabilidades de decisão em Lisboa», bem como com inúmeras organizações representativas de sectores económicos, sociais, culturais e científicos da cidade, a criação do Forum Lisboa e a realização de inúmeros encontros de trabalho nas Juntas de Freguesia para resolver problemas específicos locais.

No segundo ponto refere-se a aprovação do projecto EDT — **Eficácia, Transparência e Desburocratização** (à luz do qual se abrem cinco serviços de atendimento, dois postos novos em Benfica e Olivais, se abrem os serviços ao público à hora do almoço, etc.), a criação do **gestor de processo** (responsável pelo andamento dos processos, estando o método já em funcionamento nas zonas da Ajuda/Belém e Av. da Liberdade), a informatização dos serviços e o lançamento do sistema de pagamento das rendas municipais através dos CTT.

Quanto ao terceiro ponto há a registar a celebração de 162 protocolos com 51 Juntas de Freguesia para descentralizar recursos e competências em numerosas e importantes

Assim, no 4.º ponto, alinha-se o início da resolução dos principais estrangulamentos da rede viária urbana, o lançamento de concursos públicos para diversos desnivelamentos em pontos fulcrais da cidade (Av. da República/Av. de Berna, Av. João XXI/Av. de Roma e Areeiro, etc.), repavimentação de mais de 150 km de

## A aprovação do Plano de Ordenamento e Revitalização do Parque de Monsanto abre esse espaço à plena fruição dos lisboetas, integrando-o no tecido urbano e facilitando o acesso e a circulação no seu interior

faixas de circulação, concursos para a reconstrução de arruamentos e a realização de acções pontuais de ordenamentos das paragens dos transportes públicos.

O 5.º ponto ataca os problemas de estacionamento e refere a abertura de concurso para a construção e gestão privadas de 10 parques em silo, a elaboração de projectos para outros parques subterrâneos, o início da criação de novas zonas de estacionamento de curta duração, o arranjo de diversos parques e o início da remoção de veículos abandonados na via pública.

Quanto ao 6.º ponto, refira-se o melhoramento do esquema de circulação das Avenidas Novas, o alar-

nicipais para a construção de 3000 fogos de cooperativas nos próximos três anos, são as medidas a destacar do ponto 8, a que se segue, no ponto n.º 9, a recuperação de 1200 fogos através de diversos programas existentes e a aprovação de uma proposta para promover a recuperação sistemática de prédios de grandes senhorios, no ponto 10.º a triplicação do investimento no património habitacional municipal e a elaboração do plano de obras nos bairros municipais, tal como, no ponto 11.º, a criação de uma comissão paritária de acompanhamento do Projecto do Alto do Lumiar.

Entretanto foram executadas sete grandes medidas para a animação da cidade, contando-se na primeira a revitalização das Festas de Lisboa, a organização de um Festival de Verão e o apoio de realizações desportivas de dimensão internacional — iniciativas de que a cidade se lembra pela qualidade que as caracterizou.

Outra medida apontou para o aumento significativo da quantidade e qualidade da oferta cultural (nomeadamente com a dinamização dos teatros municipais S. Luiz e Maria Matos), a promoção ou apoio para 50 espectáculos musicais, e abertura de um mercado de arte no Largo do Carmo (durante o Verão) e apoio à Feira do Livro, enquanto a seguinte

zação do Parque de Monsanto (abrindo esse espaço à plena fruição dos lisboetas, integrando-o no tecido urbano e facilitando o acesso e a circulação no seu interior), a abertura da Tapada das Necessidades ao públi-

de recolha do lixo, iniciou-se a construção do Interceptor de Esgotos Algés/Belém/Alcântara e estando-se, em matéria de lixos hospitalares, a definir com os municípios vizinhos o seu tratamento adequado.

*O desporto animou Lisboa com competições frequentemente de alto gabarito internacional; na foto, momento do meeting internacional TAP, realizado em Maio de 90*



*Momento da assinatura de um dos numerosos protocolos assinados com Escolas Preparatórias e Secundárias da capital; à esquerda, na foto, está o vereador do pelouro, Rego Mendes*

**Sublinhe-se que este acervo — eventualmente árido na sua enunciação — constitui um levantamento concreto do que se fez em confronto com o que se prometeu. A taxa de execução ronda os 80%. É certamente bom. Dar conta disso, ou melhor, arriscar o confronto entre o prometido e o feito, é também um acto a considerar no quadro das realizações**

matérias, bem como a celebração de outros 64 protocolos com Escolas Preparatórias e Secundárias destinados a promover o desporto escolar e a abrir as instalações desportivas existentes à população jovem que a elas não tinha acesso.

## Descongestionar a Cidade

Os quatro pontos seguintes — subordinados ao item referido em subtítulo — apresentam uma extensa lista de empreendimentos, como é natural, dado tratar-se de actuações sobre um problema tão complexo como o trânsito da cidade.

## Habitação e Animação da Cidade

O início de 1295 fogos no quadro do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), a conclusão de cerca de 800 fogos para famílias residentes em barracas e a celebração de um protocolo para a cedência de terrenos mu-

refere o início da elaboração da Carta Desportiva e da Carta Cultural da Cidade, a promoção da formação de animadores desportivos e a recuperação de 179 parques infantis, uma outra criou um passe cultural para o ciclo de cinema no S. Luiz e estabeleceu acordos pontuais com escolas, estudantes e Juntas de Freguesia para livre acesso a diversas iniciativas.

As restantes medidas «realizaram» o I Encontro com as Casas Regionais sediadas em Lisboa, alargaram a rede de espaços polidesportivos descobertos, lançaram o programa «Desporto em Idade Escolar», promoveram a «Animação do Terreiro do Paço» e as «Férias Desportivas», apoiaram as organizações de veteranos e deficientes na prática desportiva dos seus associados e iniciaram o programa «Avós e Netos», integrado na animação desportiva de espaços públicos.

## Melhorar o Ambiente Urbano

Nada menos que 11 medidas foram implementadas para melhorar o ambiente urbano, a começar pela prometida eleição do Provedor do Ambiente e da Qualidade de Vida de Lisboa pela Assembleia Municipal, estando o seu trabalho de apreciação e encaminhamento das queixas dos cidadãos já em condições de se desenvolver.

Mas outras há, e que enunciamos muito resumidamente, como é natural. É o caso da aceleração das obras do parque oriental de Chelas, o início da arborização do parque periférico da cidade, a reavaliação do projecto destinado a reestruturar o mercado 31 de Janeiro (entre Picoas e Praça José Fontana), a aprovação do Plano de Ordenamento e Revitali-

## Ordenar e Reabilitar uma Cidade Segura

No campo do ordenamento da cidade interpretou-se o Plano Geral de Urbanização de Lisboa através duma chamada «Normativa Urbanística», a par de outras medidas parcelares nesta matéria onde, como se sabe, há muito que fazer. Dai a importância da instalação do Gabinete do Plano Director Municipal (em curso) de onde emergem preocupações específicas como a conclusão de um relatório do inventário do património edificado

co, a criação de condições para a reabilitação de fachadas de edifícios, a elaboração do novo projecto para o Centro Cívico, Cultural e Comercial dos Olivais, a activação da linha verde «tapa-buracos», com pequenas unidades SOS para intervenções de emergência.

Limpou-se, recuperou-se e revalorizou-se uma dezena de estátuas (com destaque para a de Camões e do Padrão das Descobertas), encetaram-se obras de recuperação de passeios, aprovou-se o Plano de Ordenamento da Rua Augusta, relançaram-se as obras do Monumental, melhorou-se a limpeza da cidade através do ajustamento dos horários